

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área de Especialização: Administração Educacional
2008/2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

«MOSTRA DE ENSINO SUPERIOR» - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA UM
PROJECTO EDUCATIVO LOCAL?

ALEXANDRA MARIA DE ALMEIDA E SOUSA

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE O GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

2009

Divisão de Educação – DEJ – DMDS - CMA
Discente: Alexandra Sousa

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

«MOSTRA DE ENSINO SUPERIOR» - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA UM
PROJECTO EDUCATIVO LOCAL?

ALEXANDRA MARIA DE ALMEIDA E SOUSA

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE O GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR JOÃO PINHAL

2009

Resumo

Existirá um Projecto Educativo Local emergente no Município de Almada? Em que consistem estes projectos? Como estão interligados com os princípios do movimento das Cidades Educadoras?

Apresenta-se aqui uma breve resposta a estas questões partindo da análise de vários Projectos Educativos Locais (PEL) no sentido de identificar pontos e características chave de um PEL; continuando com a avaliação de uma das várias iniciativas que a Câmara Municipal de Almada organiza, Mostra de Ensino Superior, com o objectivo de avaliar de que forma esta contribui para um PEL, se integra nos princípios de uma Cidade Educadora e promove o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Projecto Educativo Local, Cidades Educadoras, Desenvolvimento Local, Municípios.

Abstract

Is there a Local Educating Project emerging in the Almada municipality? In what consist these projects? How are they connected to the Educating Cities movement?

Here is presented a short answer to these questions starting with the analysis of several Local Educating Projects (LEP) with the porpoise of identify key points and characteristics of a LEP; following with the evaluation of one of the several initiatives that the Almada Municipality organizes, Mostra de Ensino Superior, with the objective of evaluating in witch way it contributes to a LEP, integrates in an Educating City and promotes the local development.

Key-words: Local Educating Project, Educating Cities, Local Development, Municipalities.

Índice

<u>Introdução</u>	6
<u>1 - Enquadramento Teórico</u>	8
1.1 - Autarquias Locais - os Municípios	8
1.2 - Princípios da Administração Pública	9
1.3 - Breve Enquadramento Legislativo	11
1.4 - Competências e Atribuições das Câmaras Municipais a Nível da Educação	12
1.5 - O Poder Local	14
1.5.1 - Autonomia Local	16
1.5.2 - Distribuição de Poderes	17
1.5.3 - Territorialização das Políticas Educativas e a Construção do Território Educativo - a Participação	19
1.6 - Cidade Educadora - um Local que se Quer Educador	21
<u>2 - Caracterização do Contexto de Estágio</u>	26
2.1 - O Meio: o Concelho de Almada	26
Caracterização Económica e Social	26
Desenvolvimento Cultural e Recreativo	27
A Educação Formal no Concelho de Almada	27
2.2 - Caracterização por Nível de Ensino: Principais Características	28
2.3 - A Instituição: Câmara Municipal de Almada	31
2.4 - A Divisão de Educação	33
2.5 - Relações com o Exterior	36
2.6 - Finanças Locais	37
<u>3 - Descrição das Tarefas Diárias como Técnica Superior Estagiária</u>	39
3.1 - Mostra de Ensino Superior	39
3.2 - Concurso Jovens Talentos	44
3.3 - Área das Competências	44
3.4 - Outras Iniciativas em que Participei	45
3.4.1 - Recepção à Comunidade Educativa	45
3.4.2 – Futurália	48
3.4.3 - Festa de Natal para as Crianças do Concelho	48
3.4.3 - Homenagem ao Professor Aposentado	49
3.4.4 - Festa Verde	49

3.4.5 - Kuanza Sul	50
<u>4 – O Projecto</u>	51
<u>4.1 - Apresentação do Projecto</u>	51
Objectivos Gerais	51
Objectivos Específicos	51
Justificação e Enquadramento do Projecto	51
<u>4.2 - Opções Metodológicas</u>	55
Etapas Seguidas no Processo de Selecção do Estudo e da Metodologia	55
Técnicas de Recolha de Dados	57
Técnicas de Análise de Dados	59
Fundamentação das Técnicas de Recolha de Dados	61
Dificuldades com que me Deparei	64
<u>4.3 - Apresentação e Interpretação dos Dados</u>	66
<u>1.ª Parte:</u>	66
Breves Anotações Sobre a Metodologia de Construção de um Plano	66
Estrutura de um Projecto Educativo Local	67
Tipologias de Actividades	69
Cruzamento dos Dados Acima Apresentados com as Opções do Plano do	
Concelho de Almada	70
<u>2.ª Parte:</u>	72
Caracterização da População da Mostra de Ensino Superior:	
Inquérito aos Visitantes	72
As Instituições e Associações do Concelho de Almada e a Mostra	
de Ensino Superior	75
Análise das Entrevistas	77
A Metodologia de Desenvolvimento da Mostra de Ensino Superior: Análise	
Documental, Observação das Reuniões e do Trabalho Efectuado na Divisão de	
Educação	82
Cruzamento dos Dados	83
<u>5 - Considerações Finais</u>	86
<u>Bibliografia</u>	87
<u>Anexos</u>	92

Introdução

O relatório de estágio aqui apresentado integra-se no segundo ano de Mestrado em Administração Educacional realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

O estágio foi acolhido pela Divisão de Educação (DE) da Câmara Municipal de Almada (CMA) e decorreu de 1 de Outubro a 10 de Junho de 2009, com uma frequência presencial de aproximadamente 20 horas semanais, sendo esta variável conforme as necessidades da instituição.

O trabalho desenvolvido e aqui apresentado debruça-se sobre a temática das Cidades Educadoras, Projectos Educativos Locais (PEL) e desenvolvimento local, com o objectivo específico de avaliar a Mostra de Ensino Superior (Mostra) no sentido da sua contribuição para um PEL.

Para o efeito, este relatório encontra-se organizado em sete grandes momentos:

1) Enquadramento teórico, no qual procuro apresentar a situação política actual dos municípios relativamente à educação, bem como conceitos relativos às temáticas a ser estudadas ao longo desta investigação.

2) Caracterização do contexto de estágio, do geral para o específico, começando por uma caracterização do meio até uma caracterização da CMA e da DE, analisando os seus processos de trabalho.

Para estes dois pontos, segui de alguma forma a definição de organização pública de Caupers (1999), a qual integra diversos elementos:

- a. «Um grupo humano;
- b. Uma estrutura, isto é, um modo peculiar de relacionamento dos vários elementos de organização entre si e com o meio social em que ela se insere;
- c. O papel determinante dos representantes de colectividade no modo como se estrutura a organização;
- d. Uma finalidade, a satisfação de necessidades colectivas predeterminadas.»

Para uma descrição da organização em que realizo estágio, basear-me-ei nesta definição, se bem que com uma outra ordem e incluindo outros critérios, sempre em torno do objectivo central do meu estágio.

3) Descrição das tarefas realizadas como técnica superior estagiária.

4) O projecto. Nesta parte começo por fazer a apresentação do projecto, incluindo os seus objectivos, justificação e enquadramento teórico e institucional; de seguida apresento as opções metodológicas tomadas ao longo da planificação e realização da investigação; e por fim realizo a apresentação e interpretação dos dados dividida em duas partes, uma primeira relativa aos projectos educativos locais, e uma segunda referente à Mostra de Ensino Superior.

5) Considerações finais.

1 - Enquadramento Teórico

1.1 - Autarquias Locais - Os Municípios

«As Autarquias Locais são pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a satisfação dos interesses próprios das populações respectivas» (art.º 235, nº2 da CRP). Os municípios são órgãos da Administração Pública autónoma, incluídos nas autarquias locais.

A Câmara Municipal de Almada é o órgão executivo do Município de Almada, ente criado por iniciativa pública para assegurar a prossecução necessária de interesses públicos, dispondo de poderes públicos e estando submetido a deveres públicos, tendo de agir em favor do interesse público colectivo do concelho. O objectivo geral da Câmara Municipal é a produção de utilidades públicas, isto é, a produção de bens materiais e imateriais como prestação de serviços para o bem público.

A este órgão cabe executar as deliberações emanadas da Assembleia Municipal, de acordo com as competências que lhe foram atribuídas pelo art.º 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, assim como praticar os actos necessários à organização e funcionamento dos serviços e da gestão corrente.

As Câmaras Municipais, fazendo parte da Administração Pública, têm *carácter unitário* e são órgãos colegiais por integrarem diversos membros, pelo que estão «submetidas a princípios e regras relativamente uniformes e a uma gestão global» (Caupers, 1999), estabelecidos na sua maior parte no Código de Procedimento Administrativo. Segundo este código, têm de actuar consoante três práticas da função administrativa: o acto administrativo, o regulamento administrativo e o contrato administrativo.

O acto administrativo consiste num acto jurídico unilateral, isto é, numa decisão praticada por um órgão da administração pública no desempenho de uma actividade de natureza administrativa, que, ao abrigo de normas do direito público, visem produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta. O regulamento administrativo consiste num conjunto de normas jurídicas editadas por uma autoridade administrativa no exercício do poder administrativo. O contrato administrativo consiste no acordo de vontades pelo qual é constituída, modificada ou extinta uma relação jurídico-administrativa, seja intra-administração pública ou entre esta e particulares. Estas três práticas devem respeitar o princípio da legalidade da administração pública segundo o

qual existe uma necessidade de habilitação legal para agir, ou seja, a administração pública só pode agir se a lei o obrigar, previr ou permitir.

Os outros princípios segundo os quais a administração pública tem de agir são: o da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, o da igualdade e da proporcionalidade, o da justiça e da imparcialidade, o da boa-fé, o da colaboração da Administração com os particulares, o da participação, o da decisão, o da desburocratização e da eficiência, o da gratuitidade e o do acesso à justiça (Capítulo II do Código do Procedimento Administrativo).

1.2 - Princípios da Administração Pública

A administração pública está organizada segundo cinco princípios constitucionais fundamentais, a saber: o princípio da desburocratização, o da aproximação dos serviços às populações, o da participação dos interessados na gestão efectiva dos serviços públicos, o da descentralização administrativa e o da desconcentração (n.ºs 1 e 2 do art.º 267 da CRP, in Caupers, J. 1999).

Passo a explicitar sucintamente cada um dos princípios.

1. O princípio da desburocratização define que os métodos de trabalho da administração pública têm de evitar «diligências e formalidades inúteis e [devem facilitar] a vida aos cidadãos» (Caupers, J. 1999).
2. O princípio da aproximação dos serviços às populações recomenda que a nível físico os serviços estejam localizados perto dos cidadãos destinatários da actividade da entidade, e que estes serviços «sejam integrados nas pessoas colectivas públicas de menor âmbito territorial compatível com a sua eficiência» (idem).
3. O princípio da participação dos interessados na gestão efectiva dos serviços públicos aconselha que a administração seja participada, nomeadamente através da «instituição de órgãos representativos de interesses» (idem).
4. O princípio da descentralização administrativa determina que a actividade da administração pública esteja dividida por diferentes pessoas colectivas públicas e não só assente no Estado. Para além disto, é obrigatório que as pessoas colectivas públicas que executam estas actividades tenham «a sua existência constitucionalmente assegurada, disponham de órgão eleitos, tenham esfera de atribuições garantida por lei e não estejam sujeitas a intervenção do Estado, salvo

quanto à tutela de legalidade» (idem). Este é o caso das autarquias locais.

5. O princípio da desconcentração recomenda que as competências não estejam todas assentes no órgão hierarquicamente superior, mas que sejam distribuídas pelos seus subordinados. Esta distribuição pode ser definida por lei ou por delegação de competências prevista na lei.

Os princípios aqui referidos com os números 2 e 4 são enunciados ainda de um outro modo na Constituição da República Portuguesa (artigo 6º, nº1) como passo a citar: «O Estado [...] respeita na sua organização e funcionamento [...] os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública».

O princípio da subsidiariedade referido pela CRP implica a descentralização e autonomia locais, uma vez que define que o município deve ter a seu cargo tudo aquilo que possa realizar de forma mais eficiente que o Estado - «sem prejuízo da eficiência económica e do respeito pelos princípios da igualdade e da solidariedade entre os cidadãos» (Caupers, J. 1999) - pois assim poderá responder de forma mais especializada e territorializada à satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos. Como refere Catarina Sarmento e Castro (2007), «ao dotar-se os municípios - pessoas colectivas de base territorial - de atribuições nesta área [da educação], está-se [...] a contribuir para a territorialização da educação, promovendo a ligação da escola àquele que é o seu “habitat” natural: a comunidade local».

A Carta Europeia da Autonomia Local define autonomia local e o seu âmbito no artigo 3º, no qual enuncia o princípio da subsidiariedade dizendo que «o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos», sendo que as suas atribuições «devem ser normalmente plenas e exclusivas, não podendo ser postas em causa por qualquer autoridade central ou regional, a não ser nos termos da lei». Refere ainda no mesmo artigo por último, mas não por isso menos relevante, que para este efeito «as autarquias locais devem ser consultadas, na medida do possível, em tempo útil e de modo adequado, durante o processo de planificação e decisão relativamente a todas as questões que directamente lhe interessem», assim como devem ter «recursos financeiros próprios adequados dos quais podem dispor livremente no exercício das suas atribuições».

1.3 - Breve Enquadramento Legislativo

Entre 1974 e 1976, os dois primeiros anos após a queda do regime ditatorial em Portugal, a 1ª Constituição democrática começa a fomentar o poder autárquico local ao assumir a descentralização e a autonomia das autarquias locais, adquirindo estas o estatuto de «pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». Começam a ser introduzidos os conceitos de autonomia das autarquias locais e de descentralização democrática.

Em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo confere às autarquias a possibilidade de «criação de estabelecimentos ou desenvolvimento de acções educativas na educação pré-escolar, na educação especial, na educação recorrente e de adultos e na formação profissional» (Guedes, 2002), abrindo caminho a que estas sejam agentes educativos.

Na mesma década contribuem para o aumento do poder autárquico «a abertura à Europa e adesão à Carta Europeia da Autonomia Local; o surgimento das associações de municípios prevista na lei; a representação municipal no Comité Europeu das Regiões; e a geminação entre municípios» (idem). Este processo de autonomia e descentralização das autarquias face ao poder central fora já reforçado pela Lei de Atribuições das Autarquias e Competências dos respectivos Órgãos (Lei nº 79/77) e pela Lei das Finanças Locais (Lei nº 1/79), conferindo capacidade gestonária, bem como património e finanças próprios aos municípios, eleitos democraticamente.

Esta legislação, entre outra, não necessariamente menos importante mas sobre a qual já foram efectuados diversos estudos,¹ não estabelece contudo uma efectiva autonomia e descentralização do poder local.

Na década de 90 surgem algumas leis de maior importância relativamente ao poder local e à participação das autarquias a nível educativo.

Relativamente ao poder local:

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro – Lei Quadro para a transferência de novas responsabilidades para os municípios, que mantém as competências relativamente ao assegurar dos transportes escolares, gestão dos refeitórios, comparticipação no apoio à acção social escolar, da educação pré-escolar ao ensino básico (nº 3, artigo 19º), e prevê novas competências como a elaboração da Carta Escolar a integrar nos Planos Directores Municipais e a criação dos Conselhos Locais de Educação, bem como a gestão do pessoal não docente nos mesmos níveis de ensino.

¹ Veja-se sobre este assunto, por exemplo, Guedes, 2002.

Lei nº 169/99, de 18 de Setembro – Lei de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, que pouco especifica ou clarifica «relativamente à responsabilização dos diferentes níveis da Administração Pública, pois a ausência da regulamentação da Lei deixa quase tudo em aberto» (Guedes, 2002).

Relativamente à participação das autarquias a nível educativo:

Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio que define que o órgão responsável pela direcção da escola é o Conselho de Escola, onde é prevista a representação da Câmara.

Despacho nº 147-B/ME/96, D.R. II série, de 1 de Agosto, que cria os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, cuja constituição seria feita em articulação com a comunidade local, autarquias locais e associações culturais e recreativas.

Lei nº 5/97, de 1 de Fevereiro – Lei quadro da Educação pré-escolar e Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho que prevêm as condições de participação das autarquias locais neste nível de ensino relativamente ao desenvolvimento e expansão do mesmo.

Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e alargou o conceito de autonomia a novos domínios - estratégico, financeiro e organizacional, exercendo-se esta autonomia através do projecto educativo, do regulamento interno e do plano anual de actividades e prevendo que sejam celebrados contratos de autonomia entre a escola, a administração central e os municípios.

Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto, que estabelece os princípios orientadores da constituição e organização dos agrupamentos escolares.

1.4 - Competências e Atribuições das Câmaras Municipais a nível da Educação

Podemos apresentar as competências e atribuições das Câmaras Municipais organizadas em três grupos:

«a) Competências associadas com a concepção e o planeamento do sistema educativo local:

- criar os conselhos municipais de educação (D.L. n.º 115-A/98, Lei n.º 159/99 e D.L. nº 7/2003);

- elaborar a carta educativa a integrar nos planos directores municipais (Lei n.º 159/99 e D.L. n.º 7/2003);

- propor e dar parecer sobre a constituição dos agrupamentos de escolas (D.L. n.º 115-A/98 e decreto regulamentar n.º 12/2000);

- participar na concepção das grandes orientações específicas dos estabelecimentos de educação e ensino da área do município, como membro das respectivas assembleias (D.L. n.º 115-A/98);

- participar nas Assembleias de Escola, com o objectivo do desenvolvimento e celebração dos contratos de autonomia das escolas (D.L. n.º 115-A/98);

b) Competências associadas com a construção e gestão de equipamentos e serviços:

- construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e as escolas do ensino básico (Lei n.º 159/99 e D.L. n.º 7/2003);

- assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-primária e do ensino básico (Lei n.º 5/97 e Lei n.º 159/99);

- gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (Lei n.º 5/97 e Lei 159/99);

c) Competências associadas com o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino:

- assegurar os transportes escolares (Lei n.º 159/99);

- garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar (Lei n.º 159/99);

- comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar (Lei n.º 5/97 e Lei n.º 159/99);

- apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico (Lei n.º 159/99);

- participar no apoio à educação extra-escolar (Lei n.º 159/99).» (Pinhal, 2003)

O serviço prestado ao nível das competências e atribuições acima mencionadas faz parte da regulação local centralmente condicionada. Resulta de um processo de transferência em domínios mais instrumentais e operacionais do sistema escolar (Pinhal, 2006). Ao ser centralmente condicionada, está sujeita à tutela de legalidade (única tutela a que os municípios estão sujeitos) «a exercer por uma

autoridade central nos termos definidos pela lei, e destinada a verificar a correcção dos procedimentos da gestão autárquica e não o mérito da substância das suas decisões» (idem).

1.5 - O Poder Local

A necessidade do fomento do poder local surge numa época de globalização em que os centros de decisão se deslocaram para longe dos cidadãos. Com a crescente heterogeneidade das populações e a diferenciação social, exige-se «a construção de padrões alternativos e não de um padrão ideal homogéneo» (Sposati e Falcão, 1990, cit. Branco, 1998) como forma de garantir o bem-estar social. Como diz Fanfani (1991, cit. Branco, 1998) é necessária «uma política que vise maiores níveis de equidade social através da conjugação de políticas universais de protecção social e acções específicas face a grupos e necessidades concretas».

«A institucionalização do serviço público, enquanto conjunto de valores, código de comportamentos e práticas, bem como a própria estruturação do Estado-Providência fizeram-se através de um compromisso entre dois modos de coordenação: a administração burocrática e o profissionalismo. [...] São estas duas formas de coordenação que permitem que o Estado-Providência se organiza em torno do *interesse público* (em nome do qual actua a burocracia) e do *bem público* (ao serviço do qual está o profissionalismo)» (Barroso, 2006).

Ruivo (2000) afirma que o Estado português não constitui um Estado-Providência «na correcta acepção da palavra, já que a sua estrutura administrativa e os representantes políticos tendem a ignorar em boa medida um dos elementos estruturais constituintes dessa figura, a “interiorização dos direitos como direitos e não como produto de um Estado benemérito”» (Santos, 1991; cit. Ruivo, 2000).

Segundo Juan Mozzicafreddo (1991), o «alargamento das funções do Estado-Providência revestiu, a nível local, as seguintes características:

1. aumento dos gastos relativos aos consumos colectivos;
2. aumento das transferências financeiras do OE para as autarquias, influenciando o crescimento do nível impositivo nacional;
3. alargamento das políticas de estímulo e intervenção local com base em obras de infra-estruturas, equipamentos sócio-culturais e urbanísticos;
4. o início, a partir de 1979, da política de descentralização de competências».

Num mundo com as características de globalização e heterogeneidade que cada vez mais se impõem, é essencial a descentralização por três razões:

1. «crescente complexidade dos subsistemas sociais, relativamente aos quais uma intervenção eficaz dos poderes centrais começa a ser muito difícil;
2. compreensão de que o desenvolvimento requer, sobretudo, uma maior participação das comunidades locais, através da mobilização e gestão adequadas dos seus recursos;
3. ao facto de nos situarmos numa época em que cada vez mais pessoas têm acrescidas capacidades de exigência, reivindicação e intervenção, decorrentes do facilitado acesso à informação que caracteriza o nosso tempo» (Pinhal, 1997).

No mesmo sentido, afirma Branco (1998) que é necessário o «reforço do papel do desenvolvimento local como espaço privilegiado para a resolução de problemas sociais, quer na sua dimensão económica, quer na sua dimensão estritamente social, ou ambas, com iniciativas locais envolvendo agentes/actores sociais ao nível local, estimulando potencialidades de intervenção desses actores (públicos e privados) e respondendo às necessidades fundamentais da população, particularmente sentidas ao nível local, e como resposta à heterogeneidade espacial dessas necessidades». Além do mais, cabe aos poderes locais «exercer pressão sobre quem tem poderes decisórios ou seja, até, para se substituírem a esses poderes, que muitas vezes não agem em conformidade com os desejos e necessidades locais» (Pinhal, 1997).

Continua Branco (1998) defendendo que «o poder local apresenta-se como campo de relevante interesse estratégico num processo de animação para a mudança social. Nesta perspectiva, as potencialidades estratégicas do poder local residem designadamente:

- ⊗ Na possibilidade das autarquias desenvolverem uma nova atitude de intervenção na esfera da reprodução social, não se limitando a prosseguir a redução da insatisfação evitável das necessidades humanas, mas promovendo a transformação das relações dos indivíduos com os equipamentos e serviços, questionando o carácter redutor da satisfação das necessidades humanas pelo reforço das formas estatais de promoção de serviços (Guerra, 1986 e Henriques, 1987);
- ⊗ Na questionação das finalidades e fundamentos do próprio poder ao reconhecer, promover e articular-se com outros modos formais e informais de poder local, o que implica descentralização e difusão do poder, diferenciação de grupos de interesses e visibilidade das clivagens, mecanismos de concertação (Becquart-Leclerq, 1976);

- © No prosseguimento de um projecto público local que traduza e conquiste a identidade sócio-política própria do seu território só possível pela distinção e autonomização face ao Estado central (Guerra, 1986).»

Podemos, deste modo, afirmar que para que exista uma resposta adequada às necessidades da população é necessário seguir o princípio da subsidiariedade, o qual exige a descentralização, que não existe sem autonomia, distribuição dos poderes e participação.

1.5.1 - Autonomia Local

Na Carta Europeia da Autonomia Local é definida autonomia local como «o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos» (artigo 2º, nº 1), através de «conselhos ou assembleias compostas de membros eleitos por sufrágio livre, secreto, igualitário, directo e universal», isto é, as autarquias locais devem organizar-se segundo estas regras em conselhos ou assembleias que regulamentem sobre as suas atribuições e execução das mesmas, dentro do regulamentado pela lei, «podendo definir as estruturas administrativas internas de que entendam dotar-se, tendo em vista adaptá-las às suas necessidades específicas» (artigo 5º, nº 1).

Surgem, no caso português, diversos bloqueios à autonomia local: insuficiência de receitas, centralismo e burocracia, legislação insuficiente e insuficiência de recursos técnicos e de gestão (Branco, 1998).

Autonomia implica autonomia financeira, e esta significa «uma autêntica independência da administração central no que diz respeito ao poder de:

1. elaborar, aprovar e alterar planos de actividades e orçamentos;
2. elaborar e apurar balanços e contas;
3. dispor de receitas próprias, ordenar e processar as despesas e cobrar as receitas que por lei são destinadas às autarquias;
4. gerir o património autárquico;
5. elaborar, aprovar e executar os orçamentos e planos de actividades e dispor de património próprio» (A. Bravo e J. Vasconcelos e Sá, 2000).

A atribuição de meios financeiros teve como enquadramento a Lei das Finanças Locais (Lei 1/79), que estabelece o princípio da transferência de verbas do orçamento geral do Estado para as autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Contudo, desde esta legislação até aos dias de hoje, várias competências

e atribuições foram transferidas para os municípios, bem como outras tarefas que estes chamaram a si por necessidades várias das populações locais, sem que isto tenha sido sempre acompanhado da respectiva regulamentação e financiamento. Apesar do surgir de alternativas como a contratualização, as verbas continuam insuficientes. Se analisarmos estes factos à luz do art.º 8 da Carta Europeia da Autonomia Local os municípios não dispõem de verdadeira autonomia.

No que se refere à insuficiência legislativa verificámos já, no apanhado realizado a este nível mais acima, que é um bloqueio à autonomização do poder local, uma vez que a regulamentação da mesma tem sido muito demorada ou, por vezes inexistente, centrando-se na transferência de um leque de competências mais de carácter instrumental que de decisão ou produção. Por outro lado, deparamo-nos com um quadro em que as autarquias sofrem de falta de meios humanos, acabando por ficar submersas na execução das competências, não podendo muitas vezes dedicar-se à construção e aplicação uma verdadeira política educativa local.

1.5.2 - Distribuição de Poderes

Segundo J. A. Pereirinha (cit. Branco, 1998), existem três vertentes a considerar na organização política e social:

- «Redução do papel do Estado como agente promotor e/ou financiador dos serviços sociais através da privatização e da redução do papel financiador do Estado na provisão de serviços sociais, o que pode levar a perdas de equidade;
- Descentralização das funções do Estado através do reforço da regionalização da Administração Central e da transferência de competências da Administração Central para a regional e local seguindo o princípio da subsidiariedade, segundo o qual a actuação ao nível mais elevado só se justifica quando estejam esgotadas as possibilidades de actuação ao nível local, mais próximo das necessidades da população;
- Reforço do papel do desenvolvimento local como espaço privilegiado para a resolução de problemas sociais.»

Em Portugal, verificamos que os municípios não são verdadeiros agentes da política local, actuando o Estado como regulador, mas que «é o governo central que determina as políticas e orientações remetendo-se o governo local à sua aplicação às particularidades locais» (Branco, 1998). Defende Pinhal (1997), na mesma linha de pensamento, que Portugal é semi-centralizado pois o «Estado conserva a exclusividade do poder normativo de concepção». O controlo central baseia-se, como apresenta Dearlove (1973, cit. Branco, 1998), na «dependência das autoridades locais

face às transferências financeiras da Administração Central, uniformização dos serviços públicos justificada pela necessidade de garantir condições de igualdade de acesso a todos os cidadãos e em todas as regiões, no enquadramento da intervenção autárquica pela legislação emanada do Governo Central».

Encontramo-nos, segundo Daniel (1988, cit. Branco, 1998), perante uma autonomia relativa que é garantida em primeira instância pela eleição directa dos governantes locais, pela autonomia de gestão e possibilidades de organização de serviços municipais e pela possibilidade de arrecadação e utilização dos recursos municipais». Segundo Pinhal (1997), referindo-se à educação, «o nível local autárquico dispõe de algumas (poucas) atribuições exclusivas claras em termos educativos que, por si só, não seriam suficientes para propiciar o desenvolvimento de políticas educativas autárquicas; as funções educacionais mais importantes são asseguradas ao nível central ou a níveis hierarquicamente dependentes do poder central (como é o caso das Direcções Regionais de Educação), podendo mesmo dizer-se que se encontra estabelecido um sistema de competências concorrentes entre os vários níveis de administração central, numa aplicação de uma certa subsidiariedade por desconcentração; e que existe uma legislação superior (Constituição e LBSE), que prefigura uma maior descentralização do sistema», a qual vem sendo efectivada de forma lenta. Como afirma Barroso (2006), ainda que já haja alguns poderes executivos a nível local, o que existe em Portugal é não uma verdadeira passagem de poderes, mas uma microrregulação local, isto é, «se a *regulação nacional* remete para formas institucionalizadas de intervenção do Estado e da sua administração na coordenação do sistema, a *microrregulação* local remete para um complexo jogo de estratégias, negociações e acções, de vários actores, pelo qual as normas, injunções e constrangimentos da regulação nacional são (re)ajustadas localmente, muitas vezes de modo não intencional».

Esta centralização tem vindo a ser contestada de duas formas, quer através da Associação Nacional de Municípios Portugueses e das próprias Câmaras Municipais; quer através de redes criadas a nível local (redes de amizade, políticas, contactos, etc.) que atingem um grande peso na «resolução de problemas, na canalização de recursos para as autarquias e desbloqueamentos burocráticos de índole diversa» (Ruivo, 1993).

Pinhal (1997) defende que a falta de autonomia é contraposta por um «conjunto de intervenções locais que dão ao sistema um aspecto mais participativo, apresentando uma maior descentralização» pois, «apesar de os órgãos autárquicos continuarem a debater-se com a satisfação de muitas necessidades básicas da

população e se manterem muito absorvidos pela gestão do quotidiano, há indicadores de que uma nova visão estratégica pode estar a impor-se». Estes indicadores podem ver-se em intervenções como:

- Plano Director Municipal;
- Carta Educativa Concelhia;
- Conselhos Locais de Educação;
- Projectos concretos desenvolvidos conjuntamente entre autarquias e escolas, podendo intervir, deste modo, no currículo dos alunos;
- Envolvimento na criação de dispositivos de formação profissional adaptados às suas visões das necessidades concelhias;
- Investimentos em equipamentos culturais e desportivos.

1.5.3 - Territorialização das Políticas Educativas e a Construção do Território Educativo – A Participação

Segundo A. T. Fernandes (1997), «a autonomia só será possível na sua verdadeira acepção quando se conseguir a governança do povo pelo povo com competências para tal, porque caso contrário correr-se-ia o risco de perda da democracia no interior de uma comunidade local»; queremos dizer com isto que é necessária a construção de uma democracia participativa, a qual «se constrói a partir da vida diária» (Dominguez, 1995), uma vez que «só podemos agir sobre aquilo que compreendemos e só compreendemos aquilo de que fazemos parte» (Canário, 1999, cit. Dominguez, 1995).

Na área da educação isto só se torna possível através da construção de um território educativo, entendendo que este é constituído por uma comunidade. «Os territórios educativos são definidos indutivamente pelas próprias práticas sociais e institucionais e resultam do esforço de integração (pela discussão, negociação e contrato) dos interesses individuais dos diferentes actores em interesses comuns, medidas pela acção do Estado» (Barroso, 1996).

Um território educativo inclui diversos elementos que devem ser tomados tendo em conta as particularidades do local e uma construção horizontal na assimilação dos mesmos. Os elementos que constituem um território educativo são, segundo Pinhal:

1. O tempo (um ritmo próprio) e o espaço (incluindo a dimensão territorial e a educativa sempre tendo em conta as relações existentes e que podem e devem ser promovidas para um objectivo comum);
2. A comunidade (incluindo todos os actores e agentes, bem como as actividades sociais, as relações sociais e os sentimentos);

3. As escolas («jogando um papel de parceiro educativo ao nível das colectividades territoriais, dando um novo sentido à intervenção educativa local (Chambon e Rouanet, 1994, cit. Guedes, 2002);
4. Situação de parceria (inclui o conjunto das entidades intervenientes na construção do projecto educativo, estando em interacção constante – estes parceiros podem ser externos ou internos ao sistema escolar);
5. As redes de ligações (ligações directas e formais ou informais);
6. Um projecto educativo (é o que estabelece a identidade de cada comunidade educativa, adequando as condições de cada comunidade educativa ao quadro legal em vigor e garante o sentido e a coerência da acção de todos os intervenientes);
7. Um meio pertinente (características físicas, sociais e económicas do território);
8. Uma organização que actue como representante e coordenador dos interesses e interessados locais.

O território educativo tem, ainda segundo Pinhal, de ser construído com solidariedade na concepção, execução e defesa do projecto educativo; autonomia; participação; e abertura.

Esta territorialização da acção educativa tem diversas finalidades como sejam:

- «Contextualizar e localizar as políticas de acção educativa com o contributo das autarquias;
- Passar de uma lógica de submissão, a uma lógica de implicação de acordo com as dificuldades locais, para o que a autonomia e descentralização administrativa e financeira dos municípios tem contribuído;
- Passar de uma relação com autoridade com base no controlo vertical, para uma autoridade de controlo horizontal, o que o trabalho em parceria a nível local pode viabilizar» (Guedes, 2002).

Podemos assim dizer que a territorialização implica a existência da endogeneização; isto refere-se, como afirma Sofia Pereira (2005), «à forma como são reconhecidos e mobilizados os recursos locais e, sendo as pessoas os recursos locais mais marcantes e decisivos», este conceito é indissociável de uma situação na qual preconizamos a construção do local pelos *locais*, de dentro para fora. Ora, para que a população se transforme numa comunidade participante conscienciosamente, o papel da educação adquire extrema importância pois, «pelo conhecimento que ela dá ao ambiente onde se exerce, pode ajudar a sociedade a tomar consciência dos seus

próprios problemas, com a condição de centralizar os seus esforços na formação de homens completos, conscientemente comprometidos na via da sua emancipação colectiva e individual, e pode contribuir grandemente para a transformação e para a humanização das sociedades» (Faure, 1972). Teríamos, assim, uma *sociedade-providência* como afirma Fernandes (1997).

Para que exista este sentimento de comunidade e de objectivo comum, e para que exista uma construção do local partindo do local, levando assim a que se crie um sentimento de pertença, é necessário que se construa uma identidade comum. Esta tem de ser construída a partir da cultura, uma vez que é uma força de coesão e se torna num factor legitimador da acção.

A cultura é a *produção* do homem, é aquilo que este faz de si mesmo, ou seja, é a realidade que o homem instaura no mundo através da sua actividade criadora sobre a realidade/natureza (Manuel Patrício, 2009). A pessoa como educando é o sujeito da cultura, mediante o factor consciência, isto é, existindo intencionalidade educativa, mas educadoramente. Devemos, deste modo, entender a cidade/local como um património/cultura construída, a que importa dar uma visão integral, isto é, olhar para a muticulturalidade não como uma pluralidade de culturas, mas como uma transculturalidade, criando a partir daquelas uma identidade comum.

Para além desta dimensão cultural existe a dimensão instrumental. Esta é constituída pelos recursos, mobilização e utilização dos mesmos, na construção de quadros de acção comum (Pinhal, 2003).

1.6 - Cidade Educadora - Um Local que se Quer Educador

À ideia de território educativo surge associada a filosofia de Cidade Educadora, isto é, uma cidade com potencial educador que está presente em todas as vertentes e áreas de um território, desde a estética, à urbanística, ao ambiente, à cultura, à saúde, à educação, à habitação, aos assuntos sociais, à ocupação de tempos livres, etc., e na sua constante reconstrução realizada em comunidade.

«A cidade deve deixar de ser um mero recurso pedagógico da escola para converter-se num verdadeiro agente educativo, numa fonte de aprendizagem, de sabedoria e convivência. Isto exige voltar a repensar a ideia de cidade educadora e o papel activo que os municípios têm a desempenhar no âmbito educativo» (Gomez e Vila, 1995, cit. Villar, 2001).

Princípios das Cidades Educadoras:

- «Educação para a diversidade e a cooperação internacional;

- Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla;
- Colaboração inter-administrativa;
- Preservar e difundir a identidade da cidade;
- Potenciar o intercâmbio entre cidades;
- Infância e Juventude como construtoras da cidade;
- Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços;
- Fomento da informação e do associativismo;
- Qualidade de vida como objectivo;
- Integração intergeracional» (Fonte: Ayuntamiento de Barcelona, 1991; Villar, 2001).

Uma Cidade Educadora é aquela que:

- Se relaciona com o meio envolvente, tendo como objectivo a aprendizagem, a troca de experiências e, conseqüentemente o enriquecimento da vida dos seus habitantes, preconizando o direito de educar, aprender e imaginar;
- Tem intencionalidade e responsabilidade relativamente à formação, à promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças, e passando pela educação de adultos, já que vai ser o exemplo destes que aquelas vão seguir;
- Colabora multilateralmente no desenvolvimento da cidade com as instituições educativas formais, com intervenções não formais e informais do concelho, estimulando a participação dos cidadãos no projecto colectivo, a partir das instituições e organizações civis e sociais do concelho, tomando em consideração as iniciativas privadas e outras formas de intervenção espontânea;
- Promove a diversidade, a compreensão e cooperação solidária, combatendo a discriminação, promovendo a justiça social, o civismo, a participação na cidade, a qualidade de vida e a promoção dos habitantes, favorecendo a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo através da realização/promoção de iniciativas e acções cívicas;
- Facilita o desenvolvimento e conhecimento de projectos, que se possam criar no concelho, nas áreas da formação em valores e práticas de cidadania democrática e activa, promovendo o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pela coisa pública, pelos seus programas, bens e serviços, pelas diversas culturas da cidade, pelas múltiplas práticas existentes na cidade, sejam elas formativas, de lazer, desportivas, profissionais, etc.;
- Fomenta a educação ao longo da vida, começando pelos jovens, através da vivência da cidade nas suas diversas dimensões.

Estes princípios implicam as noções de cidades sustentáveis, saudáveis e criativas, exigem, não uma imensidão de projectos que levariam a cair na falta de coerência e de um objectivo comum, mas chegar, «em colaboração e coordenação, à compreensão da Cidade Educadora como uma opção mediante a qual se pretende fazer convergente o desenvolvimento integral de indivíduos e comunidades com uma melhoria global do território [...] determinada pela redefinição das relações estabelecidas entre os agentes sociais, pressupondo uma articulação diferente entre educação, cultura e território de modo a buscar um equilíbrio urgente perante a crise do modelo de bem-estar social» (Villar, 2001).

Neste sentido, a mesma autora apresenta-nos o modelo compactado, ou «modelo de serviços territorializados integrados», como sendo aquele que permite «uma maior proximidade ao ideal de Cidade Educadora que conceptualizamos como um caminhar para um território educativo com uma concepção da educação em que se integram os elementos formativos, face ao estabelecimento de estruturas muito dinâmicas nos recursos culturais; como esforço para desenhar e projectar estratégias que levem ao aproveitamento dos recursos existentes na cidade e à implicação de todas as entidades do território». Segundo Alfieri (1991, cit. Villar, 2001), para que esta ideia se torne real, «é precisa uma norma que obrigue as entidades públicas a organizar este sistema. Normas que favoreçam o associativismo, e que combinem os serviços públicos com uma forte participação directa».

É neste enquadramento que ganham importância os Conselhos Municipais de Educação. Estes têm como competências:

- a) «Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego;
- b) Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa [...];
- c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio;
- d) Apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município;
- e) Adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;
- f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e

profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;

- g) Programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
- h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar» (Decreto-Lei n.º7/2003, artigo 4.º, n.º1).

Contudo, é importante ter em conta que não está claro quais os efeitos reais que as decisões tomadas neste conselho têm ou quais as medidas que são tomadas face às deliberações do conselho, como defende Pinhal. Das ideias iniciais dos conselhos locais de educação à criação dos conselhos municipais de educação, perdeu-se o peso significativo que estes órgãos deveriam ter, como parceiros e como órgão consultor a nível da construção de um território educativo.

Continuamos, assim, com a busca da melhor forma de construção de Projectos Educativos Locais, que só seria possível com uma visão como a anteriormente descrita.

Um P.E.L. tem como objectivos, segundo Ana Bettencourt:

- ⊙ aumentar a responsabilidade local na educação, através da coordenação e mobilização de recursos;
- ⊙ contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e cultural das crianças, jovens e adultos e para a igualdade de oportunidades;
- ⊙ promover a valorização e desenvolvimento locais, através da educação ambiental, patrimonial, formação profissional e investigação científica;
- ⊙ incentivar a participação dos cidadãos na vida da comunidade.

Podemos, e devemos, tomar em conta o papel que a escola pode exercer. Uma vez que esta não pode assumir as valências da realidade complexa, pode articular-se com o «território», promovendo este «uma série de ocasiões educativas articuladas com os recursos disponíveis, e que a escola clarifique o seu papel sobre a transformação desta experiência de vida em experiência de cultura» (Villar, 2001).

2 - Caracterização do Contexto de Estágio

2.1 - O meio: o Concelho de Almada

O Concelho de Almada situa-se a sul do rio Tejo, faz parte do Distrito de Setúbal e insere-se na Área Metropolitana de Lisboa. Este concelho é constituído por onze (11) freguesias: Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca da Caparica, Costa de Caparica, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó, Pragal, Sobreda e Trafaria.

Segundo os dados dos Anuários Estatísticos Regionais – Informação Estatística à escala regional e municipal de 2006 (I.N.E.), o concelho de Almada possui um total de 166 013 habitantes, com pouca diferença entre população feminina e masculina, que se distribuem de forma não homogénea pelo território. A densidade populacional sofreu um aumento de 2 177 (hab/m²) para 2 364,8 (hab/m²) de 1997 para 2007.

A população deste concelho tem um índice de envelhecimento um pouco superior à média nacional (I.N.E. 2006). No que se refere à taxa de analfabetismo, encontra-se abaixo da média nacional (I.N.E. 2001).

O território do concelho de Almada corresponde a uma área de cerca de 7200 ha, correspondendo cerca de 2467,83 ha a reservas ecológicas e naturais, e aproximadamente 4000 ha a áreas urbanas ou urbanizáveis.

É um concelho em forte desenvolvimento, cuja dependência da Capital está cada vez mais reduzida, tanto a nível do emprego e da formação escolar, bem como da satisfação de necessidades de bens e serviços ligados ao recreio, lazer e cultura.

Caracterização Económica e Social

A população do concelho de Almada tem um nível de rendimento médio mensal de 861 euros por pessoa, o que equivale a aproximadamente duas vezes o ordenado mínimo nacional.

Analisando a distribuição da população activa por sector de actividade, verificamos que maioritariamente têm ocupações no sector terciário, 17 456 (7 168 homens e 10 288 mulheres), em seguida encontra-se o sector secundário com 4 516 (3 563 homens e 953 mulheres), e por fim o sector primário que se encontra em recessão com apenas 50 (34 homens e 16 mulheres).

Observando o número de trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações, podemos concluir que a maior parte da população empregada não tem formação superior (1º ciclo - 4 356 / 20%, 2º ciclo - 3 608 / 17%, 3º ciclo - 5 473 / 25,5% e secundário - 5 207 / 24%). A taxa de formação superior é bastante mais baixa, com 622 bacharéis (3%) e 2 181 licenciados (10,5%).

Desenvolvimento Cultural e Recreativo

O concelho apresenta uma intensa actividade cultural e recreativa, dispondo de diversos equipamentos municipais; associações, colectividades e instituições culturais e recreativas; associações, colectividades e instituições desportivas; bem como espaços costeiros e reservas naturais.

Os recursos no concelho são vários, desde espaços museológicos a galerias de arte, bibliotecas, centros culturais juvenis, arquivos, etc. De referir que seria relevante não um levantamento extensivo (ao qual podemos ter acesso por exemplo na Agenda cultural de Almada), mas sim uma análise da forma como estes recursos estão integrados na comunidade e o seu modo de regulação. No entanto, não será possível realizar este estudo no presente trabalho devido à sua complexidade.

A Educação Formal no Concelho de Almada

O concelho de Almada está dotado de uma rede de estabelecimentos do pré-escolar ao ensino superior, passando ainda pelo ensino profissional, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), educação sénior, nocturna e artística profissionalizante.

No ano 2008/2009 a totalidade de alunos foi de 34 618, distribuídos por 129 estabelecimentos, dos quais 61 pertencem à rede pública, que se encontra distribuída assimetricamente pelo concelho devido à desigual distribuição populacional.

A rede particular de ensino incide principalmente sobre o nível da educação de infância, para a qual a rede pública ainda não tem estabelecimentos suficientes para responder às necessidades.

Porém, através de elaboração da Carta Educativa, o município realizou um levantamento das necessidades da rede escolar com o fim de suprir estas mesmas falhas. Assim, para além da construção de 5 novos centros escolares, neste momento o município aposta na «criação de condições de segurança dos edifícios e equipamentos, criação e modernização dos refeitórios escolares, remodelação das

instalações sanitárias, criação de bibliotecas escolares e adaptação de espaços e acessos às crianças com mobilidade reduzida» (sitio *Almada, Cidade Educadora*, Julho de 2009).

Para que haja um desenvolvimento solidário e sustentável, Almada dispõe de diversos apoios socioeducativos: prolongamento de horário e alimentação no que respeita à componente de apoio à família a nível pré-escolar; acção social escolar para apoio na aquisição de material escolar e didáctico, refeições e transportes para o 1º ciclo, bem como actividades de enriquecimento curricular, que têm como promotora a CMA e outras entidades tais como associações de pais ou Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo que em todos os casos é a primeira quem as apoia ao nível de adaptação das instalações e aquisição de material. A CMA promove ainda o transporte de pessoas com deficiência e concede bolsas de estudo a alunos que queiram prosseguir os estudos a nível superior e possuam dificuldades económicas.

De referir que o fornecimento de refeições para o pré-escolar e 1º ciclo é da responsabilidade da CMA em colaboração com agrupamentos de escolas, associações de pais e instituições locais sem fins lucrativos. Este ano as refeições foram concessionadas a uma empresa alimentar em 31 estabelecimentos e em gestão directa a associações de pais e instituições sem fins lucrativos em 6 estabelecimentos. Em todos os casos, a CMA chama a si a segurança alimentar, pelo que foi celebrado um acordo entre a CMA e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge para controlo microbiológico regular das condições higiénicas a nível de instalações, manipulação e análise de refeições cozinhadas, bem como sobremesas e utensílios utilizados.

2.2 - Caracterização por Nível de Ensino: Principais Características

Educação Pré-Escolar

Como principais características pode afirmar-se que a rede pública de estabelecimentos deste nível de ensino tem melhorado significativamente, contudo continua a ser um pouco assimétrica a nível da sua distribuição pelo concelho. Esta distribuição é complementada pela rede privada e por instituições de solidariedade social.

Pode dizer-se que este nível de educação ainda não abrange toda a população, sendo a taxa de cobertura apenas de 17%, ficando, assim, uma parte significativa fora dele. A Componente de Apoio à Família – alimentação e

prolongamento de horário - vem ajudar a aumentar a frequência do ensino pré-primário, promovendo um acesso à educação igual para todos e combatendo a exclusão social.

Ensino Básico do 1º Ciclo

No ensino básico do 1º ciclo, a rede pública é a que apresenta maior número de escolas, estando, contudo, distribuída assimetricamente pelo concelho. As escolas funcionam na sua maior parte em regime misto ou duplo, inviabilizando a utilização das mesmas para outras funções de desenvolvimento local.

No que se refere às instalações complementares verifica-se a existência de refeitórios em quase todos os estabelecimentos, sendo que os que não dispõem desta valência, têm refeições trazidas pelas entidades contratualizadas para o mesmo.

Novamente, como no nível de educação apresentado acima, o Programa de Apoio Alimentar, o Apoio para livros e material escolar e o subsídio de transporte escolar para alunos que residam a uma distância superior a 3 ou 4 quilómetros, vêm discriminar positivamente garantindo que o acesso à educação seja igual para todos.

Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos

No 2º ciclo, a rede pública detém metade da oferta, pertencendo a outra metade ao ensino particular, ao passo que no 3º ciclo existe já uma maior oferta da rede pública, visto que todas as escolas do ensino secundário têm 3º ciclo incorporado.

Nestes níveis de ensino, as escolas estão bem equipadas a nível de instalações complementares, possuindo quase todas biblioteca, refeitório, pavilhão gimnodesportivo, etc.

Relativamente ao sucesso escolar, verificamos que com o aumento do nível de ensino aumenta significativamente o número de repetências. Neste nível, não é ainda muito visível o abandono escolar, uma vez que é controlado pela escolaridade obrigatória.

Ensino Secundário

Existem 10 escolas do ensino secundário, todas elas equipadas com instalações complementares. O grande problema verifica-se a nível da sua localização assimétrica no concelho, implicando grandes deslocações dos alunos.

Novamente a este nível verifica-se uma alta taxa de repetência, que se repercute no abandono escolar. Para fazer face a este factor existe a nível nacional,

faz algum tempo, o ensino recorrente de adultos, o qual constitui uma segunda oportunidade de finalizar os ensino básico e secundário.

Apesar de a população concelhia ter um índice de envelhecimento elevado, tanto neste nível de ensino como no 2º e 3º ciclos verifica-se uma elevada taxa de ocupação das escolas promovida pela oferta de serviços complementares de cada escola.

Ensino Superior

O pólo universitário está em crescimento em termos de oferta e de procura no concelho de Almada, que se faz notar no crescente número de alunos neste nível de ensino. Relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, o pólo universitário de Almada é o 2º maior, incluindo sete (7) instituições: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Piaget (Escola Superior de Educação e Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares), Escola Superior de Saúde Egas Moniz, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Escola Naval e Escola Superior de Tecnologias Navais.

Apesar de não oferecer ainda formação em todas as áreas académicas, o pólo é apresentado no Plano Director Municipal (PDM) como justificação para a criação de um parque tecnológico que fomente a investigação e o desenvolvimento tecnológico do concelho.

2.3 - A Instituição: Câmara Municipal de Almada

Segundo o Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., os serviços municipais foram alterados na sua macroestrutura, aprovando a criação da Direcção Municipal de Desenvolvimento Social, em substituição do Departamento de Acção Sociocultural, a quem cabe «assegurar o desenvolvimento das actividades educativas e da juventude, bem como exercer as atribuições que decorrem da legislação em vigor, nomeadamente as competências municipais na área da educação» (Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., n.º 8). Nesta Direcção Municipal, integra-se o Departamento de Educação e Juventude, a quem compete «assegurar a coordenação do plano educativo do concelho de Almada, “Almada, cidade educadora”» (idem). Para este efeito, o Departamento ramifica-se em três divisões: Divisão de Educação, Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos e Divisão de Juventude. O meu estágio foi recebido pela Divisão de Educação.

Apresento em anexo (anexo 1) o organigrama da macroestrutura organizacional dos serviços municipais pois, apesar de este não dar conta das relações informais que, segundo Mintzberg (1999), «representam uma imagem precisa da divisão do trabalho», mostra que cargos existem na organização e «num relance como é que estes se agrupam em unidades e como é que a autoridade formal flui entre elas».

Segundo o autor, existem cinco (5) componentes básicas em cada organização: o centro operacional, a linha hierárquica, o vértice estratégico, a tecnoestrutura e o pessoal de apoio ou funções logísticas.

O centro operacional é constituído pelos operadores que prestam os serviços assegurando os *inputs* para produção, transformando os mesmos em *outputs*, distribuindo-os.

A linha hierárquica são aqueles que estabelecem a ligação entre o vértice estratégico, a tecnoestrutura e o centro operacional desempenhando tarefas várias de supervisão e servindo de apoio ao fluxo vertical de informação.

O vértice estratégico é quem conserva o controlo sobre as decisões - coordenando através da supervisão - para assegurar que a organização cumpre a sua missão de modo eficaz e atende às necessidades dos que detêm o poder sobre ela. Pode ser visto como o nível no qual é estabelecida a mediação entre a organização e o seu meio.

A tecnoestrutura é a componente na qual se actua no sentido da estandardização dos processos de trabalho para que o trabalho seja mais eficaz

(menos recursos-maior produção, através da standardização). Esta planifica e padroniza os processos de trabalho, os *outputs* e as habilidades.

O pessoal de apoio ou funções logísticas dá apoio à organização fora do seu fluxo de trabalho operacional.

O organigrama mostra que existe uma forte organização formal, com uma divisão muito marcada e standardizada por área de trabalho, isto é, agrupamento funcional. Isto pode trazer algumas dificuldades ao nível da implementação de projectos estratégicos comuns. Verificamos ainda que as unidades são de grande dimensão ao nível operacional, mas que decrescem de dimensão à medida que subimos na hierarquia para a linha hierárquica (gestores) e vértice estratégico, o que resulta na estrutura muito verticalizada do organigrama. Desta análise depreendemos que será uma organização centralizada ao nível vertical e com pouca descentralização horizontal. A partir deste olhar podemos categorizar a organização desta instituição como uma burocracia mecanicista ou aquilo a que Mintzberg chama *Burocracia Mecanicista Pública*, pois adoptam esta configuração devido não só ao trabalho rotineiro, mas também ao facto de terem de prestar contas ao público e a entidades superiores hierarquicamente das suas acções.

Nas palavras de Mintzberg, este tipo de configuração organizacional caracteriza-se por «tarefas operacionais rotineiras e muito especializadas, procedimentos muito formalizados no centro operacional, uma proliferação de regras, regulamentos [emergindo, assim, a tecnoestrutura como elemento essencial desta configuração] e uma comunicação formalizada em toda a organização, unidades muito grandes ao nível operacional, o agrupamento das tarefas baseado nas funções, uma centralização relativamente importante dos poderes de decisão, uma estrutura administrativa elaborada e uma distinção nítida entre os operacionais e os funcionais».

Segundo Michel Crozier (1963), este tipo de configuração desenvolve regras impessoais, através das quais cada função está definida muito pormenorizadamente para que sejam previstos o maior número de eventualidades e assim o trabalho se desenrole de uma forma mais rápida e mecânica.

Centraliza as decisões para que as regras sejam estabelecidas sem que os responsáveis por esta tarefa sejam pressionados pelos operacionais que vão ser afectados pelas mesmas.

Isola as categorias hierárquicas, quase não existe relacionamento entre diferentes categorias e estratos, e dentro de cada categoria ou estrato existe pressão dos membros desse grupo uns sobre os outros actuando esta pressão como factor de regulação em si, de controlo entre pares.

Desenvolvem-se redes de poder paralelas, pois num sistema em que todos os comportamentos e acções são estandardizados e que, por isso, podem ser previstos com antecedência, quem prevê e estandardiza detém poder sobre aqueles em quem recai essa estandardização, isto é, existe um poder vertical muito forte devido à dependência.

Estas situações provocadas pela configuração burocrática mecanicista resultam num clima de impessoalidade e centralização (que é aquele que está na origem da configuração em si). Este clima de impessoalidade e centralização, apesar de ter mais-valias tem também os seus pontos fracos que apresentarei juntamente com a análise à Divisão de Educação.

2.4 - A Divisão de Educação

A Divisão da Educação localiza-se num local central na Freguesia de Almada, e tem uma relação próxima com os cidadãos, tendo atendimento directo e telefónico desde as 10 horas às 17 horas todos os dias úteis.

Tem como competência geral assegurar as «actividades ligadas ao sistema educativo, nomeadamente na área da acção social escolar, da animação sócio-educativa e do apoio a projectos sócio-educacionais» (Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., n.º 8.1).

Para além de assegurar o cumprimento das competências definidas por lei (Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro e Lei nº 5-A/2002), a Divisão de Educação tem uma política socioeducativa de desenvolvimento local, integrada no movimento das Cidades Educadoras, visando uma acção educativa territorializada «em que o meio, os valores, as tradições, as realidades e saberes locais se expressem em projectos sócio-educativos direccionados para uma educação ambiental e de cidadania plena». Esta atitude reproduz-se em várias iniciativas criadas e promovidas por si. Algumas destas iniciativas são a Recepção à Comunidade Educativa, o Plano de Acção Cultural, a Festa Verde, o Inter-escolas, as Férias Artísticas, a Homenagem ao Professor Aposentado, a Mostra de Ensino Superior, intercâmbios, a Festa de Natal para as crianças do concelho, o Carnaval das escolas e instituições de infância, as marchas populares, a Agenda 21 da criança, o Eco-escolas, as comemorações dos 500 anos de Gil Vicente, o Festival Interescolas de Teatro, etc.

Esta Divisão é constituída por um grupo humano de 12 elementos, dentro dos quais uma chefia, três técnicos superiores, 3 técnicos profissionais, quatro

administrativas, das quais uma apenas trabalha com esta divisão a tempo parcial, e uma técnica superior estagiária.

Em termos de espaço físico de trabalho a equipa divide-se por quatro (4) salas: a sala da chefia, a sala da administrativa da chefe de divisão, juntamente com outra administrativa, a sala das competências e a sala dos projectos socioeducativos. A sala da chefia tem uma secretária de trabalho, um computador e um armário, bem como uma pequena mesa para reuniões de trabalho com os técnicos, que esteve durante cerca de sete meses ocupada a tempo parcial por mim. As salas dos técnicos e administrativos têm tantas mesas, computadores e telefones quanto trabalhadores e espaço para pastas. Não existem divisórias que isolem o som dentro destas salas, pelo que as condições de trabalho podem sofrer alterações ao longo do dia, seja com pequenas reuniões informais, seja com a circulação de colegas. Esta situação, apesar de não promover a concentração no trabalho, incentiva a comunicação informal, tornando o trabalho menos isolado e impessoal. Todas as salas têm aquecimento e amplas janelas.

A nível interno a equipa trabalha com base na intranet da Câmara Municipal de Almada, tendo acesso, consoante a *password*, a diferentes áreas de trabalho. Apenas alguns dos técnicos e administrativos têm acesso a uma ferramenta essencial nos dias de hoje, a Internet, bem como à possibilidade de passagem de informação com *pendrive*.

Segundo Mintzberg existem cinco (5) mecanismos de coordenação nas equipas: ajustamento mútuo, supervisão directa, estandardização dos processos de trabalho, estandardização dos resultados e estandardização das qualificações dos trabalhadores.

No ajuste mútuo, a coordenação é efectuada apenas com o simples processo de comunicação informal. A supervisão directa caracteriza-se pela responsabilidade que uma pessoa tem sobre o trabalho dos outros, dando orientações e supervisionando o seu trabalho. A estandardização dos processos de trabalho baseia-se na padronização do trabalho antes da realização do mesmo, sem que exista ajustamento mútuo ou supervisão directa. A estandardização dos resultados como o próprio nome indica consiste na predeterminação de a um *output* determinado. A estandardização das qualificações dos trabalhadores consiste no tipo de formação exigido para o desempenho de cada função, o que leva exactamente à padronização dos processos de trabalho.

Na Divisão de Educação o processo mais forte de coordenação é o da supervisão directa, em que a chefe de divisão orienta e dá directrizes, supervisionando o trabalho de toda a equipa, e funcionando como elo de ligação aos níveis superiores. As decisões a tomar, os conflitos internos, os problemas a necessitar solução, tudo passa por este responsável. Isto resulta inevitavelmente na centralização. Indo um pouco mais além da DE, analisando o modo de resolução de problemas de coordenação não rotineira, verificamos que nos movemos sempre num sentido ascendente de transferência até que atingimos um ponto comum de supervisão, demonstrando mais uma vez o nível de centralização do poder.

A informação, ao circular sempre verticalmente, através de uma cadeia relativamente longa, leva a perdas e distorções (intencionais ou não) de informação, o que leva a que as respostas dadas aos problemas e as soluções adoptadas nem sempre sejam as mais adequadas ou realizadas em tempo útil.

O ajustamento mútuo é utilizado mas de forma limitada, uma vez que os processos de trabalho estão previamente estandardizados, para além de que existem diversos bloqueios a esta comunicação informal, sejam elas diferenças de estatuto ou hierarquia ou mesmo de unidade no mesmo nível de hierarquia. Cada unidade acaba por se fechar dentro de si mesma protegendo o grupo e o seu trabalho contra transgressões territoriais de outras unidades. Este facto prende-se em parte com o facto de cada unidade ter de demonstrar trabalho e da necessidade de comprovar um nível de certo modo superior às outras, seja por razões orçamentais, de aumento de pessoal, de fecho do grupo sobre si mesmo para que não passe para fora a informação que não se deseja, etc.

Este grupo, como já vimos anteriormente na análise da configuração da organização, tem o poder bastante centralizado, com processos de decisão que circulam na vertical, um nível de formalização dos procedimentos e de regulamentação de controlo (normativa) elevados. Isto deve-se à necessidade de apresentação de justificação a nível superior e público das acções, seja relativamente aos trabalhadores da organização, aos orçamentos, à necessidade de resposta igual a nível nacional relativamente ao regulamentado por lei, etc. A complexidade do trabalho baixa à medida que se desce na hierarquia, uma vez que o trabalho se torna mais estandardizado.

Verifica-se no funcionamento deste grupo que os conflitos e problemas são contidos para que o trabalho não seja afectado, em vez de serem resolvidos, trabalhando-se sempre para uma melhoria do desempenho e não para a resolução

dos problemas. A própria standardização não permite o tempo necessário a estes ajustes.

A planificação das estratégias vem nitidamente de cima para baixo, já que qualquer iniciativa para a qual é necessário elaborar uma proposta é apresentada aos técnicos com orientações prévias específicas, seja ao nível da calendarização, de nomes, etc.

Apesar do limitado ajustamento mútuo e comunicação informal, existe entre os membros da organização uma certa interdependência, uma vez que cada membro tem alguma noção do trabalho que os colegas estão a realizar para que o atendimento directo do cidadão seja mais eficaz. Por outro lado, no que respeita às tarefas específicas de cada membro, a informação detalhada só é transmitida entre o grupo de trabalho de uma mesma iniciativa ou da execução de uma mesma competência. Isto pode ser entendido como uma protecção dos trabalhadores relativamente ao seu trabalho. Apesar deste fechamento sobre si mesmo ou sobre o pequeno grupo horizontal, verifica-se bastante ajuda mútua na realização das tarefas, já que cada trabalhador detém habilidades mais específicas para a solução de determinados problemas, facilitando o trabalho dos colegas.

2.5 - Relações com o Exterior

Para a análise do trabalho realizado por uma Câmara Municipal é essencial o estudo das suas relações com o exterior, especialmente quando tentamos entender de que forma interage esta com o seu entorno, de que forma o dinamiza e promove no sentido de o tornar um território educativo, uma cidade educadora com um projecto educativo local. Não pretendo aqui apresentar um levantamento extensivo e completo das relações externas da Divisão de Educação, mas uma breve exposição baseada na observação ao longo do estágio e da análise de protocolos aos quais tive acesso.

A caracterização que aqui apresento refere-se ao nível de persistência das relações (que podem ser permanentes, regulares ou circunstanciais), de formalidade (formais, não formais ou informais), à sua natureza (relação material, financeira, humana ou informacional) e consistência (existência ou não de um projecto comum com concepção e realização comum ou não) (J. Pinhal, 1993).

Relação da CMA com:	<u>Persistência</u>	<u>Formalidade</u>	<u>Natureza</u>	<u>Consistência</u>
Associação Cultural da Orquestra de Clarinetes de Almada	Permanente	Formal	Financeira	Não existe projecto comum

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área: Administração Educacional
2008/2009

Sociedade Recreativa Musical Trafariense	Permanente	Formal	Material/ Financeira/ Informacional	Existe projecto e realização comum
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Permanente	Formal	Material/ Informacional/ Humana	Existe projecto e realização comum
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Circunstancial	Formal	Material/ Informacional/ Humana	Existe realização comum de um projecto
Cooperativa Egas Moniz	Regular	Formal	Financeira/ Informacional/ Humana	Não há projecto comum
Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI)	Permanente	Formal	Material/ Financeira/ Informacional/ Humana	Existe projecto realização comum
Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português	Circunstancial	Formal	Financeira	Não existe projecto comum
UCAPA – União Concelhia das Associações de Pais de Almada	Regular	Formal	Material	Não há projecto comum

2.6 - Finanças Locais

A Câmara Municipal de Almada divulga, conforme previsto na lei, o orçamento e as «Opções do Plano» que apresenta anualmente.

Expõe, após definição das linhas estratégicas e de orientação, bem como sua operacionalização em actividades por direcção municipal, departamento e respectivas divisões, o Mapa do Plano de Actividades Municipal e o Mapa do Plano Plurianual de Investimentos.

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área: Administração Educacional
2008/2009

	2008		2009	
Total do Orçamento da Câmara Municipal de Almada	87 121 959,35	100%	111 897 298, 25	100%
Total de Despesas (previsão): ano em curso (financiamento)	9 407 562, 17	11%	10 454 508, 26	9,3%
Funções Sociais	3 313 889, 08	3,8%	4 137 352	3,7%
Educação	2 419 897, 79	2,8%	2 286 631, 13	2,04%

No Mapa do Plano de Actividades Municipais, verifica-se que do orçamento total da Câmara Municipal de Almada, apenas 11% em 2008 e 9,3% em 2009 são afectados para despesas de financiamento.

Analisando esta previsão, verificamos que são gastos com Funções Sociais no ano de 2008 cerca de 3,8% e no ano seguinte 3,7%, não existindo grande oscilação.

Com a Educação são gastos cerca de 2,8% em 2008 e 2,04% em 2009. Novamente a afectação para esta área não sofre grandes variações de um ano para o outro.

As despesas de financiamento a nível da educação prendem-se essencialmente com o ensino não superior, ensino básico e secundário, conservação e manutenção de edifícios escolares e logradouros, bem como com os serviços auxiliares que incidem essencialmente sobre a acção social escolar, incluindo-se aqui o apoio alimentar, o alargamento de horário pré-escolar, as actividades de enriquecimento curricular e o transporte escolar.

Apresenta de seguida o Orçamento segundo o Plano Oficial de Contabilidade para a Administração Local (POCAL), dividindo-se a informação em: Mapa Resumo do Orçamento, Mapa da Receita, Mapa da Despesa por classificação Económica/Orgânica e por fim Mapa de Empréstimos.

3 - Descrição das Tarefas Diárias como Técnica Superior Estagiária

Este capítulo tem como objectivo a descrição das tarefas realizadas no local de estágio, Câmara Municipal de Almada (Departamento de Educação e Juventude, Divisão de Educação) como técnica superior, integrando-se aqui todas as actividades, quer aquelas que não estejam inseridas e implicadas directamente com o projecto de investigação realizado na instituição quer as que estejam.

Para este efeito, irei apresentar as mesmas por ordem cronológica, descrevendo em primeiro lugar em que consiste a tarefa/iniciativa e como se integra no trabalho realizado pela Divisão de Educação, seguindo-se a apresentação dos objectivos da mesma e do meu papel nestas funções.

A minha participação como técnica superior estagiária na Câmara Municipal de Almada dividiu-se em três grandes momentos. O primeiro debruçou-se essencialmente sobre o acompanhamento da realização da iniciativa *Mostra de Ensino Superior* desde a segunda semana de Outubro à segunda semana de Março. O segundo foi a preparação e formulação de uma proposta para o Concurso Jovens Talentos e suas respectivas normas que decorreu desde meados de Março a Maio. O terceiro incidiu no acompanhamento das tarefas executadas pela câmara ao nível das competências que lhe estão atribuídas legalmente, em particular no teste a um programa piloto de venda de senhas de almoço automático. Este momento teve lugar entre a segunda semana de Maio e o início de Junho.

Para além destes dois momentos principais, foi parte integrante das minhas tarefas acompanhar todas as outras iniciativas da Divisão de Educação realizando diferentes tarefas consoante as necessidades verificadas e com o objectivo de, para além de conhecer mais aprofundadamente cada iniciativa, compreender e aprender os distintos momentos de uma iniciativa integrada numa política socioeducativa, bem como desenvolver a minha capacidade de resolução de problemas e capacidade de resposta na realização das mesmas.

3.1 - Mostra de Ensino Superior

Esta iniciativa nasceu em 2004 de uma conversa informal entre o então Director da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova e a Senhora

Presidente da Câmara Municipal de Almada, na qual o primeiro propôs uma divulgação feita a nível da Faculdade para a população em geral. Daqui surgiu a ideia de juntar num mesmo momento de divulgação toda a oferta do ensino superior do concelho, abarcando toda uma área territorial, neste caso Almada.

Uma vez que até à data as relações privilegiadas da Divisão de Educação e Juventude iam desde o ensino pré-escolar ao 12º ano, não abarcando, contudo, o universitário, e que na altura se realizava uma iniciativa chamada Festa da Educação com uma vertente de Mostra também, foi necessário pensar no modelo a seguir para implementar esta iniciativa. Para isto foi criado o grupo de trabalho constituído por elementos da CMA e elementos do Departamento de Comunicação de cada instituição do ensino superior participante.

Verificaram-se diversas necessidades ao longo das conversas de grupo e da chuva de ideias para construção de um modelo, a saber: divulgação e informação da/sobre a oferta; a existência de uma componente interactiva e experimental para que exista uma maior proximidade à população; o abordar de temáticas relevantes integradas no ensino superior e na orientação e inserção para a vida activa na altura de passagem do ensino secundário para o superior. Assim, surgiu a Mostra de Ensino Superior constituída por diversas componentes: a tenda com espaços para as várias instituições se apresentarem e desenvolverem ateliês; um encontro/*workshop* temático e as animações e actividades ao ar livre.

Esta iniciativa surge no âmbito da educação para todos, seguindo a missão estabelecida pela UNESCO para a educação: a promoção da expansão e a melhoria da qualidade da educação, entendida como um direito fundamental do indivíduo e instrumento essencial para uma política de diálogo entre os cidadãos e os Estados. Deste modo, impõe-se o «combate às discriminações no acesso ao ensino e a educação contínua, ao longo da vida, como meio de proporcionar e melhorar a adaptação às transformações do mundo actual» e a promoção de «um incentivo ao acesso a um nível de educação mais qualificada».

Este evento tem carácter informativo, científico, cultural e lúdico, como um espaço de conhecimento e aproximação dos cidadãos às escolas do Ensino Superior (em particular os alunos do ensino secundário), impulsionando a sua ligação efectiva ao conhecimento intelectual, cultural, social, científico e tecnológico desenvolvido nas instituições de ensino superior.

A Divisão de Educação (serviço coordenador da iniciativa) desenvolve esta iniciativa conjuntamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz; a Escola

Superior de Saúde Egas Moniz; o Instituto Piaget (ISEIT e ESSE); a Escola Naval; a Universidade Sénior de Almada e as Escolas Secundárias do Concelho de Almada, tendo sido a Universidade Sénior e as Escolas Secundárias do Concelho integradas no ano de lectivo 2007/2008. É uma iniciativa co-organizada, tomando a CMA o papel de apoio logístico e financeiro.

Para além deste grupo de trabalho são também intervenientes os seguintes serviços municipais:

- DEJ – Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos;
- DIRP – Divisão de Informação e Relações Públicas;
- Departamento de Cultura;
- Divisão de Património
- Divisão de Aprovisionamento;
- Divisão de Jardins e Espaços Verdes;
- Divisão de Manutenção e Logística;
- Divisão de Turismo.

É criado um programa em colaboração com as instituições do ensino secundário e superior do concelho, que integra desde um ciclo de conferências nas escolas do ensino secundário, a seminários, ateliês, exposições, um concurso, desportos de aventura e espectáculos musicais.

Os objectivos desta iniciativa são: dar a conhecer aos estudantes do 3.º ciclo e secundário do concelho as ofertas educativas ao nível do ensino superior local; envolver os estudantes do ensino secundário e as respectivas escolas na «Mostra do Ensino Superior» de 2009; afirmar Almada como espaço de oportunidades para a juventude no domínio da educação, formação e actividades profissionais; reconhecer a importância do conhecimento científico, cultural e social no âmbito de uma cidade educadora e do conhecimento e do desenvolvimento local; proporcionar momentos de animação desenvolvidos pelas diferentes instituições de formação superior do concelho de Almada; proporcionar momentos de debate e reflexão promovendo o contacto/relação/diálogo/conhecimento entre as Escolas Secundárias e as Instituições Superiores; promover a divulgação dos projectos socioeducativos desenvolvidos pelas escolas secundárias do concelho; mobilizar todos os agentes do processo educativo, procurando contribuir para uma cooperação cada vez maior entre os diferentes intervenientes e instituições; dar a conhecer e dinamizar espaços/equipamentos municipais.

Estes objectivos vêm no seguimento das linhas de orientação das Opções do Plano: desenvolver os sistemas educativo, cultural e desportivo (Opções do Plano, 2.1) e criar oportunidades para a juventude, desenvolver e aprofundar a solidariedade e a segurança de todos (Opções do Plano, 2.4). Dentro da primeira linha de orientação, incluem-se a promoção da educação para a sustentabilidade em articulação com as escolas, universidades e outras entidades locais, associações e grupos de cidadãos, e dentro da segunda linha de orientação o apoio ao associativismo juvenil, o fomento da participação dos jovens na vida local, o apoio e incentivo ao funcionamento do Fórum Municipal da Juventude. A operacionalização consiste, assim, em dar continuidade e aprofundar a parceria com o Pólo de Ensino Superior do Concelho, organizar a Mostra do Ensino Superior, promovendo a ligação das actividades académicas com o desenvolvimento local (Opções do Plano, 2.5.7).

Este ano, 2009, realizou-se de 4 a 7 de Março, tendo como tema «Almada Superior – O Ensino do Futuro» e decorrendo em três espaços físicos: o Fórum Romeu Correia - sala Pablo Neruda, a tenda na Praça São João Baptista e o espaço exterior. No Fórum Romeu Correia (sala Pablo Neruda/átrio), decorreram a sessão de abertura, a exposição dos trabalhos realizados pelas escolas do ensino secundário, exposição da oferta educativa do ensino superior do concelho e um seminário ou encontro temático apresentado pelas diferentes instituições do ensino superior em mostra da sua actividade; na tenda decorreram os ateliês apresentados pelas diferentes instituições do ensino superior para experimentação de algum trabalho desenvolvido nas Universidades presentes, a exposição do ensino superior dando a conhecer as diferentes Faculdades e o concurso para os alunos do secundário; no exterior decorrem animações várias, desde actividades de desporto a sessões musicais (realizadas no interior da tenda devido a más condições meteorológicas) incluindo coros, tunas e grupos musicais das Faculdades. Estas últimas animações são muito importantes como incentivo ao movimento estudantil e são reflexo de culturas, de integração e de afirmação cultural, social e educacional.

Como inovação este ano pretendeu-se realizar um ciclo de conferências destinadas aos alunos do ensino secundário num tempo prévio à Mostra, uma vez que se pretende aumentar a participação e o envolvimento do ensino secundário. Contudo, devido à impossibilidade de enquadramento destas actividades na maioria dos planos de actividades das escolas a adesão foi baixa.

Como metodologia de trabalho, em grandes traços, incluem-se reuniões com o grupo de trabalho para planeamento da iniciativa; definição das actividades da iniciativa; reserva do espaço, planeamento logístico e concepção gráfica; orçamentação; divulgação; montagem e realização.

As minhas funções durante a preparação da iniciativa foram :

1. Contactar com as diferentes instituições do grupo de trabalho para agendar reuniões e solicitar a entrega de informações, a participação nas reuniões do grupo de trabalho para decisões sobre a iniciativa e a realização do registo das mesmas;
2. Colaborar no planeamento e programação do evento;
3. Fomentar, telefonicamente, junto das escolas, a sua participação no Ciclo de Conferências, Encontro e concurso;
4. Apoiar o levantamento das necessidades;
5. Cooperar na montagem da tenda e das infraestruturas para as actividades de desporto ao ar livre.

As funções que desempenhei durante a Mostra do Ensino Superior:

1. Estar presente e participar na preparação e verificação do espaço cada início e final de dia da iniciativa;
2. Prestar informações sobre a iniciativa, programação, exposição, inscrições e resultados do concurso, etc.;
3. Divulgação da Mostra do Ensino Superior aos jovens presentes nos espaços envolventes à Praça São João Baptista;
4. Cooperação na organização dos jovens participantes no concurso no que se refere à sua circulação entre ateliês;
5. Participação na realização da prova final de desempate do concurso;
6. Resolução de situações pontuais como sejam a falta de luz, a preparação do espaço para as actuações com maior número de pessoas que as previstas, portas empenadas, etc.

3.2 - Concurso Jovens Talentos

Este concurso está integrado nas linhas estratégicas do Plano 2009, prossequindo a «edificação de um espaço fértil de oportunidades para a juventude nas áreas da formação, lazer, fruição cultural, práticas desportivas, actividades profissionais». Consiste em premiar a excelência e incentivar o exercício de uma cidadania activa, através de uma actuação em diversas esferas da vida social. Para este efeito serão atribuídos distintos prémios referentes a áreas como o conhecimento, a solidariedade, o desporto, etc. Este concurso segue os princípios das cidades educadoras ao preconizar um desenvolvimento local consistente e humanista.

Foi-me proposto que, com a supervisão de uma das técnicas superiores da Divisão de Educação, elaborasse uma Proposta do Concurso Jovens Talentos partindo das ideias congregadas numa reunião entre os membros das diversas divisões que cooperam nesta iniciativa. Foi necessária alguma pesquisa relativa ao funcionamento destes concursos a nível de outros concelhos, seja a nível das categorias a premiar, ao valor monetário dos prémios, às fichas de candidatura, etc.

A partir da informação recolhida e da partilha de ideias com os outros membros participantes nesta iniciativa, passou-se à construção das normas de participação, a integrarem a proposta à Sessão de Câmara. Este trabalho foi revisto e alterado segundo as sugestões das diferentes partes até se obter um documento final que seguiu então para aprovação superior.

Foi importante aprender a construir uma iniciativa quase desde o seu início, levando-me a conhecer os diferentes aspectos a ter em conta neste processo. Lamento não ter podido seguir esta iniciativa até à sua implementação.

3.3 - Área das Competências

No período de tempo em que me dediquei ao acompanhamento das competências a nível da educação verificou-se a necessidade de apoio no teste ao programa piloto para venda de senhas de forma electrónica. Este programa é um suporte técnico importante uma vez que será um apoio na gestão dos refeitórios escolares ao nível contabilístico.

Para este efeito foi necessária a inserção de dados relativos aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, cruzando a informação pessoal destes com os escalões respectivos.

Após criar a base de dados no programa foi necessário fazer uma análise das suas diversas funcionalidades com o objectivo de fazer um levantamento da informação que o programa nos dá, anotando quais as necessidades a que este não dá resposta.

Posteriormente foi necessário confirmar as bases de dados construídas em conjunto entre as escolas e o programador. Nas situações de inconformidade desta base de dados com as informações detidas pela DE, foi necessário entrar em contacto com as respectivas escolas para confirmar a situação dos meninos em causa.

Foi também importante a comparação das várias bases de dados para que todas estivessem iguais, sendo que para isto entrei em contacto com o programador para que as diversas situações fossem resolvidas.

3.4 - Outras Iniciativas em que Participei

3.4.1 - Recepção à Comunidade Educativa

A primeira iniciativa com que tive contacto foi a Recepção à Comunidade Educativa. Esta tem início em Setembro e prolonga-se até meados de Novembro, abrangendo desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário e profissional. Abarca inaugurações de espaços educativos como por exemplo bibliotecas escolares; espectáculos e encontros culturais ou informativos; visitas a diferentes espaços culturais; lançamento dos sítios da Juventude e da Rede Cidade Educadora; concursos e reuniões informativas com a comunidade educativa para distintos projectos.

Esta iniciativa tem como objectivo incentivar a um reencontro da comunidade educativa mais activo, promovendo a rede educativa do concelho, os projectos educativos e o desenvolvimento local. Está integrada nas linhas estratégicas de acção e nas linhas de orientação das Opções do Plano e Orçamento de 2008 da Câmara Municipal de Almada que passo a apresentar: planificar o desenvolvimento dos sistemas educativo, cultural e desportivo, com uma acção educativa territorializada que privilegie as opções de desenvolvimento local e de ligação ao meio; criar oportunidades para os jovens, desenvolver e aprofundar a solidariedade e a segurança de todos edificando um espaço fértil de oportunidades para a juventude nas áreas da formação, lazer, fruição cultural, práticas desportivas e actividades profissionais; e estimular e concretizar a participação activa dos cidadãos na vida local «integrando o trabalho e as ideias de todos no sentido da edificação do território de participação, com uma comunidade activa e empenhada, e reforçando a construção conjunta de um colectivo onde habita a esperança e a confiança no futuro» (Opções do Plano 2008, Capítulo I, Linhas Estratégicas).

As funções que desempenhei foram pontuais nas seguintes actividades:

Encontro sobre «Saúde e Estilos de Vida Saudável/Actividades Extracurriculares

Este evento teve lugar no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, tendo como destinatários professores, educadores e pais, e como convidados o Centro de Saúde de Almada, Cooperativa de Ensino Egas Moniz, Instituto Piaget – Campus Universitário de Almada e ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA. É um evento sujeito a inscrições.

O objectivo deste encontro é alertar para os problemas crescentes na alimentação das crianças e jovens e levantar alternativas integradas na vida da comunidade educativa através da exposição de diferentes experiências e projectos realizados ou a decorrer em algumas escolas.

Fui convidada a assistir a estas exposições como primeiro contacto com as actividades da câmara, para reunir com a Dr.^a Ana Gameiro – chefe da Divisão de Educação e conhecer alguns dos técnicos superiores da mesma divisão que auxiliaram na organização desta actividade.

Este encontro teve uma assistência reduzida, tendo-se desenrolado, por isto, numa reunião mais informal de transmissão de iniciativas e experiências mais pessoal.

Apresentação do Plano de Acção Cultural e Recursos Educativos Municipais

A segunda iniciativa em que participei foi uma reunião informativa no âmbito do projecto Plano de Acção Cultural (PAC). O PAC é um instrumento de promoção das orientações estratégicas municipais junto das escolas e instituições de educação de infância, enquanto espaços/contextos de acção educativa e de aprendizagem.

Este projecto visa promover e apoiar projectos socioeducativos que reforcem o concelho e que envolvam as crianças e a comunidade educativa no desenvolvimento local. Para este objectivo propõe como áreas de projecto o ambiente, o património e história local, a cidadania e a participação, as artes e as expressões, a leitura e a escrita, a tecnologia, a comunicação e a inovação, o desporto e a actividade física.

Esta iniciativa teve lugar no Complexo Municipal dos Desportos, tendo como destinatários professores e educadores da rede pública e solidária, e foi também sujeita a inscrições. O seu objectivo foi o de informar os professores das diferentes escolas e IPSS's do concelho sobre os objectivos do projecto, datas de entrega de documentação para candidatura de cada escola ao subsídio oferecido pela CMA no âmbito deste projecto, bem como dos projectos já existentes no concelho que se integram dentro das orientações estratégicas do PAC.

Foi uma iniciativa que teve uma afluência superior à prevista, pelo que a sala e os materiais não chegaram, tendo havido falta de espaço físico e de pastas informativas.

A minha tarefa foi auxiliar na organização das pastas para entregar aos presentes e recebê-los entregando-lhes a documentação sobre este projecto.

Inauguração da Biblioteca Escolar da Escola Básica do 1º Ciclo do Feijó, nº2

A terceira iniciativa em que participei foi a inauguração de uma biblioteca escolar. Esta decorreu dia 23 de Outubro, às 10 horas e 30 minutos, incluindo na actividade as crianças da escola com uma canção e uma exposição teatral temáticas. Foi seguida de um discurso do Vereador e da Presidente da Câmara, que solicitou a palavra aos professores e entidades presentes, finalizando com a entrega de prendas e um lanche.

A minha tarefa foi o diálogo com diferentes professores para avaliar o grau de satisfação com a nova biblioteca.

Lançamento do Sítio - Rede Cidade Educadora

A quarta iniciativa foi o lançamento do sítio *Almada, Cidade Educadora*. Este evento teve lugar no Museu da Cidade, dia 5 de Novembro, pelas 15 horas. Como define a brochura distribuída sobre a iniciativa, «o Site Almada – Cidade Educadora pretende desenvolver conteúdos de natureza educacional envolvendo a participação dos agentes locais» tendo como mais-valias a possibilidade de «aceder a informação acerca do Sistema Local de Educação e Ensino: Rede Escolar e apoios sócio educativos, recursos educativos para docentes, crianças, jovens e famílias, edições, entre outros».

Este lançamento foi precedido de uma Conferência sobre as cidades educadoras e o desenvolvimento local, seguindo-se a apresentação do sítio em linha e de um programa interactivo para crianças incluso na mesma página e finalizado com a presença de um grupo de crianças manejando esta nova ferramenta em modo de demonstração.

Nesta iniciativa tive como tarefas a organização de pastas e da sala, a recepção dos convidados e o apoio logístico ao nível das apresentações dos oradores.

3.4.2 - Futurália

Posteriormente participei na Futurália – Feira da Juventude, Qualificação e Emprego. Esta feira é uma reciclagem do Fórum Estudante, que alargando a sua abrangência combina agora ensino, qualificação profissional, competências pessoais e empregabilidade. A Câmara Municipal de Almada esteve presente neste evento para apresentar e informar os cidadãos das iniciativas culturais, lúdicas e formativas que têm lugar no Concelho de Almada.

A minha colaboração foi informar os visitantes presentes na feira das iniciativas e instâncias formativas existentes no Concelho e a distribuição de documentos informativos aos mesmos. Tive também como tarefa o auxílio dos jovens que quisessem consultar os sítios municipais da Juventude e Almada Cidade Educadora, bem como o controlo dos audiovisuais que apresentavam o concelho.

3.4.3 - Festa de Natal para as Crianças do Concelho

Nos dias 15 a 16 de Dezembro decorreu a festa de Natal para as crianças do concelho. Esta engloba todas as escolas públicas do pré-escolar e do 1º ciclo do concelho, que, divididas entre 3 dias (manhã/tarde), levam os seus alunos ao Complexo Municipal dos Desportos para que sintam todos um pequeno toque da oferta natalícia do concelho. Nesta festa houve um espectáculo dirigido ao entretenimento dos mais novos, no caso deste ano, a nível musical, com a presença do palhaço Companhia, dos Pulga Maldita e dos Four Taste. Todas as crianças e professores receberam um lanche ao início e um presente no final. Este ano, o presente foi um livro a cada criança (distinto para o pré-escolar e para o 1º ciclo) e um relógio a cada professor.

As tarefas que me couberam foram:

1. A recepção dos meninos distribuindo-lhes o lanche;
2. Questões de segurança (garantir que não entra ninguém de fora da iniciativa, manter os corredores livres, acompanhar crianças em diversas situações);
3. Distribuição das prendas no final da iniciativa;
4. Tarefas pontuais como entrega de óculos a crianças que se esqueceram, recados de pais a professores, etc.

3.4.4 - Homenagem ao Professor Aposentado

Esta iniciativa nasceu da Senhora Presidente que ao entender que devia homenagear os professores aposentados reuniu com um grupo informal de professores e propôs que se organizassem como associação. Foi a partir desta associação que foi crescendo este encontro anual.

Desta associação nasceu o interesse em ancorar a associação para que tivesse pertinência em termos de realização local, nascendo a USALMA – Universidade Sénior (que foi depois integrada na Mostra do Ensino Superior criando uma rede de desenvolvimento e integração local).

As minhas funções foram a recepção dos professores no ponto de encontro e seu acompanhamento até ao local de realização do almoço e homenagem.

3.4.5 - Festa verde

Inserida na Semana Verde, esta iniciativa toma lugar na parte da manhã do Dia Nacional da Energia na Praça da Liberdade e Parque Urbano Comandante Júlio Ferraz. É desenvolvida no âmbito do Plano de Acção Cultural em que participam as escolas do 1º ciclo e pré-escolar, bem como IPSS, que ao longo do ano desenvolvem projectos nesta área, dinamizando hortas e jardins pedagógicos.

Tem como actividades a venda e troca de produtos fabricados nas escolas, ateliês de demonstração, animações de rua e jogos didácticos.

Os objectivos desta iniciativa são:

- ⊗ Sensibilizar a população do Concelho de Almada para o trabalho desenvolvido pela comunidade educativa na área das hortas e jardins;
- ⊗ Partilhar experiências decorrentes da exploração pedagógica do tema;
- ⊗ Promover o contacto intergeracional numa actividade dinamizada pela comunidade educativa;
- ⊗ Contribuir para a diversificação das abordagens a projectos desta natureza, através de contacto com novas experiências e da troca de ideias entre os responsáveis dos projectos;
- ⊗ Consciencializar a população para a necessidade do consumo racional, baseado em práticas e atitudes sustentáveis.

As minhas funções foram:

1. Assistir os animadores de rua nos camarins;

2. A resolução de problemas pontuais com os transportes;
3. O transporte de material para as instalações.

3.4.6 - Kuanza Sul

Esta iniciativa parte de uma cooperação de Almada com a província de Porto Amboim – Angola. Esta cooperação vai desde apoios monetários, construção de escolas, formação de professores, a intercâmbio de trabalhos sobre as culturas e estilos de vida dos dois locais entre alunos dos dois países.

Participei nesta iniciativa apenas no dia anterior à sua realização (montagem) e no dia da realização. As minhas tarefas foram:

1. Apoio na montagem da exposição dos trabalhos realizados pelas escolas;
2. Organização das turmas no anfiteatro;
3. Entrega de lanches;
4. Apoio às turmas durante o espectáculo para entradas e saídas das crianças do palco.

4 - O Projecto

4.1 - Apresentação do Projecto

Objectivos Gerais:

- ⊙ Definir o que é um Projecto Educativo Local;
- ⊙ Identificar fases de construção de um Projecto Educativo Local;
- ⊙ Conhecer a estrutura de um Projecto Educativo Local;
- ⊙ Levantar actividades dos Projectos Educativos Locais;
- ⊙ Avaliar de que modo a Mostra do Ensino Superior contribui para um Projecto Educativo Local.

Objectivos Específicos:

- ⊙ Comparar diferentes Projectos Educativos Locais, nacionais e de Barcelona;
- ⊙ Identificar as grandes áreas que os projectos educativos locais abrangem;
- ⊙ Identificar os níveis de integração e participação das instituições locais na Mostra de Ensino Superior;
- ⊙ Identificar em que situação surgiu a Mostra de Ensino Superior, e o que dela adveio;
- ⊙ Saber se este evento chega à população;
- ⊙ Conhecer o efeito que esta iniciativa tem na população que a visita.

Justificação e Enquadramento do Projecto

Este projecto enquadra-se e vai ao encontro das linhas de orientação da Divisão de Educação presentes nas Opções do Plano, de entre as quais são de referir essencialmente o desenvolvimento dos sistemas educativo, cultural e desportivo, a promoção de novas formas de mobilidade sustentável, bem como as acessibilidades e o estacionamento, a promoção da qualificação urbana e ambiental e o desenvolvimento económico, a criação de oportunidades para a juventude e o desenvolvimento e aprofundamento da solidariedade e segurança de todos e a

melhoria da informação e participação dos cidadãos. As linhas estratégicas do Plano 2009 apontam para o desenvolver de uma acção educativa territorializada, orientada para a educação ao longo da vida e para o fomento de uma cidadania activa e desenvolvimento local.

Estas orientações preconizam Almada como uma Cidade Educadora, dando relevo ao desenvolvimento local através da promoção de um projecto educativo local emergente. Este é o grande princípio pelo qual a política do concelho se rege sendo, assim, de relevo o trabalho desenvolvido nesta área.

Para justificação do projecto e breve enquadramento teórico, apresento de seguida os princípios de uma cidade educadora, bem como aquilo que um projecto educativo deve ser e pretende atingir, enquadrando-o brevemente na questão da autonomia local, complementando o enquadramento teórico efectuado no Capítulo 1.

O movimento das cidades educadoras iniciou-se em Barcelona nos anos 90. A partir deste foi criada a Carta das Cidades Educadoras que se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), na Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001). Não indo mais longe, apercebemo-nos desde já que é um movimento que tem como fundamento a melhoria das condições de vida e de cidadania nas cidades e que defende o direito a uma cidade que seja educadora. Como diz Paulo Freire no II Congresso Internacional de Cidades Educadoras: «A cidade converte-se em educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar... sendo educadora, a cidade é por sua vez educada. Uma boa parte do seu trabalho educativo está ligado ao nosso posicionamento político e, obviamente, à forma como exercemos o poder na cidade, à forma como a utopia e o sonho impregnam a nossa política ao serviço daquilo e daqueles a quem servimos – a política de gasto público, a política cultural e educativa, a política da saúde, transportes e ócio.»²

Esta ideia de educação surge como um processo inacabado, como aprendizagem contínua ao longo da vida, que ajuda o homem a deixar de viver como ser passivo e passar a existir, entendendo a existência como a capacidade de o ser se tornar activo sobre a sua realidade. O existir implica consciência de si mesmo, pelo que, para existir educação, esta tem de ser construída pelos indivíduos; a cidade tem

² Freire, Paulo, II Congresso Internacional de Ciudades Educadoras, Gotemburgo, Suécia, 25-27 de Novembro de 1992, tradução minha.

assim, para ser educadora, de ser apropriada pelos cidadãos e construída com a participação destes. Podem, deste modo, ser identificadas quatro dimensões de apropriação da cidade:

- Aprender a cidade, vendo a cidade como objecto de aprendizagem;
- Aprender na cidade, partindo da cidade como contexto e contentor de agentes educativos;
- Aprender da cidade, vendo a cidade como agente intencional;
- Aprender da cidade, vendo a cidade como agente educativo incidental.

Assim, e citando o preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras, «a cidade educadora é uma cidade com personalidade própria, integrada no país a que pertence. A sua identidade, portanto, é interdependente com a do território que integra. É também uma cidade não encerrada em si mesma [sic], mas sim uma cidade que se relaciona com a sua envolvente [...] com o objectivo de aprender, trocar experiências e logo enriquecer os seus habitantes».

A cidade educadora sê-lo-á quando, para além das suas funções tradicionais, demonstre uma «intencionalidade e uma responsabilidade relativamente à formação, à promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes começando pelas crianças e jovens» (idem). Destas considerações surgiu o Projecto Educativo Local (P.E.L.) que visa garantir o sentido e a coerência da acção de todos os intervenientes nesta intencionalidade.

O Projecto Educativo Local é um instrumento de territorialização das políticas educativas na medida em que visa ditar um sentido de acção educativa dentro de uma comunidade, de acordo com as suas necessidades e características específicas, orientando e condicionando «a acção das organizações educativas locais, que deverão participar na sua elaboração e que terão naturalmente de considerar as suas orientações» (Pinhal, J., 2003). Um P.E.L. deve, então, englobar todas as organizações e instituições de peso educativo possíveis, dando os princípios orientadores para o desenvolvimento de projectos educativos e culturais no município. Como afirma Joaquim Machado (1999), o «projecto educativo concelhio pressupõe uma política global para a cidade e uma organização desta na perspectiva de uma democracia cultural, onde o lazer se afirma como um valor, a cidade educativa assenta numa concepção valorizada da participação dos cidadãos como seres informados e conscientes e não como seres “menores” porque infantilizados».

Esta grande e importante tarefa está assente nos municípios, uma vez que são estas as organizações que têm legitimidade e condições para o desenvolvimento de uma tarefa tão complexa (Pinhal, J. 2003) e visto que a sua missão é a prossecução

dos «interesses locais e a satisfação de um certo conjunto de necessidade públicas» (idem). Diz António Fernandes (1999), na mesma linha de raciocínio, que só o município tem uma perspectiva global da cidade em contraposição com as restantes instituições locais, só ele tem legitimidade para representar a cidade no seu conjunto, uma vez que é eleito directamente pelos cidadãos, só ele pode mobilizar recursos técnicos para suporte de um projecto desta envergadura.

Os municípios têm, assim, o papel de coordenador deste grande projecto, só o podendo fazer com o pano de fundo da autonomia local. Como afirma Joaquim Machado (1999), o município tem um papel central na organização/promoção e oferta «de programas e serviços sociais, culturais e educativos, [...] no apoio às várias iniciativas da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política local que concretize um projecto educativo global para a cidade». É assim que o «“local” se assume como sede de produção de políticas públicas de natureza comunitária» (Pinhal, J. 2004).

4.2 - Opções Metodológicas

Etapas Seguidas no Processo de Selecção do Estudo e da Metodologia

A investigação realizada e apresentada neste relatório foi solicitada pela instituição de acolhimento de estágio, cruzando os interesses apresentados por mim na entrevista inicial com a chefe da Divisão de Educação com as necessidades da Câmara Municipal de Almada.

Deste modo, integrando o meu interesse em trabalhar nos estudos sobre o desenvolvimento local com as Opções do Plano e com a visão de Almada como Cidade Educadora, segundo as quais se perspectiva a construção de um Projecto Educativo Local, foi definido que o meu trabalho central incidiria sobre este campo. Acordámos em que o meu projecto de estágio se dividiria por duas etapas:

- 1.^a - Referente ao estudo do que é um PEL;
- 2.^a - Relativa à análise de uma iniciativa da Divisão de Educação no sentido de avaliar o seu enquadramento num PEL.

Para definir a metodologia de trabalho comecei por efectuar uma revisão da literatura sobre o tema com o objectivo de aprofundar os meus conhecimentos acerca da territorialização, ideologias de uma cidade educadora e projectos educativos locais. Avancei realizando uma leitura de documentação escrita existente na DE referente às Cidades Educadoras, bem como à iniciativa que acordámos que seria objecto da minha avaliação, a saber, a Mostra de Ensino Superior, a fim de integrar o meu trabalho no trabalho já realizado pela instituição, para que este seja uma mais-valia para a mesma.

Apresentei uma proposta de estágio na qual enunciei os objectivos gerais e específicos do projecto, a metodologia a seguir e a calendarização. Juntamente com esta proposta, entreguei ainda um esquema dos instrumentos de recolha de dados a serem aplicados.

Aceite esta, passei a efectivar os diferentes passos apresentados no seguinte quadro.

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área: Administração Educacional
2008/2009

Revisão de Literatura	até final de Fevereiro
Análise da documentação escrita	até final de Fevereiro
Acompanhamento da Mostra de Ensino Superior como observadora participante ³	durante a preparação e realização da iniciativa
Construção dos instrumentos de recolha de dados	até 15 de Fevereiro
Recolha de diversos Projectos Educativos Locais nacionais e de Barcelona e sua análise a nível da sua estrutura.	até final de Março
Levantamento de vectores e sua comparação com as Opções do Plano relativamente à DE	até meados de Abril
Apresentação da metodologia de construção de um plano	até final de Abril
Realização dos inquéritos aos visitantes da Mostra de Ensino Superior 2009	durante a realização do evento
Realização dos inquéritos às instituições/associações	até final de Abril
Realização das entrevistas	até final de Abril
Tratamento e análise dos dados	até final de Maio

Nesta investigação foi adoptada uma abordagem qualitativa, essencialmente descritiva e interpretativa, não se preconizando qualquer tipo de generalização dos dados aqui apresentados, já que se trata de um estudo de caso com objectivos de avaliação e compreensão de processos de uma iniciativa.

Como diz Guedes (2002), «só o paradigma qualitativo tornava possível fornecer uma resposta mais aprofundada das interrogações formuladas sobre os processos», sendo que a «descrição dos dados é produzida, a partir de recolha, sob a forma de palavra» - exceptuando a situação de recolha de dados junto dos visitantes da Mostra de Ensino Superior 2009, já que se verificou ser impossível uma abordagem deste tipo - «o que permite um aprofundamento que a frieza dos números não faculta»

³ O acompanhamento da Mostra de Ensino Superior, para além de ter como objectivo a aprendizagem e o adquirir de competências referentes à montagem de uma iniciativa de grande envergadura, visou também a observação das reuniões do grupo de trabalho para futura análise da metodologia desta iniciativa. Assim, caracterizo-me como observadora participante, não com o objectivo de seguir métodos específicos referentes a esta técnica, mas para poder posteriormente retirar algumas conclusões sobre as relações deste grupos de trabalho a nível da participação e poder de decisão, tendo como fonte directa de dados o ambiente natural em que se processam.

e que «tudo o que surge na recolha tem potencial para construir uma pista capaz de estabelecer uma compreensão mais esclarecedora».

Técnicas de Recolha de Dados

Inquérito por questionário

Foi seleccionado este tipo de técnica, essencialmente por permitir chegar a um maior número de sujeitos num espaço de tempo mais curto.

A recolha foi realizada em 2 situações distintas:

- ⊙ Durante a realização da Mostra de Ensino Superior aos visitantes da mesma;
- ⊙ Após a realização da Mostra de Ensino Superior a algumas instituições e associações do Concelho de Almada (escolas do 3º ciclo e secundário, associações de pais e Juntas de Freguesia).

Na 1.ª situação, só a técnica do questionário se verificou possível, uma vez que é um método de recolha de informação mais rápido na sua aplicação. Os dados desta recolha serão tomados como dados de opinião, e não demonstrativos da população, pois os questionários não foram distribuídos uniformemente quer pelos visitantes quer pelos espaços onde a iniciativa decorreu. Este facto deveu-se a não poder estar ocupada somente com esta tarefa, mas ter de gerir o meu tempo entre a recolha de dados e outras tarefas que estavam a meu cargo durante a realização da Mostra.

Na 2.ª situação, foi dada preferência ao questionário por permitir chegar a um maior número de instituições, não obrigando à deslocação às mesmas, tarefa que o tempo disponível não permitiria.

Em ambas as situações, esta selecção justifica-se ainda por permitir um tratamento dos dados mais rápido que as entrevistas possibilitariam, novamente por uma questão de tempo.

Este método permite o acesso a uma gama variada de informação individualizada, fornecendo dados com detalhes singulares. Note-se que as respostas a estes questionários são influenciadas pela construção do mesmo e pela situação em que o sujeito efectua as respostas. Assim, poderão surgir informações irrelevantes para a investigação.

Deste modo, são essenciais os cuidados com a linguagem, formulação das questões, estrutura do questionário e orientações ao longo do mesmo. Ao formularmos

as questões devemos ter em atenção o vocabulário que deve ser acessível, sem duplos sentidos, sem palavras homófonas, homónimas e homógrafas e com o mesmo significado para a maioria dos sujeitos. As questões devem ser breves e com a pontuação devida para não serem equívocas, utilizando, por exemplo, o sublinhado para realçar a ideia principal, explicitar as abreviações, definir os termos empregues, ter em conta os conhecimentos que supõem e destacar a métrica da resposta.

Nos questionários aplicados aos visitantes da iniciativa, optei por uma abordagem em parte quantitativa a fim de a tornar mais fácil aos inquiridos, seja no sentido de obter mais respondentes, seja para de certo modo evitar que muitas questões ficassem por responder ou fossem desviadas do objectivo da pergunta. Nesta fase poderei dizer que me aproximei da investigação exploratória visando inventariar factos para poder descrever um fenómeno.

A Entrevista Semi-Directiva

Foi seleccionada esta técnica de recolha de dados para o grupo de trabalho central, um sujeito por instituição de ensino superior, um sujeito da CMA e um sujeito presente no início do desenvolvimento e construção da iniciativa. A razão para aplicar esta técnica de recolha mais aprofundada ao grupo apresentado, foi serem estes os sujeitos implicados na montagem da iniciativa, seguindo-a, aproximadamente, desde o momento em que foi criada, conhecendo deste modo mais aprofundadamente os processos e metodologias da mesma.

A entrevista é um instrumento de observação indirecta com a qual se recolhem dados de opinião do entrevistado acerca de uma determinada realidade em estudo. Como diz John Hayman, a entrevista tem as vantagens de proporcionar flexibilidade na obtenção das informações, alcançar grande profundidade e ser adaptada a cada situação e sujeito. O entrevistador pode explorar as razões de certas questões ou, quando se levanta uma nova questão no decorrer da sessão, elucidá-la de imediato, etc.

A entrevista que realizámos no âmbito deste projecto era de carácter semi-directivo. Este tipo de entrevista é feita por iniciativa e necessidade do investigador, na qual este propõe temas acerca dos quais o entrevistado deve falar, são colocadas perguntas abertas em que é o sujeito quem constrói a resposta. Este último tem a liberdade de explanar sobre o tema o tempo que quiser e o entrevistador tem a possibilidade de introduzir ao longo do registo questões exploratórias para

esclarecimento de diversos temas ou dados fornecidos, bem como a possibilidade de minimizar o desvio do entrevistado na resposta às questões.

Esta técnica permite alcançar grande profundidade nas questões: por abordar directamente o indivíduo, por as questões e situação serem adaptadas a cada investigação e por existir contacto directo, criando-se um vínculo entre o investigador e o entrevistado que permite uma maior flexibilidade, coerência e validade das respostas.

A Análise Documental

Esta técnica apenas foi utilizada como meio de levantamento da metodologia da iniciativa, bem como a sua evolução. Os documentos analisados foram os dossiês de projecto da iniciativa por ano de realização que incluem:

- ⊗ Registo de reuniões;
- ⊗ Documentos diversos relativos a questões de segurança, seguros de material, planificação do espaço, requisições de serviços, etc.;
- ⊗ Proposta da iniciativa;
- ⊗ Programa da iniciativa;
- ⊗ Levantamento de necessidades logísticas e alinhamentos;
- ⊗ Orçamento;
- ⊗ Avaliação da iniciativa e propostas de melhoria.

Técnicas de Análise de Dados

Análise de Conteúdo

A principal técnica utilizada foi a da análise de conteúdo. Esta permite a obtenção das informações transmitidas verbalmente de forma resumida e organizada. Visa obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às mensagens.

A análise de conteúdo é «uma técnica de investigação que visa a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação».

Para facilitar e organizar o exame dos dados devem ser tidos em conta alguns estádios.

O primeiro deles deverá ser a leitura inicial de todos os documentos, de forma a ser entendido o que está a ser tratado e qual a informação relevante que deve ser

retirada para análise. É uma leitura flutuante que pouco a pouco se vai tornando mais precisa.

Em segundo lugar deverão ser determinados os objectivos da análise (o que no final se pretende ficar a saber) para que possam ser seleccionados os documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado.

É importante que todos os dados fornecidos por entrevistas e questionários sejam tidos em conta. Nenhum dado deve ser posto de parte – regra da exaustividade.

Uma outra regra é a da homogeneidade, os dados recolhidos devem todos cumprir os mesmos critérios de escolha.

É também preciso determinar as regras de categorização para análise temática e as regras de codificação para o registo de dados.

Para finalizar, antes da análise mais concreta, o material deve ser preparado formalmente, as entrevistas gravadas transcritas na íntegra, as questões abertas e as respostas a questionários anotadas em fichas e grades.

De seguida, o material é analisado em função das regras previamente formuladas. Esta é a fase mais trabalhosa e de maior duração.

No final desta fase devem ser apurados resultados que serão depois submetidos a tratamento e interpretação. Esse tratamento consiste em transformar os resultados brutos obtidos em algo com significado e com validade; para tal, são utilizadas operações estatísticas que possibilitam a apresentação dos resultados em quadros, diagramas, figuras, modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Os resultados obtidos devem ser comparados com as leituras feitas antes e no decorrer do projecto.

Só no final de todas as etapas terem sido concretizadas com êxito é que podem ser divulgadas interpretações acerca dos objectivos esperados e ser alvitadas inferências.

Todos os dados recolhidos, os resultados e as interpretações obtidas poderão servir de base a uma outra análise colocada em torno de novas dimensões teóricas. As conclusões de hoje podem não ser concordantes com as de amanhã.

Fundamentação das Técnicas de Recolha de Dados

Os Questionários Aplicados aos Visitantes da Mostra de Ensino Superior

Este questionário foi desenvolvido com base na observação da metodologia de efectivação da Mostra de Ensino Superior 2009, de conversas informais com os vários membros do grupo de trabalho e do desenvolvimento de um questionário aplicado no ano anterior pela CMA.

Objectivo principal do questionário

- Avaliar a apropriação da iniciativa pela população visitante da Mostra de Ensino Superior.

Finalidade

- Inventariar factos para descrição da população da Mostra de Ensino Superior;
- Levantar dados para avaliar o impacto da iniciativa na população;
- Recolher dados para melhoria da iniciativa.

Estrutura e referencial do questionário

O questionário divide-se em 3 grandes partes.

A primeira parte identifica a tipologia de população que visita esta iniciativa relativamente a quatro categorias: a idade, o género, as habilitações académicas/ano lectivo que frequentam e a Freguesia de residência. As questões são de resposta fechada, sendo efectuada a análise dos dados estatisticamente.

A segunda parte analisa o sujeito relativamente à visita à Mostra, abordando 4 questões:

- Se já conhecia a iniciativa ou não, com o objectivo de identificar se os indivíduos, após visitas em anos anteriores, repetem ou não a visita, demonstrando assim interesse pelas suas actividades;
- Como chega esta iniciativa ao conhecimento do indivíduo, com o objectivo de verificar se é realizada uma divulgação adequada;
- As razões pelas quais visita a Mostra, para entender quais as expectativas face a esta;
- Saber quais os espaços da Mostra que visitou ou tenciona visitar para entender se quem visita a iniciativa tem conhecimento de todos os seus espaços e momentos.

As questões são fechadas, com excepção da questão 2.4 em que se solicita a especificação do espaço ou actividade que visitou e justificação desta visita. Esta questão não obteve quase nenhuma resposta no que se refere à justificação, pelo que a mesma foi anulada.

A terceira parte pretende avaliar a importância desta iniciativa para os seus visitantes, bem como se as suas características são as adequadas. Nesta parte são ainda colocadas 3 questões para avaliar o conhecimento geral do concelho relativamente às suas actividades e organização. Destas questões, duas alíneas são de resposta fechada com uma escala ordinal de importância decrescente (1 valor máximo e 5 de valor mínimo); duas alíneas são de resposta aberta (obtiveram um nível de resposta muito baixo, pelo que serão utilizadas as respostas apenas como exemplos); e uma alínea de selecção e justificação da resposta (não obtivemos nenhuma justificação, pelo que este item foi anulado).

Por fim, com a última questão, pretende-se verificar se os visitantes não residentes no concelho consideram importante ou não a existência de iniciativas similares no seu concelho. A resposta é dada afirmativa ou negativamente, e é solicitada uma justificação, que à semelhança das anteriores, será utilizada apenas como exemplo por falta de respostas.

Questionário Aplicado às Instituições e Associações do Concelho de Almada

Objectivo principal do questionário

- Avaliar o grau de envolvimento das instituições/associações com a Mostra de Ensino Superior e com a ideia de um Projecto Educativo Local emergente.

Finalidade

- Recolher dados relativos à participação nesta iniciativa;
- Avaliar a aceitação da iniciativa;
- Levantar ideias para melhoria da iniciativa;
- Avaliar a receptividade a um PEL.

Estrutura e referencial do questionário

Este questionário divide-se em três grandes partes, sendo todas as questões de resposta aberta, com excepção das de caracterização da instituição/associação.

A primeira parte destina-se apenas a caracterizar a instituição.

A segunda parte visa avaliar a envolvimento das instituições/associações com a Mostra de Ensino Superior, bem como obter propostas para a sua melhoria. Para este efeito, são realizadas sete (7) questões. As cinco (5) primeiras abordam a participação da associação na iniciativa e as suas motivações para esta participação; as questões sete (7) e oito (8) pretendem avaliar o grau de importância dada a esta iniciativa, bem como compreender que perspectiva têm dos objectivos da realização de iniciativas em cooperação.

As questões são de resposta aberta.

A terceira parte procura entender se as instituições/associações estão cientes das questões envolvidas com a emergência de um Projecto Educativo Local, isto é, se têm conhecimento das Opções do Plano a este nível, bem como dos interesses que depositariam num projecto deste tipo.

Entrevistas

Objectivo principal da entrevista

- Avaliar a Mostra de Ensino Superior, o seu desenvolvimento e efeitos na população do Concelho.

Finalidade

- Entender as razões subjacentes ao nascimento da Mostra de Ensino Superior;
- Conhecer a evolução da Mostra de Ensino Superior;
- Obter elementos para analisar a iniciativa ao nível da sua contribuição para um Projecto Educativo Local.

Estrutura e referencial da entrevista

A entrevista encontra-se dividida em quatro blocos.

O primeiro bloco destina-se a reforçar a legitimação da entrevista junto do entrevistado, uma vez que esta tarefa já foi em parte realizada aquando dos agendamentos da mesma.

O segundo bloco tem como objectivo recolher dados sobre o nascimento da iniciativa, seus objectivos, relações estabelecidas e impacto inicial da iniciativa sobre a população do concelho.

O terceiro bloco pretende conhecer mais aprofundadamente a implementação da iniciativa e o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Os tópicos seleccionados para abordar este tema foram a metodologia de trabalho na montagem da iniciativa, as mudanças, adaptações e medidas de natureza organizacional devidas a esta iniciativa, a participação do grupo de trabalho e relacionamento entre os membros do mesmo, bem como entre as instituições a que cada um pertence, o impacto desta iniciativa ao nível do desenvolvimento local e por fim sugestões para melhoria da iniciativa.

O quarto e último bloco visa agradecer ao entrevistado e reforçar a garantia de confidencialidade das informações dadas.

Dificuldades com que me Deparei

No decorrer das etapas acima apresentadas, deparei-me com diversas situações que, inevitavelmente, ao influenciarem o processo, poderão influir nos resultados da investigação. Destes, alguns prendem-se com a falta de experiência do investigador, outros com razões alheias ao mesmo.

Dentro destes, como maior problema destaca-se o factor tempo já referido algumas vezes neste capítulo. O curto tempo para realização da investigação tornou-se mais curto devido a factores vários:

- ⊗ Tempo que foi tomado pelo conhecimento e integração na instituição;
- ⊗ Falta de condições materiais e de recursos para iniciar o trabalho atempadamente e presencialmente na instituição;
- ⊗ A participação em diversas actividades da Divisão de Educação que não estavam previstas aquando da calendarização, pelo que as diferentes etapas se foram atrasando;
- ⊗ A dificuldade no agendamento das entrevistas por coincidir com a realização de outras actividades;
- ⊗ A demora ou não recepção dos questionários enviados, mesmo que com ofício da CMA.

Estes factores levaram ao atraso na apresentação de resultados junto da instituição e a pequenas alterações na investigação. Destas destaca-se que dos questionários realizados às instituições apenas contamos com respostas das escolas secundárias e secundárias com terceiro ciclo da rede pública, e das oito entrevistas contamos com apenas seis.

Na realização das entrevistas, várias houve em que a gravação me foi recusada, pelo que alguns dados poderão ter ficado perdidos.

Contudo, mobilizando os dados recolhidos através das diversas técnicas e de várias conversas informais ao longo do meu estágio, aqui apresento o meu melhor esforço interpretativo, se bem que não necessariamente conclusivo.

4.3 - Apresentação e Interpretação dos Dados

1ª Parte

Nesta primeira parte do capítulo 6, começarei por enunciar breves anotações sobre a metodologia de construção de um plano, baseando-me no relatório da UNESCO, «Strategic Planning in Education: Some Concepts and Steps» (Chang Gwang-Chol, 2006). Continuarei apresentando a estrutura base de um projecto educativo local. Esta estrutura que aqui apresento baseia-se na análise comparativa dos Projectos Educativos de Loulé, Golegã, Matosinhos, Lousã e São João da Madeira e do Projecto Educativo da Cidade de Barcelona. É ainda apresentada a estrutura modelo, delineada no relatório acima referido. Numa terceira fase, exponho uma listagem de diversas actividades organizadas por tipologia, decorrentes do levantamento realizado nos projectos analisados. Na fase final realizo uma breve comparação destes dados com a estrutura das Opções do Plano do concelho de Almada, em particular com a secção que se debruça sobre a Divisão de Educação.

Breves Anotações sobre a Metodologia de Construção de um Plano

Planificar é definir uma direcção de acção, apresentando os métodos e os meios para seguir nessa direcção. É, por outras palavras, a apresentação do caminho para atingir um fim. Neste caminho inclui-se o que fazer, as razões para o fazer, como o fazer; é pois um referencial de acção.

Como se verifica no relatório da UNESCO acima referido, este referencial para a actividade deve:

- ⊙ Resultar de um processo de construção consensual entre todos os que nele trabalham, estão implicados ou contribuem para a sua implementação;
- ⊙ Deve ser um referencial vivo, isto é, permitir o ajustamento a novas realidades e desenvolvimentos aquando da implementação, já que o ambiente é dinâmico e mutável;
- ⊙ Como ferramenta de trabalho inclui não só uma política subjacente como uma hierarquia de objectivos, chaves de acção e acordos institucionais para a sua implementação, monitorização e avaliação.

Seguindo estas anotações, verificamos que o plano permite uma melhor gestão dos recursos em função de uma finalidade, levando assim a que se alcancem

melhores resultados. Através de uma boa planificação conseguimos estabelecer prioridades entre todas as necessidades e tomar decisões de uma forma consensual. Para o efeito devemos basear as decisões numa análise em função de 5 itens:

1. Relevância;
2. Eficiência;
3. Eficácia;
4. Impacto;
5. Sustentabilidade.

Para que seja exequível, esta planificação estratégica deve ser acompanhada de uma adequada operacionalização. A operacionalização pode ser prévia, ao nível de reformas e medidas institucionais necessárias à implementação do plano. Estas adequações consistem na preparação do terreno e incluem, por exemplo, a mobilização de recursos humanos, materiais, etc.; ou referir-se apenas a acções e actividades planeadas para atingir os objectivos estratégicos.

Deste modo, importa mobilizar os recursos, isto é, a maneira como estes são combinados e mobilizados para atingir um fim, eleger resultados mensuráveis, como sejam graduações, aquisição de competências e aprendizagens e quais os benefícios que advêm do plano implementado.

Estrutura de um Projecto Educativo Local

Analisando a estrutura dos Projectos Educativos Locais nacionais verificamos que, apostando uns mais numa fase outros noutra, ou deixando de parte distintas fases conforme o projecto, obtemos a seguinte estrutura:

1. Introdução - breve introdução teórica explicitando os objectivos deste tipo de projecto;
2. Objectivos gerais de um PEL;
3. Caracterização da cidade/concelho a nível social e económico;
4. Intenções, incluindo objectivos gerais ou linhas estratégicas, objectivos específicos ou linhas de orientação, operacionalização por programas ou actividades com especificação dos sectores responsáveis pelos mesmos e respectivas parcerias;
5. Protocolos;
6. Recursos, equipamentos e espaços diversos disponíveis para implementação do projecto ou mobilizados para o mesmo;
7. Métodos de acompanhamento e avaliação da implementação do PEL.

O Projecto Educativo da Cidade de Barcelona (PEC B) é apresentado on-line, permitindo assim mais valências a nível da colaboração, documentos de apoio, facilidades de comunicação, etc. Peca, contudo, por falta de exposição da análise do meio envolvente para fundamentação das orientações. A estrutura é a seguinte:

1. O que é, incluindo os objectivos prioritários, as funções do projecto, a organização (conselho directivo no qual se incluem os representantes dos diferentes partidos políticos e os representantes das diversas instituições e entidades educativas pertencentes à rede educativa da cidade) e quem pode participar (apresenta uma plataforma através da qual as instituições se podem propor a participar no PEC B);
2. A rede educativa da cidade em forma de listagem com hiperligações para os sítios de cada uma e apresentando também a forma de se incorporar na rede;
3. Plano de acção com uma periodicidade de 4 anos incluindo os âmbitos de actuação, o processo de construção e os projectos e acções educativas cidadãs;
4. Actos do PEC (expondo aqui artigos diversos referentes às jornadas, diálogos ou plenários realizados no âmbito do PEC B);
5. Documentos do PEC B;
6. Processo participativo – Jornadas;
7. O PEC do período anterior;
8. Antecedentes do PEC (jornadas e fóruns de anos anteriores);
9. Barcelona Cidade Educadora, que dispõe de documentos como a Carta das Cidades Educadoras e o Congresso de Génova;
10. Contactos.

Segundo o mesmo relatório da UNESCO já referido, a estrutura de um Projecto Educativo deveria ser a seguinte:

1. Análise do sector e meio envolvente que consiste na recolha de dados e na análise crítica dos mesmos relativamente ao sector educativo e sua envolvente. As principais categorias a considerar são:
 - A macroeconomia e a sociodemografia;
 - O acesso à educação e participação na mesma;
 - A qualidade da educação;
 - A eficiência externa;

- Os custos e financiamento da educação;
- Aspectos de gestão e institucionais.

2. Formulação da política e estratégias – fase que no prosseguimento da anterior leva ao levantamento de questões sobre as orientações que o sector da educação deve seguir, estabelecendo prioridades e desafios. É aqui que o governo se compromete com uma orientação futura, ajudando a direccionar futuras decisões no desenvolvimento educacional. São essenciais 3 dimensões:

- O acesso (incluindo a participação, a igualdade e equidade);
- A qualidade (englobando aqui a eficiência e relevância interna e externa);
- A gestão (descentralização e gestão dos recursos).

3. Planificação da acção que traduz as políticas e estratégias em acções exequíveis e mensuráveis. Aqui devem-se especificar os objectivos, os resultados a obter, as responsabilidades, a calendarização, orçamento, relações externas e internas, etc.

4. Monitorização e avaliação da implementação do plano utilizando indicadores mensuráveis.

Tipologia de Actividades

Este levantamento teve como objectivo, não uma listagem exaustiva, já que este tipo de trabalho tem sido desenvolvido em diversas situações como se pode verificar pela base de dados do sítio das Cidades Educadoras, mas sim apresentar uma tipologia de projectos realizados a nível nacional para uma breve comparação com os que são realizados a nível da Divisão de Educação.

Verificamos que existem quatro grandes grupos: o associativismo e apoio ao mesmo, projectos em diversos espaços de cariz cultural, recreativo e escolar, projectos ao nível da formação e por fim projectos a que poderemos chamar temáticos ou sazonais.

Dentro do primeiro surge a promoção de grupos de teatro, música, coleccionismo, desporto, etc.. O papel dos municípios prende-se essencialmente com apoios financeiros e materiais, bem como ao nível da dinamização de concursos ou períodos temáticos, no qual se visa a interligação destas associações com o público local, bem como a valorização da mesma publicamente.

No segundo grupo temos as iniciativas em espaços diversos do concelho. Estas iniciativas podem ser em espaços culturais como museus, bibliotecas, arquivos, etc.; em espaços escolares envolvendo a comunidade educativa e dinamizando os espaços escolares; ou de cariz recreativo que se podem desenvolver em espaços como clubes, jardins, espaços costeiros, centros de dia, etc.. Estes projectos podem ser pontuais ou prolongados no tempo conforme os objectivos que visam e abrangem os mais diversos temas.

No terceiro grupo temos projectos ao nível da formação no seguimento da ideia de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida e criando percursos alternativos ao escolar. Aqui encontram-se as universidades seniores, os centros de certificação e validação de competências, os cursos profissionalizantes, cursos de Verão, etc.

No quarto e último grupo encontramos projectos pontuais, que não são por isso menos abrangentes e importantes, uma vez que integram e envolvem geralmente um leque grande de instituições. Aqui podemos incluir mostras, feiras ou festas temáticas. Estas podem ser realizadas nos espaços mais diversos e abranger todo o tipo de público.

Alguns tipos de projectos que não foram aqui incluídos, mas que merecem referência, são por exemplo os jornais locais e temáticos e as rádios locais. Estes permitem a transmissão de informação para a população local a todos os níveis, permitindo valorizar o espaço local.

Cruzamento dos dados acima apresentados com as Opções do Plano do Concelho de Almada

No sentido de tentar comparar um PEL com o trabalho que já é efectuado pela CMA, em particular com as Opções do Plano, apresento aqui um breve cruzamento dos dados acima indicados com a estrutura e actividades apresentadas no mesmo plano.

No que se refere à estrutura de um PEL, verifica-se que o trabalho sobre o qual a CMA se tem debruçado mais, ou que se encontra melhor esquematizado, é a fase «Formulação de Políticas e Estratégia» (Chang, 2006), ou por outras palavras, os objectivos gerais ou linhas de orientação/estratégicas. Verificamos este facto também através do trabalho efectuado por Domingos Rasteiro (Director Municipal da DMDS da CMA), cujas afirmações vão no mesmo sentido. Este cruza as orientações e linhas estratégicas das Opções do Plano com os princípios das Cidades Educadoras,

verificando-se que há realmente uma construção, ou uma tentativa de construção de uma política educativa segundo os mesmos.

No entanto, estas orientações e estratégias carecem de uma análise do sector e meio envolvente, pecando também na construção da operacionalização.

No que se refere à operacionalização das linhas estratégicas, sabemos que existe trabalho realizado pelo vértice estratégico da organização (principalmente), no qual se integram as actividades realizadas nas estratégias apresentadas, se especificam os sectores responsáveis por cada uma destas, faltando contudo dar um sentido global a este conjunto de actividades, transformando-as num projecto educativo local.

Sente-se ainda a necessidade de efectuar um verdadeiro levantamento e estudo da rede educativa, intervenientes actuais e possíveis parceiros para o futuro, no sentido de criar uma rede educativa da cidade, mobilizando os diversos recursos, espaços e equipamentos e definir e analisar as relações externas e internas. Assim, poder-se-ia proceder às reformas e medidas institucionais necessárias à implementação de um PEL.

Por último, mas não por isso menos importante, é preciso definir métodos globais e adequados para a avaliação e monitorização da implementação do PEL, sendo para isto necessário definir indicadores mensuráveis. (v., por exemplo, Indicadores da OCDE.)

No que se refere às actividades, em particular as da divisão de educação, para além das competências legisladas, notamos uma tentativa de sair do universo escolar com iniciativas como a Mostra de Ensino Superior (continuando, contudo, na educação formal, mas preconizando ideais de desenvolvimento local). No entanto, apesar de na sua maior parte as actividades estarem viradas para as escolas, existe uma tentativa de integração em diversas situações da comunidade educativa, como é o caso do Kuanza Sul ou da recepção à comunidade educativa, ou de levar as escolas até à população, num esforço para criar pontos de comunicação e partilha intergeracional, bem como de promoção de valores de uma cidade sustentável e de práticas de cidadania com actividades como a Festa Verde e a Agenda 21 Escolar.

Para além deste esforço no sentido do desenvolvimento local, seria interessante promover o associativismo nas camadas mais jovens da população, tendo nisto a escola um papel muito importante como parceira na interpretação dos valores e ideais subjacentes ao associativismo, fomentando a criação de clubes temáticos, grupos musicais, grupos de teatro, etc.

Penso que seria interessante alargar e fomentar o intercâmbio de competência e partilha de experiências entre escolas e outras instituições locais, bem como fomentar a educação de adultos, alargando-a para além da Universidade Sénior, das escolas profissionais ou centros de Novas Oportunidades.

2ª Parte

Nesta segunda parte procuro apresentar as ideias retiradas a partir da análise de conteúdo efectuada aos dados recolhidos e da análise documental e observação. Começarei por apresentar os dados referentes aos visitantes, posteriormente os dados relativos às instituições e associações do concelho de Almada, as ideias centrais das entrevistas efectuadas e, por fim, os dados referentes à análise documental e observação.

Nesta apresentação de dados não pretendo efectuar quantificações, mas sim apresentar um resumo das ideias centrais de forma qualitativa, apenas realçando quantitativamente quando surjam dados muito fortes a este nível.

Caracterização da População da Mostra de Ensino Superior: Inquéritos aos Visitantes

Verificamos que a população que visita a iniciativa é 50% constituída por jovens dos 15 aos 20 anos (público-alvo), dividindo-se o resto essencialmente entre menores de 15 anos ou maiores de 50 anos. A população sénior está muito presente na iniciativa devido à presença da USALMA em si mesma, quer devido às animações e actividades que a mesma apresenta, quer por iniciativa dos próprios seniores do concelho se deslocarem pelas mais variadas razões. Estas vão desde a curiosidade à vontade de interagir com a população mais jovem e à participação em diversos ateliês, dos quais se destacam os da Egas Moniz na área da saúde.

Relativamente ao género dos visitantes, as diferenças não são relevantes, uma vez que aproximadamente 50% são do género masculino e a mesma percentagem é do género feminino.

Cruzando a informação retirada do quinto e sexto itens, verificamos que na sua maioria os sujeitos que procuram esta Mostra são alunos do 3º ciclo e secundários, principalmente a frequentarem o 9º e o 12º anos, ambos anos de decisão de percursos escolares e de transição, o que pode querer dizer que alguns visitantes procuram realmente aqui um apoio para as suas decisões na orientação escolar, ou então que

as escolas fomentam mais a participação dos alunos destes anos na Mostra do que a de alunos em anos que não sejam de transição.

Deste grupo de visitantes, 33% reside na freguesia de Almada, na qual se realiza a iniciativa, cerca de 50% reside noutras freguesias do concelho, e apenas 15% são sujeitos de fora do concelho. Realmente, esta iniciativa foi pensada e é realizada principalmente para a população do concelho de Almada e para as escolas e faculdades do mesmo. Isto justifica-se pela vontade de desenvolver o local, quer através da difusão de informação para a população - do 3º ciclo e ensino secundário em particular e para a população em geral -, quer mediante o estabelecer de pontos de contacto entre diferentes gerações, entre instituições e população, etc. Está particularmente virada para o pólo universitário do concelho para que este seja dinamizado, difundido o seu papel no concelho e valorizado o seu trabalho, e ainda com o objectivo de estabelecer, eventualmente, uma rede de ligações inter-instituições que promovam realmente o desenvolvimento local.

Mais de metade dos inquiridos não tinham visitado anteriormente a Mostra (63%), o que pode significar tanto que a iniciativa se está a estender, chegando a mais indivíduos, como pode significar que os sujeitos não sentem necessidade de visitar a iniciativa em diferentes anos, uma vez que esta não se altera muito de ano para ano, ou ainda que as escolas não facilitam esta visita mais do que uma vez por grupo de alunos.

Dos 69 inquiridos é de referir que 35 (cerca de 50%) tiveram conhecimento da iniciativa pela escola, o que é demonstrativo quer de uma mobilização destas instituições e da sua população para a iniciativa, quer do trabalho realizado de interligação entre a CMA, o pólo universitário e as escolas do concelho no desenvolvimento desta iniciativa. Cerca de 20% dos inquiridos visitaram a Mostra porque passaram pelo local da sua realização, o que dá relevância à centralidade do espaço como mobilizador da população. Existem outros meios de divulgação utilizados, todos eles importantes; contudo, é de notar que aqueles que não tiveram nenhuma referência foram a Internet e outros periódicos que não os municipais.

Das razões apresentadas para visita à Mostra 2009 (note-se que nesta questão cada sujeito poderia eleger mais do que uma opção) a mais referida é a curiosidade, com 43 respostas em 69, seguida da recolha de informação geral. Como menos importante na opinião dos sujeitos encontra-se a visita ao encontro ou seminário realizado no auditório do Fórum Romeu Correia, o que julgo justificar-se por falta de conhecimento da realização do mesmo, bem como por coincidência deste com as horas de realização do concurso na tenda. Importante referir aqui que os sujeitos que assistiram a este encontro não foram inquiridos na sua maioria por questões logísticas

apresentadas no capítulo das opções metodológicas, contudo a adesão a este encontro foi muito baixa, o que penso prender-se com questões de divulgação e de dispensa dos alunos das aulas.

O espaço mais visitado foi de facto a tenda, quer com a participação no concurso, quer com os ateliês não incluídos no mesmo, quer com as animações. O Fórum teve poucas visitas, bem como as actividades ao ar livre, em particular o mergulho.

73% dos questionados afirmam que esta iniciativa é importante para o concelho, sendo que as razões apresentadas para justificar a sua importância e às quais é dada maior relevância são a sua utilidade e o poder aprender coisas novas de forma divertida.

Relativamente a sugestões de alterações na iniciativa, apenas 50% dos inquiridos responderam, sendo que a questão mais referida é a altura do ano em que se realiza a Mostra do Ensino Superior (16%), seguida pelas actividades e exposições (9% e 8% respectivamente). Dos sujeitos externos ao concelho todos defendem ser importante ter uma iniciativa semelhante no seu concelho apresentando sempre como justificação a sua utilidade de uma forma genérica.

Finalmente, quando questionados sobre o conhecimento de quais as entidades que promovem e organizam este evento, apenas um sujeito identifica a CMA, o pólo universitário e as escolas do concelho como co-organizadores, 30% dizem ser apenas a CMA, 15% as instituições de ensino superior, 9% a CMA juntamente com as instituições do ensino superior, 6% a CMA juntamente com instituições culturais, 6% diz serem apenas instituições culturais a organizar o evento e novamente 6% responde que são as escolas do concelho. Nota-se que a entidade mais referida, quer por si mesma, quer em cooperação com outras instituições, é a CMA, prendendo-se provavelmente esta questão com o papel que o município tem no concelho, bem como com a sua visibilidade pelas iniciativas várias que organiza ou em que está presente, bem como por realmente ter uma imagem de promotor do desenvolvimento local.

As Instituições e Associações do Concelho de Almada e a Mostra de Ensino Superior

Das instituições às quais foi enviado o inquérito por questionário, apenas recebemos resposta das escolas secundárias ou do 3º ciclo e secundárias. Pode haver várias interpretações deste facto: a altura do ano em que foram enviados os

mesmos (finalização do ano lectivo), a perda do documento por razões várias, ou ainda por serem as únicas envolvidas directamente na organização da iniciativa.

Destas seis instituições, apenas duas se sentem como pertencentes ao grupo de trabalho da iniciativa, e três referem que tiveram conhecimento da iniciativa por divulgação directa. Isto pode ser demonstrativo de um sentimento de não pertença à Mostra ou pouca envolvimento na mesma, talvez por não sentirem que são importantes no desenvolvimento da mesma e que são meros receptores de um produto final. Note-se que apenas quatro destas instituições dizem já ter participado anteriormente na iniciativa, quando na realidade existe uma tentativa de envolvimento das escolas do concelho desde o início da iniciativa, contudo esta participação directa na organização do evento só se veio a efectivar com a exposição do ensino secundário este ano, 2009.

Relativamente aos modos como participaram na Mostra 2009, as instituições referem sempre o factor de divulgação, quer seja de trabalhos de projecto, de trabalhos realizados por clubes da escola, ou da oferta educativa da mesma. Uma das escolas refere ter participado apresentando trabalhos realizados em parceria com as instituições do ensino superior, o que pode ser demonstrativo de uma tentativa de articulação entre diferentes instituições e níveis de ensino, bem como partilha de competências.

Como formas de melhoria da participação das escolas na Mostra são apresentadas a integração da iniciativa no plano de actividades da escola, a necessidade de mais espaço para exposição dos trabalhos, e a articulação entre os trabalhos expostos, seus organizadores e dinamizadores para dar um carácter mais participativo e dinâmico à exposição do secundário.

As motivações para participação na Mostra enunciadas são essencialmente o contacto dos alunos com as instituições do ensino superior para promoção do prosseguimento dos estudos, bem como as formas de divulgação já apresentadas anteriormente, o que coincide com os objectivos da iniciativa.

Em todos os casos, a iniciativa é vista como importante para o concelho porque dá a conhecer aos jovens a oferta educativa que lhes é desconhecida, divulga iniciativas na área da educação, apresenta diferentes realidades do concelho, divulga de uma forma mais atractiva e permite a realização de propostas de adequação dos cursos existentes à procura.

Como objectivos da iniciativa são referidos novamente a divulgação na área da formação, em particular da oferta a nível do ensino superior e das saídas profissionais dos cursos existentes.

As actividades que melhor se ajustam a estes objectivos são, na opinião dos inquiridos, exposições e ateliês, ou o conjunto do programa realizado na actualidade da iniciativa. A única proposta para melhoria é a realização de visitas guiadas pelos diferentes espaços onde decorre a Mostra, o que denota talvez uma falha nas pontes estabelecidas entre os diferentes espaços, tenda, Fórum Romeu Correia e Praça São João Baptista, bem como na imagem global dos espaços da iniciativa que é apresentada nos programas.

No que respeita à emergência de um Projecto Educativo Local no concelho de Almada, três casos referem que sim existe um PEL emergente, dois que não e um que mais ou menos.

As razões que são apresentadas para existir um PEL emergente são que o município apenas deve ter parte activa na divulgação da oferta activa existente ou que seja nova para suprir lacunas e que há muitas actividades no concelho que constituirão certamente uma aproximação ao PEL. Como razão para defender que apenas existe mais ou menos uma emergência deste PEL, o inquirido defende que existe a necessidade de integração de todos os níveis de ensino no mesmo projecto. Para a não existência de todo desta emergência é defendido que um PEL só seria interessante se provindo de um Conselho Educativo Local, não deixando de lado as escolas secundárias, e que o PAC é o que mais se assemelha a um projecto deste cariz porque enquadra as actividades do concelho com as escolas, e ainda porque é necessário haver um órgão centralizador reconhecido pelas escolas com função coordenadora e mobilizadora das diferentes estruturas educativas.

Como áreas essenciais a contemplar num PEL são referidas a formação em geral em três casos, a promoção da leitura, actividades de formação para docentes e encarregados de educação, a educação para a cidadania, consciência social e democrática ou distintas áreas de intervenção prioritária.

Ao longo da análise da segunda parte destes questionários, referente à emergência de um PEL, sente-se alguma confusão relativamente à ideia do que é realmente um PEL e dos objectivos do mesmo, bem como uma vontade de emergência do poder local e autonomia das escolas. Podemos ainda dizer que as escolas se sentem postas de parte na participação relativamente a decisões, de um cariz mais global, sobre a educação no concelho, bem como alguma falta de confiança num órgão ou conselho que possa orientar e dinamizar um PEL. Verifica-se ainda pelas áreas enunciadas como essenciais, a orientação para projectos muito de cariz escolar e pouco a nível do desenvolvimento da comunidade e do local em parceria.

Análise das Entrevistas

As entrevistas foram divididas em dois grandes temas: o nascimento da Mostra de Ensino Superior e o desenvolvimento, implementação e metodologia da mesma. Não se verificando grandes diferenças nas frequências em termos quantitativos, os indicadores servirão para uma análise mais qualitativa da iniciativa, do modo como esta é apreendida e dos seus processos.

A análise do primeiro tema está dividida em sete subcategorias:

- ⊙ De onde surgiu;
- ⊙ A situação do concelho, da CMA e Divisão de Educação e Juventude na altura do nascimento da iniciativa;
- ⊙ Porque se criou esta iniciativa e quais os seus objectivos iniciais;
- ⊙ Como foi definido o grupo de trabalho;
- ⊙ As relações existentes antes da iniciativa e as que foram promovidas pela mesma;
- ⊙ Os efeitos gerais da iniciativa;
- ⊙ Forma como esta iniciativa influencia o concelho.

Relativamente à primeira subcategoria, verificamos que três entrevistados referem que esta iniciativa surge do desenvolver e das ideias de outras iniciativas, Festa da Educação e Fórum FCT, bem como da iniciativa dos dirigentes de duas instituições, CMA e FCT, como forma de criar uma actividade em cooperação.

Está integrada, desde o seu início, no âmbito do desenvolvimento local e do território educativo ao unir diversas instituições numa iniciativa em que todos têm um mesmo objectivo, a divulgação e promoção da educação no concelho de Almada.

No que se refere à situação do concelho, da CMA e da Divisão de Educação e Juventude na altura em que surgiu esta iniciativa, apenas dois entrevistados respondem, um enumerando o grupo humano que iniciou o desenvolvimento da Mostra de Ensino Superior, e outro definindo a situação da DEJ na altura e enunciando que até à data, 2004, apenas trabalhavam com escolas até ao 12º ano e que estavam muito ocupados com as competências e atribuições legisladas, pelo que foi o abrir de um novo campo de trabalho e rede de relações. Nesta altura, a DEJ estava a crescer, quer em termos humanos quer organizacionais, o que pode ser uma razão para que tenha sido possível iniciar o trabalho a nível de novas não-competências (são consideradas não-competências as tarefas ou projectos de carácter sócio-educativo não legislados, e que por não estarem atribuídos a nenhuma outra entidade, o

município chama a si como forma de promover o bem estar social e o desenvolvimento local).

Na análise da subcategoria «razões pelas quais se montou esta iniciativa e quais os seus objectivos iniciais», verifica-se que é uma Mostra em si mesma e surge como tal, isto é, para divulgar a oferta educativa do concelho e que tem como objectivo principal cativar os alunos do ensino secundário. É apresentado este objectivo geral em diversos objectivos específicos como a tentativa de que os alunos estejam mais informados para que possam tomar uma decisão conscienciosa, através da experimentação, e que assim esta iniciativa contribua para a orientação profissional e escolar dos alunos, fomentando a construção de um projecto de vida e o prosseguimento dos estudos. É ainda objectivo da iniciativa o desenvolvimento local ao estabelecer uma ligação entre as instituições e o local, sendo que, para um dos entrevistados, o fruto desta iniciativa é o desenvolvimento do território a nível social e económico.

Quando questionados sobre o modo como foi definido o grupo de trabalho, apenas três sujeitos responderam, afirmando um destes que já conheceu o grupo como ele é, e outro que o grupo se formou a convite da CMA. Em duas entrevistas é referido sobre esta questão que apenas a equipa da CMA sofreu alterações.

No que se refere às relações já existentes, três dos entrevistados afirmam a existência de relações anteriores a esta iniciativa e um defende que a CMA é o elo de ligação. Nas relações que foram promovidas pela iniciativa, verifica-se que esta foi influente, uma vez que é enunciado quatro vezes que a iniciativa e o grupo de trabalho veio estabelecer uma maior parceria entre instituições do ensino superior e que estas transformações relacionais foram positivas, já que são enunciadas questões como o criar e estreitar de laços interpessoais e o fomento do espírito de solidariedade.

Relativamente aos efeitos da iniciativa a nível geral podemos afirmar que são entendidos como positivos, já que dos 14 indicadores levantados 12 são positivos, dos quais 6 vão ao encontro dos objectivos acima enunciados e têm uma frequência global de 19 referências. Destes indicadores, apenas 2 são negativos, com 7 referências, dando especial enfoque à questão de não ter atingido o objectivo a que se propuseram, o que se prende com o número de visitantes do ensino secundário à Mostra e com não haver resultados visíveis a nível das matrículas. É importante este sentimento, uma vez que pode ser um factor de desmobilização das diferentes partes que englobam o grupo de trabalho, seja no seu esforço para com esta iniciativa ou na participação na mesma.

Dos indicadores positivos, são de referir a divulgação da oferta educativa superior do concelho, a Mostra como elo de ligação e como desenvolvimento local ao

integrar a população, fomentar o contacto da mesma entre si e com as diferentes instituições participantes, chegar a diferentes faixas da população, o crescimento e alargamento das relações com as instituições de ensino superior existentes no concelho, a construção de uma relação com a CMA baseada na visão desta como conselheira e orientadora e o desenvolver do apoio mútuo.

Relativamente à forma como esta iniciativa influencia o concelho, verifica-se novamente que a ideia geral é positiva e que, mais uma vez, vai ao encontro dos objectivos da iniciativa, estando todos eles enquadrados numa visão de desenvolvimento local nas perspectivas de promoção de pontos de partilha intergeracional, da aprendizagem ao longo da vida, da educação não formal, da visibilidade dada ao território e a quem nele participa.

A análise do segundo tema encontra-se dividida em seis subcategorias:

- ⊙ Metodologia de trabalho;
- ⊙ Mudanças, adaptações e medidas de natureza organizacional associadas à Mostra de Ensino Superior;
- ⊙ Caracterização da participação do e no grupo de trabalho;
- ⊙ Descrição e análise das relações entre as instituições;
- ⊙ Impacto da iniciativa a nível do desenvolvimento local e da educação;
- ⊙ Críticas, sugestões e problemas.

Relativamente à metodologia de trabalho são referidas essencialmente as reuniões. Verifica-se que estas têm o objectivo de cooperação na construção da iniciativa, uma vez que são enunciados factores como a tomada de decisões nas reuniões, o criar de soluções alternativas para melhorar a iniciativa e o levantar de opiniões. No entanto, de referir que apenas um entrevistado utiliza o conceito de co-organização da iniciativa.

Verifica-se que a CMA é a promotora e coordenadora da iniciativa, uma vez que é referido que a primeira reunião é convocada pela mesma, é ela quem torna tudo exequível e que entra em contacto com o público-alvo.

Em duas entrevistas, são referidos mais passos nesta metodologia de trabalho como, por exemplo, a construção da ficha de projecto, a definição das animações, o levantamento das necessidades logísticas, a regulação com outros serviços, a implementação do projecto após aprovação superior na CMA e avaliação final. Isto pode, por um lado, ser interpretado como estando subentendidos alguns destes

passos nas reuniões ou, por outro, que toda esta parte da metodologia é posta em prática pela CMA ou é da responsabilidade da mesma.

São ainda referidas três ideias importantes relativamente a esta subcategoria: a ideia de que as opções das faculdades têm de ser enquadradas nos objectivos da CMA, o que pode ser demonstrativo da centralização do poder de decisão ou como uma necessidade de as enquadrar nos objectivos estratégicos definidos pelo município para que exista um desenvolvimento global do concelho no sentido das orientações para o desenvolvimento local definidas através de uma política educativa; e as ideias de que cada instituição organiza os seus ateliês internamente e efectua a divulgação a nível interno, que podem ser demonstrativas de que cada instituição trabalha individualmente para atingir um objectivo comum.

Relativamente à ideia de ser uma iniciativa desenvolvida cooperativamente pode ser corroborada pelos dados das subcategorias categorização do grupo de trabalho e descrição e análise das relações entre as instituições.

Na primeira são enunciadas ideias como o grupo é homogéneo, muito aberto e produtivo, unido e coeso, existindo uma boa aceitação de ideias, participação e colaboração, e com boa integração de novos membros. Outras questões referidas nesta subcategoria são a pouca comunicação fora das reuniões (1 referência), a pressão que se sente no grupo devido aos prazos e à escassez de recursos humanos na CMA (1 referência), o apoio necessário na construção de conteúdo e a existência de um membro externo ao grupo de trabalho directo que exerce a função de coordenação e gestão das actividades em colaboração com os dirigentes.

Quanto à segunda temos indicadores como a não existência de deslealdade e concorrência entre instituições, relacionando-se as escolas independentemente do seu estatuto, existe um objectivo comum e um grupo com objectivos comuns, entre o qual as relações são positivas, existe boa comunicação e laços afectivos. Um dos entrevistados afirma que a porta das instituições está mais aberta devido à iniciativa. Existe apenas um indicador negativo com uma frequência, referindo a inexistência de mais-valias decorrentes da iniciativa a nível oficial.

Ao analisar os dados referentes ao impacto da iniciativa, apenas duas ideias são negativas, referindo-se novamente ao público-alvo ao qual não se chegou ainda (3 referências) e ao pouco impacto a nível educativo que esta iniciativa tem até à data (1 referência). Os outros indicadores focam novamente a divulgação e informação dos alunos e da população em geral e o estreitar de relações, e são introduzidos novos conceitos como objectivos sociais, a igualdade de oportunidades e de acesso à informação, o contacto com novos materiais e experiências e a confiança na qualidade do ensino universitário do concelho.

Por fim são apresentadas diversas críticas, problemas e sugestões de melhoria.

As críticas e problemas enunciados são:

- ⊗ Os jovens dirigirem-se à tenda e participarem no concurso para ganhar um prémio e não para formular decisões;
- ⊗ A exposição do ensino secundário não dever estar integrada na Mostra de Ensino Superior por fugir aos objectivos da mesma;
- ⊗ O retorno relativamente ao alto nível de implicação das instituições ser baixo;
- ⊗ Não se atingir o público-alvo.

As sugestões apresentadas pelos entrevistados são:

- ⊗ Melhorias na divulgação, em particular junto das escolas, de forma atempada e tentando fomentar a sua participação;
- ⊗ Expandir a Mostra às escolas externas ao concelho, porque as de Almada estão demasiado viradas para si mesmas;
- ⊗ Melhorar a ponte entre os diferentes espaços em que decorre a iniciativa;
- ⊗ Melhorar a apresentação do stand e alterar a imagem anualmente para que não se torne uma iniciativa rotineira;
- ⊗ Assemelhar a exposição dentro da tenda ao Fórum Estudante e promover ao mesmo tempo semanas abertas nas faculdades, um pouco à semelhança do que foi feito em 2004;
- ⊗ Promover as relações de cooperação interna entre diferentes divisões;
- ⊗ Fechar a Mostra de Ensino Superior ao Sábado;
- ⊗ Melhorar a segurança dentro da tenda.

**A Metodologia de Desenvolvimento da Mostra de Ensino Superior Analisada
Através da Análise Documental e da Observação das Reuniões e Trabalho Efectuado
na Divisão de Educação da CMA**

Esta iniciativa começa todos os anos com uma convocatória da Câmara Municipal de Almada, Divisão de Educação, para uma reunião inicial dos membros do grupo de trabalho central – DE e instituições do ensino superior do concelho. Nesta reunião é feita uma revisão da avaliação da Mostra de Ensino Superior do ano anterior para que possam ser mobilizadas as ideias de melhoria da iniciativa. Nesta reunião são levantadas, para o ano corrente, propostas de datas para realização da iniciativa

conforme a disponibilidade das instituições, temática da Mostra, do local, é elaborada uma planificação global da ordem de trabalhos para a próxima reunião e são levantadas as novas ideias e propostas.

A partir deste reunião, cada instituição começa a trabalhar no seu seio, relativamente aos ateliês para a Mostra, aos conteúdos a expor, às hipóteses de animações com que participar, etc.

São realizadas reuniões periódicas para ajustar estas ideias às da CMA, uma vez que toda a informação tem de ser recolhida e efectuada uma proposta a nível superior. Só mediante esta aprovação se pode seguir o trabalho.

É elaborada uma ficha de projecto onde são mobilizados os serviços da CMA intervenientes na realização da iniciativa, são apresentados os objectivos, apresentada a metodologia de trabalho, apresentado o programa da iniciativa e os recursos a mobilizar a nível financeiro, logístico e humano. Após esta ficha ser aprovada, passa-se à fase de implementação. São definidas, consoante as características do espaço onde decorre a iniciativa, as características para as exposições, levantadas as necessidades logísticas (que incluem desde telemóveis a questões de segurança, passando por tudo o que seja material necessário durante o decorrer da iniciativa); é efectuado um pedido de concepção gráfica e planificada a divulgação, e é feito todo o acompanhamento destas fases.

Este trabalho está a cargo da DE, com excepção da construção dos materiais para exposição, ateliês e animações.

Verificou-se nas diversas reuniões que as relações são bastante informais e todas as reuniões decorrem num diálogo aberto e activo. Contudo, cabe sempre à CMA a coordenação da reunião e a palavra final nas propostas realizadas.

Para além desta questão, verifica-se que a DE tem um trabalho constante de pressão para que os prazos sejam cumpridos na entrega da informação, o que nunca acontece atempadamente, criando diversos problemas, sendo o principal a tardia divulgação e mobilização do público-alvo.

Nas reuniões da DE com o ensino secundário a que assisti, não se verifica esta capacidade de diálogo, de abertura a novas ideias, de passagem de informação e de implicação para que seja concretizada a iniciativa. Muitas escolas faltam às reuniões e novamente a informação solicitada para que seja posta em prática a exposição ou o ciclo de conferências (inovação deste ano) é entregue tardiamente, o que no caso das últimas inviabilizou quase totalmente a sua realização. O principal factor para isto acontecer prende-se com o facto de as escolas secundárias terem já o plano anual delineado aquando destas reuniões, pelo que a facilidade de adaptação é menor.

Cruzamento de Dados

Verificamos que a maioria dos visitantes desta iniciativa são jovens do 3º ciclo e ensino secundário, pertencentes ao concelho de Almada, que a visitam principalmente por curiosidade e para recolha de informação geral. A maioria dos visitantes soube desta iniciativa a partir da escola ou por terem passado pelo seu local de realização.

Outra grande parte da população que visita a Mostra tem 50 anos ou mais, justificando-se isto com a presença da USALMA, localização da iniciativa e temática sobre a qual se incidem os ateliês (área da saúde).

Constatamos, assim, que para além do público-alvo se atingem outras faixas da população, promovendo um ponto de encontro e partilha intergeracional, uma aproximação das instituições à população, bem como o aumento do nível de informação/conhecimento sobre o concelho, o que nele se faz e ainda sobre temáticas específicas apresentadas pelas diferentes instituições que colaboram nesta iniciativa.

Relativamente aos diferentes espaços onde decorre a iniciativa, verificamos que a tenda é a que tem mais visitas. Isto prende-se com a sua localização e com o facto de a ponte entre os diferentes espaços não estar bem explícita e publicitada/divulgada. Contudo, as exposições no Fórum Romeu Correia são importantes por atingirem um outro público, seja os próprios alunos do secundário que visitam a exposição, seja pelos visitantes diários deste espaço que, ao passarem por ali, dão uma espreitadela, e por fomentarem, uma vez mais, uma rede de relações a nível do território educativo.

No que se refere às instituições, verifica-se um forte sentimento de pertença da iniciativa pelas instituições do ensino superior, e muito fraco das outras. As escolas do 3º ciclo e ensino secundário estão agora a passar pelo processo de apropriação da iniciativa, perspectivando a integração da mesma no plano de actividades anual (o que exige uma planificação antecipada relativamente ao que é feito de momento), bem como uma maior implicação na exposição.

As instituições do ensino superior sentem-se como entidades cooperantes na construção da iniciativa, sentem que realmente existe e pertencem a um grupo, e demonstram um grande esforço no que toca à mobilização das suas instituições para com a iniciativa.

Quanto aos objectivos da iniciativa, verificamos que o da informação à população e o de cativação dos alunos do 3º ciclo e ensino secundária é transversal

aos três grupos de inquiridos, existindo algum impacto a este nível, mas que é ainda baixo. Este facto é focado principalmente pelas instituições do ensino superior. Outros objectivos, que se prendem com o desenvolvimento local, estão presentes na visão do grupo central da Mostra, mas não nas outras instituições inquiridas. Relativamente a esta questão, os visitantes apenas referem que é uma iniciativa importante pela sua utilidade e por poderem aprender coisas novas de forma divertida.

Esta iniciativa tem um forte impacto a nível do desenvolvimento local e é um contributo para a criação de um território educativo, sendo este facto referido em diversos itens ao longo das entrevistas (v. 3 últimas subcategorias da primeira parte e terceira a quinta subcategorias da segunda parte das entrevistas). No entanto, este conceito tem de ser desenvolvido em particular sob o prisma das ideias de um projecto educativo local, quer com as escolas que não se sentem parte integrante desta rede, quer com as próprias instituições de ensino superior que, ao sentirem que não existe um retorno directo ao nível das suas instituições por causa desta iniciativa, se desmotivam e surge o perigo de desmobilização. Neste sentido, julgo importante trabalhar com o grupo a visão desta iniciativa à luz do desenvolvimento local e da criação de um território educativo, atenuando um pouco a ideia generalizada da mostra como um sítio para «tomada de decisões» e de conquista rápida de alunos para as instituições de Ensino Superior, e promover ao mesmo tempo semanas abertas nas instituições de ensino superior, em interligação com as escolas, para dar assim um maior enfoque à questão do prosseguimento dos estudos. Deste modo seriam promovidos dois tempos e pontos de partilha, com diferentes objectivos e respectivos impactos.

5 - Considerações Finais

Uma visão de «Cidade Educadora» dentro da organização? De que outra forma poderemos vê-lo como entidade coordenadora senão dando o exemplo?

Para isso, alguns tópicos a referir:

- necessidade de formação adequada e contínua dos trabalhadores;
- eliminação dos mecanicismos na construção e montagem das iniciativas;
- aprendizagem na mobilização dos conceitos teóricos para a prática diária no trabalho da Câmara;
- promoção de reuniões, partilha e reflexão a nível interno, quer dentro das divisões, quer interdivisões;
- consciencialização do trabalho, isto é, torná-lo não mecânico, porque só assim conseguimos que a organização coordenadora promova essa consciencialização no meio envolvente;
- com um meio propício ao desenvolvimento de um PEL, com os recursos necessários, resta a promoção dos conceitos expressos nas linhas estratégicas, promovendo, mobilizando e estudando a rede de ligações que para isto podem contribuir, seja a nível externo ou interno, transformando a visão de que a CMA é um suporte apenas financeiro ou material para uma visão em que passa a ser um parceiro na construção do território educativo;
- com a construção de uma rede que englobe todos neste processo de decisão e criação (à imagem do PEC B), evitamos rupturas nas estratégias e operacionalizações que impedem um desenvolvimento global e coeso.

Bibliografia

AAVV (2006). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores*. Barroso, João (org.). Educa | Unidade de I & D de Ciências de Educação. Lisboa.

AAVV (1997). *A administração da educação: investigação, formação e práticas*. Luís, A.; Barroso, João; Pinhal, João (ed.). Actas do I Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, realizado em Vila Moura a 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1997. Lisboa.

BARROSO, J. (2001). «A escola como espaço público local». In Teodoro A. (org.). *Educar, promover, emancipar. Os contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória*. Edições universitárias lusófonas. Lisboa.

BARROSO, J. (2004). «A autonomia das escolas: uma ficção necessária». In *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 17, n.º 2. CIEI-Instituto de Educação e Psicologia. Braga.

BARROSO, J. (2005). «Do projecto educativo de escola a um projecto local de educação». In *Políticas educativas e organização escolar*. Universidade Aberta. Lisboa.

BILHIM, João (2000). «A Administração Reguladora e Prestadora de Serviços». S/l.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora. Porto.

BRANCO, Francisco (1998). *Municípios e políticas sociais em Portugal. 1977-1989*. Instituto Superior de Serviço Social. Departamento Editorial. Lisboa.

BRAVO, Anabela Santos e SÁ, J. A. Vasconcelos (2000). *Autarquias Locais – Descentralização e Melhor Gestão*. Verbo. Lisboa. pp. 43-59.

CABRITO, Belmiro Gil (1995). «Pensar a escola como instrumento de/ao serviço do desenvolvimento local. In *A escola, um objecto de estudo*. Actas do V Colóquio Nacional de L'AIPELF/AFIRSE.

CASTRO, Catarina Sarmiento e (2007). *Administração e organização escolar. O Direito administrativo da escola*. Porto Editora. Porto.

CAUPERS, J. (1999). «Organização Administrativa». In J. Caupers (1999). *Direito Administrativo I – Guia de Estudo*. Editorial Notícias. Lisboa.

CHANG, Gwang-Chol (2006). *Strategic Planning in education: some concepts and Steps*. Education Sector. UNESCO.

FAURE, Edgar (1972). *Aprender a ser*. Liv. Bertrand. Lisboa.

FERNANDES, António Teixeira (1997). *Poder autárquico e poder regional*. Brasília Editora. Porto. pp. 79-160.

FERNANDES, António Sousa (1999). «Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente». In Formosinho, J.; Fernandes A. J.; Sarmiento, M.S. e Ferreira, F.I. *Comunidades educativas – Novos desafios à educação básica*. Livraria Minho. Braga.

FERNANDES, António Sousa (2000). «Municípios e escolas. Normativização e Contratualização da Política Educativa Local». In Machado, Joaquim; Formosinho, João e Fernandes, António Sousa (coord.). *Autonomia, contratualização e município*. Centro de Formação e Associação de Escolas Braga/Sul. Braga.

FERNANDES, A. S. (2004). «Municípios, cidade e territorialização educativa». In J. A. Costa, A. N. Mendes e A. Ventura (Eds.), *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

GUEDES, Maria da Graça (2002). «As políticas educativas municipais na área metropolitana de Lisboa - O caso dos projectos socio-educativos». Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, não publicada.

GUERRA, Miguel Ángel. (s.d.). «El Decálogo de la Ciudad Educadora». In Portal Educativo Quaderns Digitalis, http://www.quadernsdigitals.net/datos_web/hemeroteca/r_7/nr_102/a_1201/1201.htm. Página consultada em Fevereiro de 2009.

HILL, M.M. e HILL, A. (2005). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo. Lisboa.

LIMA, Licínio (1998). «A administração do sistema educativo e das escolas (1986-1996). In Ministério da Educação, *A evolução do sistema educativo e o PRODEP. Estudos temáticos*. Vol. I. DAPP/ME. Lisboa. pp. 15-95.

LIMA, Licínio C. (2002). «Reformar a Administração Escolar: a recentralização por controlo remoto e a autonomia como delegação política». In *Reformas da Educação Pública. Democratização, Modernização, Neoliberalismo*. Porto. Edições Afrontamento.

MACHADO, Joaquim. (2004). «Escola, Município e Cidade Educadora. A coordenação local da educação» In J. A. Costa, A. N. Mendes e A. Ventura (Eds.), *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MARTINS, Jorge (2000). «Relação autarquia/escola ou sua administração». In Machado, Joaquim; Formosinho, João; e Fernandes, António Sousa (coord.). *Autonomia, contratualização e município*. Centro de Formação e Associação de Escolas Braga/Sul. Braga.

MARTINS, Mário Rui (2001). «Atribuições e competências das autarquias locais». In *As autarquias locais na União Europeia*. Edições Asa. Porto.

MINTZBERG, H. (1999). *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A. e QUINTELA, J. (1991). «Modos de funcionamento do sistema político local», In *Gestão e legitimidade no sistema político local*. Escher. Lisboa.

PEREIRA, Sofia (2005). «À procura da cidade educadora [Texto policopiado]: a organização do espaço e dos recursos na promoção da cidadania em Leiria». Orient. Ferreira, António Gomes; Loureiro, Manuel. Covilhã.

PINHAL, J. (1993). *L'émergence du territoire éducatif*. Dissertação de mestrado. Université de Caen. Centre d'Études et de Recherche en Sciences de l'Éducation. Pp. 106-112.

PINHAL, J. (2003). «A actividade educacional das autarquias portuguesas: natureza e intencionalidade». Comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. Recife.

PINHAL, J. (2003). «Os municípios e a descentralização educacional». Actualização da comunicação apresentada ao I Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, em 1997.

PINHAL, J. (2003). «Gestão da educação: a escola, o município e o Estado». Conferência proferida no Colóquio da AFIRSE.

PINHAL, J. (2004). «Os Municípios e a Provisão Pública da Educação» In J. A. Costa, A. N. Mendes e A. Ventura (Eds.), *Políticas e Gestão Local da Educação*. Universidade de Aveiro. Aveiro.

PINHAL, J. (2004). «O território educativo e as comunidades locais». Conferência proferida no Seminário Internacional «Educação, Desporto e Desenvolvimento Regional», promovida pela Associação dos Municípios do distrito de Évora e realizada em Vendas Novas em 11/12 de Novembro de 2004.

PINHAL, J. (2006/2007). Sebenta da disciplina Administração Educacional. 3.º ano. 1.º semestre.

PINHAL, J. (s/d). «Descentralização da administração educacional: os municípios e a autonomia das escolas». Intervenção em painel no II Congresso do Fórum Português de Administração Educacional. S/I.

RASTEIRO, Domingos (2009). «As cidades educadoras – Almada, uma experiência». Câmara Municipal de Almada

RUIVO, F. (1993). «Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal». In Costa, Silva M. e Neves, J. P. (coord.). *Autarquias locais e desenvolvimento*. Edições Afrontamento. Porto.

RUIVO, F. (2000). *Poder local e exclusão social*. Quarteto. Coimbra. pp. 21-50.

SILVA, Augusto Santos (1994). «Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas». In Silva, Augusto Santos (2000). *Cultura e desenvolvimento: estudos sobre a relação entre ser e agir*. Celta. Lisboa.

SOUSA, Marcelo Rebelo de (1995). *Lições de Direito Administrativo*. Pedro Ferreira Editor. Lisboa. pp- 7-19 e 39-66.

TAVARES, José (2000). «Teoria geral da organização administrativa». In *Administração Pública e Direito Administrativo – Guia de Estudo*. Almedina. Coimbra. pp. 48-76.

VILLAR, Maria Caballo (2001). *A cidade educadora*. Instituto Piaget. S/l.

Opções do Plano (2008). Câmara Municipal de Almada.

Opções do Plano (2009). Câmara Municipal de Almada.

Carta das Cidades Educadoras.

Carta Educativa. Câmara Municipal de Almada.

Plano Director Municipal do Concelho de Almada - 2009

Anuário Estatístico Regional – Informação Estatística à Escala Regional e Municipal - 2006

III Congresso das Cidades Educadoras. *A Educação como património e o património como agente educador*. 7 a 9 de Maio de 2009. Évora.

Projectos educativos locais da Lousã, Golegã, Loulé, S. João da Madeira consultados on-line.

PEC B

http://w3.bcn.es/V45/Home/V45HomeLinkPI/0,3698,60797962_60807355_1,00.html

Legislação consultada:

Carta Europeia de Autonomia Local, 1990

Código de Procedimento Administrativo

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986

Constituição da República Portuguesa

Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio

Despacho n.º 147-B/ME/96, D.R. II Série de 1 de Agosto

Lei n.º 5/97, de 1 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio

Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio

Decreto-Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto

Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro

Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro

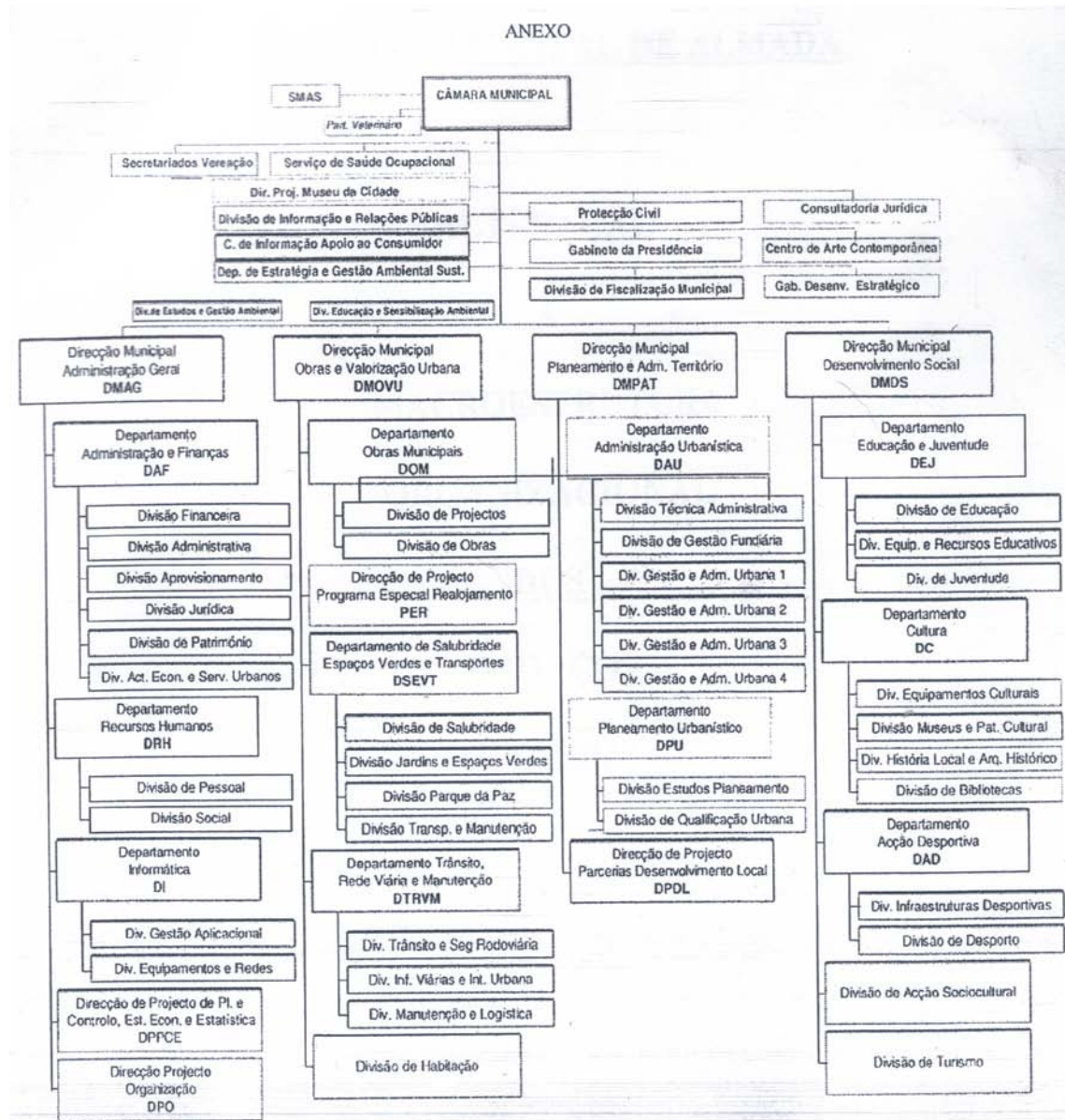
Aviso n.º 1129-A/2005, (2.ª série) – AP.

Conselho Municipal de Educação de Almada (Proposta de Regimento) criada ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto

Anexos

1. Diagrama da Estrutura da Câmara Municipal de Almada.....	90
2. Questionário aos visitantes da Mostra de Ensino Superior.....	91
3. Questionário às instituições/associações do concelho de Almada (escolas do 3º ciclo e secundárias da rede pública, associações de pais, Juntas de Freguesia).....	94
4. Guião da entrevista semi-directiva.....	96
5. Protocolos das Entrevistas semi-directivas.....	(CD)
6. Análise de Contúdo dos Questionários.....	(CD)
7. Análise de Conteúdo das Entrevistas.....	(CD)

Organigrama da Câmara Municipal de Almada



Questionário aos Visitantes da Mostra de Ensino Superior – 2009

(ANÓNIMO)

Este inquérito enquadra-se num projecto de estágio a decorrer na Divisão de Educação da Câmara Municipal de Almada, no âmbito do 2º ano de Mestrado em Administração Educacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Agradeço a sua valiosa colaboração.

1-Dados pessoais/caracterização

Idade: ____

Sexo: ____

Habilitações Académicas:

6º ano ____ 9º ano ____ Secundário ____ Licenciatura ____

Outra ____ Qual? _____

Freguesia onde vive: _____

Caso seja aluno por favor indique:

Nível de escolaridade que frequenta: _____

Escola: _____

2- A visita à Mostra de Ensino Superior

2.1 - Já veio à Mostra do Ensino Superior em anos anteriores?

Sim ____ Quantas vezes? ____

Não ____

2.2 - Como teve conhecimento desta iniciativa? (por favor assinale com uma cruz)

Escola ____

Instituição do Ensino Superior ____

Outra instituição/associação ____ Qual? _____

Agenda Cultural ____

Boletim Municipal ____

Palmada ____

Outro periódico ____ Qual? _____

Internet ____ Qual página? _____

Televisão ____

Passa palavra ____

Divulgação de Rua ____

Passei por aqui ____

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área: Administração Educacional
2008/2009

Outro ____ Qual? _____

2.3 - Porque veio à Mostra 2009? (por favor assinale com uma cruz, podendo assinalar mais que uma resposta)

Curiosidade ____

Para recolher informação geral ____

Para recolher informação específica ____

Para participar no concurso ____

Para assistir a um seminário ____

Para ver a exposição do secundário ____

Para ver a exposição do superior ____

Para passar um bocado com os amigos ____

Para assistir a um espectáculo ____

Para participar nos ateliês ____

2.4 - Quais os espaços que visitou/vai visitar? (por favor assinale com uma cruz)

Sala Pablo Neruda ____

Dentro desta o quê?

Exposição dos trabalhos do secundário ____

Seminários ____ Quais e porquê? _____

Tenda ____

Dentro da tenda o quê?

Exposição do Ensino Superior ____

Ateliês ____ Quais e porquê? _____

Concurso ____

Espaço ao ar livre ____

Concertos ____

Se vive no Concelho de Almada por favor responda ao ponto 3, se é residente noutro concelho, por favor passe ao ponto 4.

3- A Mostra de Ensino Superior e o desenvolvimento do seu Concelho

3.1 - Acha que este evento (Mostra do Ensino Superior) é importante para o seu concelho?

Sim ____

Não ____

(Por favor ordene de um [1] a cinco [5] as razões pelas quais a acha importante, sendo 1 concordo muito, 2 concordo bastante, 3 concordo mais ou menos, 4 concordo pouco e 5 não concordo nada.)

É divertida ____

Mostra coisas úteis ____

FPCE – Mestrado em Ciências da Educação
Área: Administração Educacional
2008/2009

Aprendi coisas novas ____

Demonstra o que se faz no concelho ____

3.2 - O que mudaria na Mostra? (por favor assinale com uma cruz)

Localização ____

Actividades ____

Altura do ano ____

Temas dos seminários ____

Exposições ____

Porque? _____

3.3 - Que outras actividades conhece que se realizem no concelho de Almada?

3.4 - A que actividades costuma ir que se realizem no concelho?

3.5 - Na sua opinião quem as organiza/promove?

Câmara Municipal de Almada ____

Escolas do concelho ____

Instituições do ensino Superior ____

Instituições culturais ____

Outra ____ Qual? _____

4 - Acha que seria importante ter uma iniciativa semelhante à Mostra no seu concelho?

Sim ____ Não ____

Porque? _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Questionário às Instituições/Associações do Concelho (escolas do 3º ciclo e secundárias da rede pública, juntas de freguesia do concelho e associações de pais)

Este inquérito enquadra-se num projecto de investigação integrado no estágio a decorrer na Divisão de Educação da Câmara Municipal de Almada, no âmbito do 2º ano de Mestrado em Administração Educacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Agradeço a sua valiosa colaboração.

I Parte

1- Tipo de instituição:

Ensino ____ 3º ciclo ____
Secundário ____
Superior ____
Outra ____

Associação de pais ____

Junta de Freguesia ____

(se não é Junta de Freguesia) Freguesia onde se localiza ____

2 - Como tiveram conhecimento desta iniciativa?

Fazemos parte do grupo de trabalho ____
Por divulgação directa dirigida à instituição ____
Por divulgação geral ____

(Se é parte integrante do grupo de trabalho passe por favor à questão 4)

3 - Quantas vezes participaram na Mostra? ____

4 – Como participaram na Mostra 2009?

5 – Como melhorariam a vossa participação?

6 – Quais as vossas motivações para participar na Mostra de Ensino Superior?

7 – Acham que esta é uma iniciativa importante para o Concelho? Porquê?

8 - Quais são, para a vossa organização, os objectivos desta iniciativa?

8.1 - Qual a actividade que acham que se adequa melhor a estes objectivos?

8.2 - Têm outra proposta?

II Parte

9 – Almada ainda não tem um Projecto Educativo Local estruturado e público. Poderá, contudo, ter um Projecto Educativo emergente, ou seja, um conjunto de actividades que constitua uma aproximação à ideia de Projecto Educativo Local. Pensa que é isso que se passa ou não? Porquê?

10 – Quais as áreas essenciais que deveriam ser contempladas num Projecto Educativo Local?

Obrigada pela colaboração.

Guião da Entrevista Semi-Directiva à Directora do
Departamento de Educação e Juventude e às Escolas de
Ensino Superior do Concelho, pertencentes ao Grupo de
Trabalho Inicial da Mostra de Ensino Superior

Tema: "A Mostra do Ensino Superior, o seu desenvolvimento e efeitos no desenvolvimento da população do Concelho"

Objectivos gerais:

- Entender as razões subjacentes ao nascimento da Mostra do Ensino Superior;
- Conhecer a evolução da Mostra do Ensino Superior;
- Obter elementos para analisar a iniciativa a nível da sua contribuição para um Projecto Educativo Local.

Blocos	Objectivos específicos	Questões/Tópicos
A Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none">• Identificar o entrevistador;• Explicar as razões da entrevista;• Cativar o entrevistado para colaborar;• Informar sobre a necessidade de gravar a entrevista.	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar o entrevistador;• Expor os motivos da entrevista;• Mostrar simpatia, amabilidade para a colaboração do entrevistado;• Referir a importância do gravador para reproduzir fielmente as respostas do entrevistado.

<p>B</p> <p>O nascimento da Mostra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer de que situação surgiu a ideia desta iniciativa; • Saber qual o contexto em que a Mostra nasce (a nível do Concelho e a nível organizacional); • Identificar os objectivos iniciais com que se criou a Mostra do Ensino Superior; • Identificar qual o critério de selecção das entidades com quem se estabelece parcerias; • Explicar quais as mais-valias/resultados que trouxe esta iniciativa; • Compreender de que forma a Mostra influenciam o concelho (população e grupo de trabalho). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedir que o entrevistado descreva o nascimento da Mostra; • Pedir que esclareça a situação do Concelho e da organização - CMA/ DEJ aquando do início da Mostra; • Sondar, de que ideias surgiu a iniciativa e porque a fazem; • Solicitar ao entrevistado que esclareça os objectivos iniciais, com os quais a Mostra foi criada; • Inquirir sobre o modo como definiram o grupo de trabalho e se existia algum tipo de relação anterior que tenha sido colmatada com esta iniciativa; • Auscultar sobre os efeitos que esta iniciativa teve a nível geral; • Indagar sobre a forma como esta iniciativa influencia o concelho;
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar que me descreva a

<p>C</p> <p>A implementação da Mostra</p>	<p>metodologia de trabalho e a sua evolução ao longo dos anos em que a Mostra decorreu;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar o nível e o tipo de participação no grupo de trabalho; • Conhecer as relações existentes entre as instituições que constituem o grupo de trabalho e sua implicação; • Saber, para o entrevistado, qual o impacto real que esta iniciativa tem ao nível do desenvolvimento do concelho; • Conhecer a opinião do entrevistado relativamente ao estado da Mostra este ano. 	<p>metodologia de trabalho utilizada e a sua evolução ao longo dos anos em que a iniciativa tem decorrido;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer mudanças/adaptações/medidas de natureza organizacional associadas a isto; • Saber como foi a sua participação no grupo de trabalho e que características teve o mesmo; • Pedir que descreva e analise brevemente as relações entre as instituições que constituem o grupo de trabalho e o que estas relações implicam (entre instituições e entre estas e a CMA); • Perguntar sobre o impacto (se se notam diferenças, reacções da população) desta iniciativa, dando particular relevância ao desenvolvimento e à educação (entendendo que estão interligadas); • Pedir ao entrevistado que avalie a Mostra 2008 ou 2009 (se julgar já ser possível), comparando-a com as Mostras anteriores, comentando as suas expectativas e desejos para melhoras no futuro.
-------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>D</p> <p>Agradecimentos ao entrevistado e reforçar a garantia da confidencialidade da informação</p>	<ul style="list-style-type: none">• Agradecer a colaboração do entrevistado;• Reforçar a importância das informações recolhidas;• Garantir novamente a confidencialidade das informações dadas.	<ul style="list-style-type: none">• Agradecer a colaboração do entrevistado;• Explicar a elevada importância das suas informações para o trabalho a realizar;• Reforçar a garantia de confidencialidade destas informações.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Protocolo da entrevista semi-directiva 1

1- Não posso aprofundar a questão, uma vez que não participei na iniciativa desde o seu início, mas posso adiantar que esta não surgiu com a mesma dinâmica que tem tido nos últimos anos. Surgiu como a Festa da Educação, na qual havia uma Mostra do Ensino Secundário e a participação de todos os ciclos de ensino, se não estou em erro, ideia esta que voltou a ser agarrada ao nível do ensino secundário através de uma exposição do mesmo na Mostra do Ensino Superior a partir de 2008.

2- NS/NR

3- Para dar a conhecer a oferta educativa de ensino superior ao nível do Concelho e tentar que um maior número de jovens chegue à informação relativa a este tema. Isto acontece tanto a nível do Concelho como para fora do Concelho, como atractivo... neste momento as páginas na Internet, tanto o sítio da Câmara Municipal de Almada como o sítio municipal da Divisão de Educação são promotores deste chamamento.

É uma iniciativa que tem uma componente muito prática, o que é um chamativo para fora, os alunos e não só, têm uma pequena mostra do que se faz nas universidades e diferentes profissões.

4- Só posso falar do agora, não sei se os objectivos foram muito alterados ou não.

Divulgação da oferta educativa do Concelho

Aproximar os jovens ao Concelho, promover a procura e a experimentação, que facilita o processo de construção de um projecto de vida. Para isto é muito importante a interacção, o que acontece na Mostra na sua globalidade e em cada parte específica. Lá podem ter uma procura activa, perguntando, pondo as mãos na massa, etc.

Promove o Concelho e estabelece uma ligação ao local. Ao haver uma procura activa já está a promover a ligação, por se terem de deslocar a distintos locais, ou com as diversas actividades agregadas à Mostra. Aumentando o número de alunos (importante ir ao seu encontro) há uma série de factores que são desenvolvidos, quer ao nível da economia em geral, quer ao nível sócio-cultural com

as actividades realizadas no Fórum, no Complexo Municipal dos Desportos, etc. no âmbito da Mostra. A ligação sujeito - contexto fica mais próxima.

5- Acredita que já existisse uma ligação CMA – Instituições e vice-versa, contudo a CMA era sempre o elo de ligação (o que continua a acontecer), não existia muita ligação entre as instituições em si. A Mostra vem estabelecer uma maior parceria entre as instituições do ensino superior.

6- A população em geral (não só a população alvo) integra-se, podem participar em muitas actividades, há contacto seja com as instituições presentes, seja com outros visitantes.

É um sítio onde podem aproveitar para recolher outras informações sobre o Concelho ou mesmo para recolher informações para familiares – promove-se a partilha entre gerações. A USALMA vem colmatar este princípio e o da aprendizagem ao longo da vida. Os reformados, por exemplo, podem reformular o seu projecto de vida.

A Educação aqui é tida mais como educação formal, contudo a não formal está latente a toda a iniciativa.

7- (já foi respondida)

8- É feita uma reunião convocada pela CMA para definir datas, actividades, início do projecto. Não são decisões muito estanque ainda, visto que todas elas tem de ser aprovadas superiormente. Vão sendo realizadas mais reuniões e é elaborada a Ficha de Projecto já com o local, actividades, data, necessidades logísticas, custos, recursos humanos, objectivos, metodologia, justificação da iniciativa, tema, encontro (proposta de temas, oradores, etc.), divulgação... tudo isto já tem de estar previsto nos custos.

Têm de ser realizadas reuniões com o secundário já com a noção dos projectos que existem (o PAC ajuda nesta recolha de informação ao permitir à Câmara saber quais os projectos que estão a ser desenvolvidos em cada escola dentro deste projecto, contudo cada escola pode, dentro da temática, propor outros trabalhos para exposição), para definir o número de projectos a expor, o formato, as necessidades logísticas, etc. em conformidade com o espaço onde decorre.

São definidas ainda as animações em conjunto com as Faculdades. Tudo isto é incluído no mesmo projecto... as necessidades logísticas são muito

importantes para que se possam efectuar os procedimentos necessários com outras decisões/serviços.

A Ficha de Projecto é aprovada superiormente para depois passar à prática. Também já tem de se ter as normas do concurso para serem aprovadas em Sessão de Câmara e divulgadas.

Relativamente às 3 Mostras em que estive, mantém-se a mesma metodologia, com excepção da inclusão do Ensino Secundário e da USALMA. Esta dá uma nova perspectiva, a do desenvolvimento pessoal como uma constante da vida.

9- Há uma parceria da DE e da DERE devido à oferta educativa, juntamente com as instituições do ensino superior.

10- Existe uma certa pressão devido aos prazos (timming's) e aos recursos humanos que são escassos.

É uma iniciativa de grande dimensão a nível por exemplo de logística, animação, encontro, etc., abarca muitas áreas, muitos contactos para conjugar tudo. Depois a informação nem sempre chega atempadamente...

11- Implica (e o grupo de trabalho é bom e chega bem a um consenso) ser aberto e tentar envolver todos os membros e opiniões, e levá-los ao encontro dos objectivos que a Câmara tem.

É um grupo de trabalho muito aberto e produtivo, unido e coeso. Há uma boa integração de novos membros.

A porta de comunicação entre instituições está mais aberta porque existe um elo de ligação.

12- Impacto positivo – alguns jovens gostaram e acharam que contribuiu para compreenderem melhor o que se passa no mundo universitário e profissões decorrentes destes estudos.

É dirigido à oferta educativa do Concelho que se quer promover.

Objectivos sociais: miúdos de rua que passam a tarde na tenda com actividades diferentes do seu quotidiano, que se interessam, que participam. Têm de ser cativadas para tal, têm o direito de ter acesso à mesma informação que o resto da população tem, independentemente do seu estatuto. Através da Marinha podem

também chegar à ideia do exército, que são outros tipos de formação que lhes pode ser atractiva.

Estas crianças não foram incentivadas, não tiveram um modelo a seguir e têm aqui uma certa oportunidade de lidarem com este mundo, que há escolhas e oportunidades, que não existe só o «mundo em que vivem».

Ao estar na organização e ministração dos distintos ateliers jovens estudantes nas faculdades ali apresentadas, pode promover um maior à vontade para perguntar e procurar. Para além disso existe um contacto com novos materiais e novas experiências, e isto decididamente é formativo também.

13- A Exposição do Secundário este ano teve um modelo mais definido para os projectos, mais uniforme.

Que a procura seja maior na próxima Mostra, o que implica uma preparação mais atempada e uma divulgação mais directa. A divulgação, para além dos sítios já realizados, poderia ser efectuada pessoalmente aos jovens – cativar os jovens a ir, despertar a curiosidade. Para além disto, os alunos deveriam ter dispensa para as 2 horas do concurso.

Protocolo da entrevista semi-directiva 2

1- Quando a Mostra do Ensino Superior começou ainda não estava presente no grupo de trabalho, mas considera que é uma iniciativa interessante, uma vez que dá a conhecer a oferta educativa do Concelho ao ensino secundário que é o público-alvo.

No resultado final, defende que não é bem isto que é efectivado, isto é, chega-se a aproximadamente trinta por cento da população do ensino secundário, e o resto do público não é o pretendido originalmente. No entanto, é sempre uma mais valia já que dá a conhecer a instituição (ISCSEM) à população idosa, e promove serviços que presta a preços mais económicos.

2- Não sabe/Não responde

3- Considera que a iniciativa surgiu como uma mostra em si mesma e com o objectivo de apresentação do que é realizado a nível do ensino superior no Concelho, procurando cativar alunos do secundário e proporcionar-lhes uma decisão mais consciente.

4- Relativamente aos objectivos iniciais não pode responder, mas refere o início do concurso na Mostra que se deu aquando da sua entrada no grupo de trabalho.

Pensa que em 2009 o prémio não foi do agrado dos alunos, teria sido melhor continuar com o computador portátil.

Caracteriza o concurso como recente, como sendo um chamariz, mas que só chama quem realmente quer concorrer pelo prémio. Justifica isto pelo facto de as inscrições não serem «boas».

Considera que a anterior organização, na qual o foco de atenção era as escolas, na medida em que eram estas que se organizavam para levar os alunos, seria mais produtiva. Deveria continuar-se com o fomento das visitas das escolas.

5- Já conheceu o grupo de trabalho como ele é de momento, a única alteração foi da parte da Câmara Municipal de Almada. Os membros alteraram-se, tendo-se vindo a verificar como um ponto positivo relativamente à produtividade e objectividade de trabalho.

6- Afirma que os resultados são bons e é muito gratificante realizar esta iniciativa, contudo o estar na Mostra é mais um marcar a presença, uma vez que não existem grandes resultados (visíveis) ao nível do número de matrículas.

7- Considera que a localização da Mostra é boa, central, com fácil acesso e transportes, com boa visibilidade e divulgação. Ao longo dos anos a população aprendeu que numa dada altura a iniciativa decorre sempre no mesmo sítio, tendo-se desenvolvido um conhecimento generalizado desta iniciativa.

8- A metodologia que refere são as reuniões periódicas (que com o último grupo foram muito mais produtivas). Estas reuniões têm como objectivo a toma de decisões, contudo refere que estas por vezes são alteradas sem que seja dado o conhecimento destas mudanças a todo o grupo de trabalho previamente. No que se refere a consulta dos diferentes membros, diz existir uma boa comunicação.

Refere estas reuniões como importantes, uma vez que é nelas onde se traçam os caminhos e se criam soluções alternativas para resolução das mais diversas situações ou para melhoria da iniciativa.

9- Considera que não existem mudanças, adaptações ou medidas de natureza organizacional associadas à Mostra, uma vez que é uma iniciativa que já está prevista, seja em termos de data ou de trabalho, estando assim o Instituto já previamente organizado neste sentido.

10- Vê o grupo de trabalho como muito homogéneo no trabalho realizado, existindo participação e colaboração entre todos os membros, bem como uma boa aceitação de ideias.

Nas reuniões existe um bom contacto, as diferentes pessoas dão-se a conhecer e às suas instituições, o que promove uma maior integração nas outras organizações do ensino superior, no entanto, fora das reuniões não existe muita comunicação. Numa situação externa às reuniões há um auxílio mútuo caso seja necessária alguma informação, de outra forma não existe necessidade.

11- Acredita que estas relações são positivas e que não têm grandes implicações, visto que não existe uma concorrência desleal entre instituições.

12- É uma iniciativa que promove um aumento da informação sobre aquilo que existe no Concelho a nível da oferta de ensino superior, promovendo uma melhor e maior capacidade de decisão nos alunos.

No Instituto em si não se vêem muitos efeitos da Mostra, contudo existe uma boa divulgação de outros serviços prestados por esta instituição, o que é muito positivo.

13- O decorrer da Mostra, desde que há o concurso, que foi quando me integrei, tem sido muito idêntica... o que é mesmo importante é o 11º e o 12º anos, e quem vai na realidade é o 9º ano, que vão à Mostra não para formular decisões, mas para ganhar um prémio.

É importante cuidar melhor a divulgação do concurso às escolas, pois na minha opinião a informação «morre» quando chega às escolas. Estas não estão a ter o papel correcto na transmissão da informação.

Não existe colaboração dos professores para levarem os meninos, eles vão livremente porque passam por ali.

Não existiu uma ponte entre a exposição do ensino secundário e a tenda.

Não é dada muita importância à Mostra do Ensino Superior por parte das escolas.

É necessário mostrar a importância que esta iniciativa tem para os alunos por ser uma oportunidade de pensar sobre o futuro e decisões para o mesmo, como escolha... tentar que as escolas sejam mais abertas para levarem os alunos à Mostra.

Importante ter mais atenção à segurança na tenda.

Protocolo da entrevista semi-directiva 3

1- Entrevistador: Gostava por de começar por lhe pedir que me descrevesse o nascimento desta iniciativa, Neste caso relativamente à experiência que lhe foi transmitida, uma vez que não está desde o início... Se tem alguma ideia, de onde acha que surgiu, se haveria algum tipo de relacionamento entre as diversas organizações que tenha levado ao nascimento desta iniciativa ou se se prende com outras questões...

Entrevistado: Ora bem... daquilo que eu pude acompanhar que já vai de há quatro anos para cá, eu tenho ideia que esta iniciativa partiu da Câmara, é um evento organizado pela Câmara que procurou junto das instituições de ensino da Almada arranjar uma forma de divulgar a área da educação. Eu penso que não havia uma relação mais forte com as instituições que estão aqui envolvidas, mas neste momento até já há, porque uma pessoa mostra... passou a ser um elo de ligação, como para outros assuntos nós passámos a comunicar também uns com os outros. Portanto neste sentido também foi uma mais valia. Eu não posso dizer como é que começou porque não estava presente, só acompanho de há quatro anos para cá... não sei se é mais ou menos isso que está a pretender que eu diga na entrevista...

Entrevistador: E relativamente a este elo de ligação como é que o caracteriza?

Entrevistado: É sempre uma mais valia, não só porque divulgamos os nossos eventos, que em termos de debate educacional, nós divulgamos os nossos eventos para essas instituições, como qualquer necessidade que nós possamos ter entramos em contacto uns com os outros... para pedir auxílio em qualquer área, desde o conhecimentos...portanto...

Entrevistador: Foi uma iniciativa que acabou por implementar...

Entrevistado: Sempre, sempre... os relacionamentos ficaram muito mais efectivos até, porque depois o grupo também é pequenino portanto a relação passou a ser também mais pessoal do que institucional...

2- E: E relativamente á situação a nível do Concelho, de organização Câmara Municipal de Almada, neste caso Departamento de Educação e Juventude... não sei, se calhar não estando desde o início não tem muita noção de qual era a situação...

e: Não, não tenho essa noção, sei que de facto nesta altura temos uma... parcerias com a Câmara, o que tem sido fantástico, até em termos pessoais... tem ganho muito com essa situação, de facto há uma relação muito mais intensa com a Câmara, portanto há um envolvimento maior e a Mostra também contribui para este tipo de relacionamento.

3/4- E: Terá acabado por vir consolidar certas relações e aumentar outras... E porque acha, no geral, que esta iniciativa é feita a nível do Concelho? Para fomentar a educação como referiu anteriormente, por mais alguma razão?

e: Eu penso que o objectivo da iniciativa será mesmo esse... A parte mais jovem e também a menos jovem, possa ter a sua formação dentro da própria área de residência, acho que essa é a mais valia, não terem de procurar fora da área de residência, que é uma mais valia para Almada.

E: A nível do desenvolvimento...

e: Exactamente...

E: Portanto, relativamente aos objectivos iniciais da Mostra... Não sei se quer acrescentar alguma coisa...

e: Não, basicamente é isso...

5- E: E relativamente à definição do grupo de trabalho, como é que acha que surgiu esta selecção do grupo, a sua organização, questões de metodologia de trabalho, há alguma coisa que me possa dizer?

e: Eu não sei como é que surgiu... Por nós, o nosso Departamento de Comunicação e Imagem, o sector que trabalha aqui em Almada, foi contactada pela Câmara, também, para participar neste projecto, e foi a partir daí mais ou menos que nós passamos a estar bastante presentes na Mostra. Eu penso e presumo que as

outras instituições também passaram por este processo, portanto foi através do grupo da divulgação institucional... que está a acompanhar o processo...

6- E: E relativamente aos efeitos que esta iniciativa tem a nível a nível geral, do Concelho,...

e: Acho que ainda não atingimos o objectivo que nos propomos, mas havemos de lá chegar...

E: E considera que o objectivo que se propõe é...

e: É dar a conhecer a uma gama muito elevada de alunos, o que ainda não demos, mas devemos lá chegar... Talvez a metodologia que tenhamos usado não tenha sido a mais apropriada.

E: Relativamente à metodologia vamos falar um pouco adiante... Mas então considera que o nível de influência desta iniciativa no Concelho é...

7- e: Um evento nunca pode ser negativo... É sempre uma mais valia, penso que não tem as proporções para o qual está destinado... ainda é baixo.

E: E que níveis pensa que está a influenciar... a quem é que realmente está a chegar esta iniciativa?

e: Está a chegar lentamente às escolas, quando estiver fomentado nas escolas irá chegar ao grupo que nós pretendemos, que são os alunos do ensino secundário, que estão entrar para o ensino superior. Estamos ainda a entrar nas escolas, depois de entrar nas escolas é que começamos realmente a canalizar os alunos, não só para visitarem a Mostra, como também para conhecerem as instituições de ensino da área.

E: Qual é que considera que é a dificuldade que tem existido para realmente não se ter ainda conseguido entrar tão directamente nas escolas, ou não ter uma...

8- e: Ora bem, uma vez que o contacto parte da Câmara, eu não posso falar porque não acompanho esse contacto. Sei que as escolas têm alguma reticência em

colaborar abertamente neste projecto, mas também não sei qual é a abordagem que a Câmara faz nas escolas, nem quais são os *timing's* utilizados. Eu presumo que há uma grande relação entre estas duas variantes, entre os *timing's* em que a Câmara apresenta o projecto às escolas e depois o que pede também às escolas para que possam também programar a ida à Mostra.

E: Mas o que alteraria neste processo?

e: Eu penso que mesmo os *timing's*... Ora bem todos sabemos que cada instituição faz um plano de actividades, e nas escolas esse plano é muito rígido e começa a ser feito logo no início do ano, portanto é logo no início do anos que nós temos de apresentar o projecto e pedir para enquadrar dentro das aulas a ida à Mostra, destinar uma aula por turma de visita à Mostra...

E: Diz então que esta programação da Mostra deveria já estar pronta na altura...

e: Pelo menos data definida tinha que estar e trabalhar o grupo da escola para que de facto haja uma calendarização de aulas integrada na Mostra...

E: Passando agora a um outro tema global, neste caso a nível da implementação da Mostra, gostava que me descrevesse a metodologia de trabalho.

8- e: A metodologia de trabalho... nós somos convocados pela Câmara para uma reunião, tentamos definir a data, que é aquilo que é mais difícil, para coincidir com a calendarização das próprias instituições, depois de definir a data é enquadrar também nos projectos da Câmara, procuramos apresentar propostas daquilo em que pode ser melhorada para o ano anterior, e a partir daí é dar andamento...

E: Um trabalho mais de cada organização em particular ou...

e: Cada organização tem que organizar particularmente os seus ateliers, e depois a Câmara recebe e tem todo o resto do contacto com as escolas e é o que tem sido feito até agora...

E: E o que considera destas reuniões?

e: Acho que perdemos muito tempo e adiantamos muito pouco, ou seja, se calhar não é necessário perdermos tanto tempo, e...pronto, este ano até decorreu melhor... as reuniões foram mais espaçadas no tempo... Porque o trabalho de organização de ateliers é um trabalho que as pessoas fazem os próprios, basta enviar para a Câmara, portanto não há necessidade de sequer vir à reunião, e depois pronto, de facto para a metodologia inicial necessita de facto de existir uma reunião mais prolongada porque carece um bocadinho mais de atenção, o resto não...

E: E relativamente ao nível da comunicação entre a Câmara e as diversas instituições considera que é correcta, que há pontos a melhorar, recebe sempre a informação necessária...

e: Não, às vezes falha informação, mas também este grupo de trabalho passou a ter uma relação mais afectiva do que institucional, portanto as pessoas também... nem levam sequer a peito qualquer coisa que possa ter acontecido, ou qualquer falha... Não tem um peso assim muito grande em termos de funcionalidade...

9- E: E acha que a nível de natureza organizacional, acha que houve alguma mudança, alguma medida a referir?

e: Há sempre a tentativa de melhorar qualquer coisa que no ano anterior nós achamos que não funcionou tão bem não é... Pronto, este ano a equipa da Câmara mudou, e tivemos também a presença da Usalma, já desde o ano passado, que é uma mais valia também, a pesar de para as outras instituições não ser uma mais valia, mas é uma mais valia porque faz parte de Almada e pronto... de resto não me parece que tenha havido assim... A maior movimentação foi realmente a da equipa da Câmara.

10- E: Vou-lhe fazer uma questão talvez um pouco mais pessoal, qual acha que foi a sua participação no grupo de trabalho? Teve alguma característica particular?

e: Não posso ser eu a comentar isso, têm que ser os outros... Relativamente aos outros acho que o grupo é muito unido e portanto apresenta aquilo que tem que apresentar, e de facto se a maioria acha que sim é por aí que vamos e não há

ninguém que se sobreponha ou que... Acho que existe uma boa comunicação... Talvez a *** tenha assim... é uma pessoa, portanto é uma pessoa que também expande muito mais facilmente a sua visão, mas não em termos de imposição, acho que é um grupo homogéneo.

11- E: Relativamente às relações entre as instituições não sei se quer acrescentar alguma coisa...

e: Não...

12- E: E relativamente ao impacto na população, neste caso em geral, qual acha que é a relevância desta iniciativa relativamente ao desenvolvimento local, da educação em geral...

e: Lento, com eu dizia, ainda não chegámos aos alunos que é o nosso grupo alvo... Estamos a ir muito lentamente, portanto se só agora é que chegamos mais ou menos a entrar nas escolas, portanto não há ainda um grande impacto da Mostra...

E: E no que se refere a outras faixas etárias, considera que tem algum efeito?

e: Pois... Em termos educativos sentidos por nós, não ainda não houve nenhum feed-back positivo deste evento, em termos locais eu penso que é uma mais valia para Almada até porque de quando a quando aquilo tem muita gente a assistir, portanto nesse aspecto... Aquilo também tem uma parte lúdica e essa parte lúdica também ajuda um bocadinho aqui a cidade de Almada.

E: Por exemplo relativamente à localização da Mostra?

e: Eu acho que é positiva porque é também é uma parte lúdica e então tem uma boa localização ao permitir de facto o acesso a muita gente, está a um nível central.

13- E: E poderia fazerme uma pequena avaliação da Mostra 2009, comparando-a com Mostras anteriores... Pode comentar expectativas, desejos, críticas...

e: Portanto a Mostra... tal como eu disse não atingimos sequer o nível médio para o qual nos propomos alcançar que é alcançar os alunos do 11º e 12º e ainda não chegamos lá. Há de facto muitos obstáculos, por parte das escolas também, conseguimos com 2008 chegar lentamente às escolas, este ano penso que consolidámos um bocadinho mais e o objectivo se vá consolidando cada vez mais até que de facto se torne uma realidade integrar a mostra no plano de actividades das escolas... É importante que os alunos vão de facto conhecer as pessoas, ver que elas existem, e o que é que cada uma oferece em termos educativos, mas eu acho que 2009 já foi ligeiramente melhor e penso que no próximo ano com certeza será ainda melhor...

E: Como vê a exposição do ensino secundário? Houve integração, havia demasiada separação?

e: O objectivo é haver uma integração, e há com certeza porque nem que seja os que passam a saber que existe a Mostra de Almada... Ainda não foi entendido como um todo, mas também é normal porque está no início... Foi uma iniciativa deste ano portanto é normal que não esteja... Para o ano a exposição já se vai sentir mesmo integrada no projecto o que vai trazer uma ambivalência muito melhor...

E: Pronto, por mim é tudo, não sei se quer acrescentar alguma coisa...

e: Não, portanto é importante referir que gosto de estar neste grupo de trabalho, o que permitiu não só laços institucionais como os laços afectivos e depois eu acho pelo menos naquilo que me toca e no que tenho necessitado tenho contado com o apoio com os colegas... e o estreitar de relações permite uma evolução porque permite facilitar todo um conjunto de processos para atingir um objectivo que é no fundo também unificar Almada. Eu acho que esta iniciativa é um ramo que permite de facto consciencializar o grupo e todo o meio envolvente...

Protocolo da Entrevista semi-directiva 4

1- E: Os objectivos gerais desta entrevista são entender as razões subjacentes ao nascimento desta iniciativa, claro que a USALMA não tendo estado presente desde o início, mas incidindo sobre o percurso desde o momento em que integraram o grupo de trabalho, claro que o que achar que não pode responder por não terem estado presentes desde o início da iniciativa; sobre a evolução da iniciativa em si, e obter elementos para analisar esta iniciativa ao nível de um eventual projecto educativo local emergente no Concelho, isto é, entender se realmente esta é uma iniciativa que com os seus princípios e actividades contribui ou não para o desenvolvimento desde plano, para o desenvolvimento local, seguindo os princípios de uma cidade educadora como Almada se define...

Começando então pelo nascimento da Mostra gostava que me falasse sobre a ideia que tem reletivamente ao modo como surgiu a iniciativa em si...

e: Nós só participamos o ano passado, no ano de 2007/2008 e este ano 2008/2009. Iniciámos este processo da participação por um convite expresso por parte da Câmara ao nosso presidente que ele, que ele aceitou de imediato, e entramos o ano passado já a carruagem ia andando, já não fomos logo no início... De modo que pronto, entramos, fomos a reuniões... O tema já estava escolhido, já tinham o concurso... já estava feito, definido, as regras etc. Pronto, nós participámos daquela forma normal, com os painéis, com aquela mostragem que aparece no Fórum Romeu Correia e depois na tenda com trabalhos nossos e era o que tínhamos na altura do ano inteiro anterior, pegámos nalgumas fotografias e fizemos alguns materiais específicos para a Mostra, e esses materiais tinham em atenção a divulgação da Universidade Sénior, portanto sabíamos que a Universidade Sénior tinha alguma divulgação, mas aquele era mais um meio de divulgação da Universidade Sénior. E assim foi, lá estivemos... Também nos foi perguntado se queríamos participar na animação, nós aceitamos desde o início participar na animação, o nosso coro foi actuar, os cavaquinhos foram actuar, o grupo de guitarras foi actuar. Correu muito bem, enchemos a tenda e as coisas... pronto vimos que era uma aposta, e que valia a pena participar.

Este ano as coisas já foram um pouco diferentes, já iniciámos o processo, já estivemos na escolha...

E: Estiveram presentes desde...

e: Desde a primeira reunião, estivemos sempre, nunca deixámos de estar presentes na concepção de todo o processo, e portanto ainda correu melhor, a dinamização com os alunos foi feita de uma forma mais profunda, e a nossa tenda este ano, como nós não temos alunos do ensino secundário a entrar na Universidade, que é aí que as outras universidades apostam, é diferente... A nossa é essencialmente para divulgação, portanto não podemos entrar no concurso... isto para chegar ao concurso. Não podendo entrar no concurso pensámos fazermos nós uma actividade, também, de dinamização do nosso espaço. E foi aí que entraram as adivinhas e os provérbios...

E: E aconteceu que os miúdos ficaram encantados...

e: Estavam todos de volta de nós, eles gostaram muito, participaram muito, depois levavam a camisola, os pins, e queriam levar para as mães e para os avós, pronto e junto deles também tentámos que eles pudessem chegar aos pais ou aos avós... portanto que existia esta Universidade para eles... Pronto e agora... A nossa Universidade tem muitas pessoas, não há dúvida, eu penso que esta ano ainda vamos crescer mais, porque nós estamos em renovação de matrículas, não só os antigos, mas também estão a vir aqui a toda a hora perguntar quando podem vir os novos, e também penso que é uma porta aberta para isso, as pessoas... Depois por outro lado, a Universidade Sénior é uma resposta social...

E: Ou seja, acaba a Mostra do Ensino Superior por servir também...

e: Exactamente, tem esse contributo...

12- E: E esse contributo, é a nível do desenvolvimento local?

e: Sim eu penso que é muito importante para as pessoas que vivem aqui em Almada, é uma resposta social, como eu dizia... Temos muitos testemunhos de pessoas que vêm até nós e que dizem que isto é a coisa melhor que lhes podia ter acontecido, deixam de estar na solidão... Pessoas que perderam o marido, que não têm os filhos a viver perto, e que se isolavam e ficavam doentes e sentiam essa necessidade, e para eles é de facto... pronto, temos esse testemunho as pessoas querem... E nós vemos, pela parte cultural, os passeios que organizamos, as

peessoas aderem e chegamos ao fim e vemos que as pessoas estão felizes, estão bem...

E: Acha que acaba por ser um outro tipo de formação?

e: Olhe nós fomos a semana passada, dia 9, a Mérida, juntámos 114/115 pessoas, dois autocarros. Para além de correr tudo maravilhosamente bem, porque correu, foi uma visita muito rica culturalmente, mas quando acabámos, quando chegámos cá, várias pessoas diziam, quando é que fazemos outra, quando é que fazemos outra... As pessoas têm mesmo necessidade deste convívio, deste intercambio, deste estar junto. E depois por ser rico culturalmente, são pessoas que gostam de vir para a Universidade porque têm sede de aprender, muitos têm só a 4ª classe, mas isso não nos impede...

E: Acabaram por me responder já a algumas questões...

e: Pois agente fala, fala...

2- E: Sim, mas é bom porque acaba por ser uma conversa mais informal... Eu gostaria de pedir que me esclarecesse, neste caso aquando da vossa entrada na Mostra, a situação do Concelho, da Câmara Municipal de Almada, se há alguma coisa que consideram relevante...

e: Eu acho que está bem concebida...Acho que para já a localização onde as coisas se passam é mesmo no coração da cidade, a localização eu acho que está muito bem conseguida, por outro lado acho que é uma iniciativa muito interessante. Já não sei se terá o mesmo impacto se fizerem a Mostra, conjuntamente, como já têm vindo a falar, com o ensino secundário. Portanto, as colegas do ensino secundário estão a fazer uma força muito grande nesse sentido, para terem também eles uma Mostra, um espaço... Tudo bem separado, tudo junto não vejo que seja tão enriquecedor para o objectivo que se pretende.

E: Eventualmente criar uma ponte de ligação?

13- e: Exactamente... Portanto, se calhar a nível temático ou assim, porque depois há uma mistura, porque o Ensino Superior, sabemos que os futuros alunos do ensino superior são os das secundárias, mas aquele espaço é destinado ao

ensino superior, se o objectivo tem em vista o prosseguimento dos estudos, é capaz de se perder um pouco o objectivo... Que haja actividades para eles, que haja o sentido de... como hei de explicar, portanto sensibilizá-los para o ensino superior, mais nesse sentido, poderá ser em simultâneo, mas em simultâneo, mas mesmo assim, em simultâneo no tempo, mas não no mesmo local, mas também se for em simultâneo eu acho que se perde. O objectivo é que os alunos do ensino secundário estejam e que vão à tenda, se for uma coisa simultânea, em que eles tenham a sua própria Mostra, o que é que acontece, eles vão é para o sítio deles, e acaba por perder o interesse da Mostra do Ensino Superior. Havendo uma Mostra do Ensino Secundário, eu entendo, mas antes no tempo, eu entendo por eu também percebo que eles queiram mostrar quais os cursos que têm, quais as saídas, mas isso devia ser ali para os alunos do 9º ano, os alunos do 9º ano é que têm que saber quais são... o que é que é pedido, o que é que é oferecido, o que é que há no Concelho para oferecer, e então aí, eles precisam dessa divulgação, ali naquele momento específico acho que é muito misturado...

4- E: Portanto só para sintetizar a sua ideia, em termos dos objectivos globais da Mostra, incluindo estes objectivos sociais dos quais já falámos um pouco, o objectivo mais específico, com o qual se calhar foi criada, e o qual continua a ser o fundamento desta iniciativa, é realmente ser uma Mostra do Ensino Superior?

e: Do ensino em si, exactamente... Como forma de cativar e divulgar e de chamar os alunos para os cursos que há no Concelho, porque há uma série de ofertas... Os alunos sabem que têm ali respostas para o seu prosseguimento de estudos...

E: E porque consideram que seja só do Concelho de Almada?

e: Portanto, nós estamos no Concelho de Almada não é? E a Mostra chama os alunos do concelho, eu acho que no sentido de desenvolver, de dar asas ao próprio concelho... Dar visibilidade, porque deixaria de ser municipal e seria do país, ou da zona, ou... Mas naturalmente que os nossos cursos, os cursos de ensino superior do nosso concelho, vêm para cá alunos de todo o país, não tem nada a ver, agora os nossos rapazes e raparigas é que têm de saber que há aqui esta oferta, que está aqui ao pé de casa, portanto, eles às vezes não sabem muito bem, andam assim meio perdidos, portanto é uma questão de, também, aprender... É assim, eu não vejo que não fosse interessante ser mais abrangente, mas se isto é um projecto

do município acho que não faz sentido, só nesse sentido... Não quer dizer que se fosse mais abrangente não fizesse mais efeito não é, mas não é esse também o objectivo... Que, vamos lá a ver, o concelho faz a divulgação até na Tv, por isso acaba por haver visibilidade até a nível... É só dos estabelecimentos que estão no concelho, mas toda a gente pode vir... Está aberto, ninguém fecha a porta...

5- E: Relativamente a esta questão, novamente é um pouco desenquadrada, dada a vossa entrada tardia na iniciativa, mas gostava que me dissesse como pensa que foi definido o grupo de trabalho, se existia algum tipo de relação entre as instituições, ou mesmo com a Câmara Municipal de Almada, ou entre si, se existia algum tipo de protocolo que tenha sido colmatado com esta iniciativa, se existia algum objectivo em termos relacionais entre as instituições...

e: Eu não lhe sei responder a isso, sei que depois de estarmos lá, acho que se criaram alguns laços, acho que as instituições, quer dizer, não sei como é que elas estavam antes, mas nós já apanhámos o comboio... Mas eu sinto que as pessoas, as próprias instituições se relacionam muito bem, toda a gente funciona muito bem, acaba por até haver um espírito de solidariedade, de nos ajudarmos, precisamos de alguma coisa vamos aos marinheiros, os marinheiros vão até nós, portanto há ali um espírito de inter-ajuda que acabou por se criar... Penso que tem haver com isso, agora se esse era o objectivo, se era foi conseguido, mas não sei, não faço ideia... Também temos de pensar que há duas particulares e duas públicas, portanto também é equilibrado...

E: Há então um espírito colaborativo, não há nenhum tipo de animosidade?

e: Não, não... Um dá uma ideia, a outra vai logo e agarra... avança, não, não há assim nada que faça sentir que por ser particular ou pública... ou que vocês são dos velhotes... Até a nós nos aceitaram muito bem, como um igual ali no meio, se bem que os objectivos sejam completamente diferentes... É agradável...

6- E: Não sei se querem acrescentar alguma coisa em relação aos efeitos que a iniciativa tem...

e: Para nós os efeitos... nós já estávamos bastante em contacto, mas eu acho que ajuda cada vez a dar mais visibilidade, a que mais pessoas possam saber, porque nós infelizmente estamos numa faixa etária com pouca gente. Não é uma

coisa que possa ser puxada, é uma situação que convém que todos saibam que podem participar enquanto cá estamos... Qualidade de vida... Não é como os miúdos, é diferente... E aquele espaço, também, acho que tem um efeito interessante, porque aqui vêm as pessoas que de facto estão interessadas em frequentar, e lá há aquelas pessoas que não conhecem, ou que não estão interessadas, mas que vão pedir informação, o que é, para que é, posso, não posso...

E: E vêm, para além de uma procura de informação um outro tipo de relacionamento, uma outra procura que não só de informação... Procuram mais a informação e as actividades ou sentem que existe mais alguma procura, não sei, de comunicação, de outros factores...

e: Quando as pessoas ficam ganhas para o projecto, e já tem acontecido, algumas pessoas aparecerem na tenda... o ano passado aconteceu ainda não dei conta, mas estamos agora a fazer a renovação e as matriculas ainda não vieram, as pessoas quando vêm querem saber as disciplinas que temos para oferecer, querem saber como funciona, portanto, é a primeira coisa. Algumas pessoas vêm de facto porque têm necessidade de mais conhecimentos, querem aprender... Nós nos nossos alunos temos desde pessoas com o 4º ano ou sem qualquer tipo de escolaridade e nós iniciamos isso, a pessoas com doutoramento, temos de todos, portanto há um leque muito variado, e as pessoas convivem facilmente, não tem problema, aqui somos todos iguais... Há pessoas que vêm por esses conhecimentos, há outros que nos procuram mais para ter uma ocupação, portanto para saírem de casa, para conviver, para arranjar amigos, e isto acontece muito... E há medida que vão cá estando vão também aprendendo que gostariam de saber mais uma coisinha, ir para o inglês ou para a informática ou não sei quê, mas alguns que vêm para o primeiro ano nota-se que procuram muito a dança, o teatro, a pintura, e depois nos anos a seguir já procuram mais qualquer coisa porque começam a gostar e as coisas vão evoluindo... Mas que é uma porta aberta não há dúvida nenhuma... Ajuda nesse aspecto, divulgar, é importante... Até só mesmo quando saem os panfletos, a Universidade Sénior, as pessoas que não conhecem interrogam-se, e depois procuram saber qual é o modo de funcionamento, o que é que é preciso para entrar... É só ter vontade de aprender, e eles ficam felizes... Temos muitas disciplinas, a oferta é muito grande... E este ano ainda vamos ter mais...

7- E: E acaba por ser esta a influência que tem no concelho?

e: Mesmo em relação aos professores, porque nós, 99% dos professores estão como voluntários, mesmo os próprios professores... Para eles é um estímulo, porque estar a ensinar aos seniores é completamente diferente de estar... E então eles sentem-se muito gratificados com aquilo que os seniores também lhes dão... Portanto também para os professores é muito importante a Universidade Sénior. Essencialmente agente aqui também trabalha os afectos... A afectividade, a transmissão desses afectos, só para ter uma ideia, todas as turmas se organizam para fazer um almoço ou um jantar ao professor, para dar uma prenda... Existe uma relação forte entre as pessoas e precisam de dizer ao professor de alguma forma o seu obrigado... E é a forma que têm para transmitir essa situação... E isso tem haver com o desenvolvimento dos afectos, mesmo as pessoas que estão nas turmas, entre elas também criam, pessoas que estavam sozinhas... muitos que estão doentes e muitos que já deixaram de estar a medicamentos...

E: Acaba por ser uma influência sobre toda a população... E relativamente à Mostra na sua globalidade, de que forma acha que influencia o concelho?

e: Eu acho que a iniciativa, não sei como influencia... não sou capaz de lhe responder... Aos nossos alunos é um momento muito importante, porque eles vão lá participar na animação, a animação é feita por eles... E gostam muito de ir à tenda, e de ir lá ver as fotografias que lá colocamos e gostam muito de se ver lá representados, de ver a sua universidade ali representada... Eu acho para os nossos alunos é muito importante participar na Mostra, agora para os outros não sei... Dá-nos muito trabalho, mas isso é outra coisa... Porque não temos meios, aquilo que mostramos lá é feito aqui por nós... Não temos cá gráficas... Mas estamos aqui em voluntariado e gostamos de estar...

8- E: Passamos neste momento então à implementação da Mostra em si, como me descreveriam a metodologia de trabalho desta iniciativa? Que métodos são utilizados, desde a primeira reunião até que a Mostra esteja de pé...

e: É assim, o que é que eu acho... Posso ser muito sincera não posso?

E: Pode e deve (risos).

e: Então vou-lhe dizer... Eu acho que nós participamos muito nas reuniões, nós vamos às reuniões, pronto... no funfo no fundo, nós vamos às reuniões, damos a nossa opinião, mas no trabalho, quer dizer o trabalho é a Câmara... portanto limitamo-nos um bocadinho a dar a opinião, porque o trabalho que depois temos é a nível de cada universidade... A universidade depois tem de conceber, mandar os materiais, temos que fazer isso tudo, mas quem tem que dar esses passos para tudo estar exequível é a Câmara, nós dizemos o que necessitamos, quantos grupos vão actuar, o que é necessário para... portanto depois a Câmara é que...

E: Mas considera que seria mais produtivo e gratificante uma pequena alteração nesta metodologia?

e: Eu acho que está muito bem, porque nós não temos meios para por aquilo em pé... E acho que a Câmara faz um bom trabalho e ouve-nos...

E: Mas ao haver esta forma de organização, eventualmente poderá criar um certo distanciamento nas opiniões que se dá, nas exigências que eventualmente se possa fazer aos outros membros...

e: Não! Pelo menos em relação a nós, não sentimos distancia nenhuma... Portanto podemos participar com isto, e precisamos daquilo, e tudo é...

9- E: Considera que houve alguma mudança ou adaptação a nível organizacional aqui na USALMA para a entrada nesta iniciativa?

e: Não, não houve mudança nenhuma, nós participamos com a nossa realidade... Não fazemos nada de mais para... Portanto, continuaríamos sempre a fazer o mesmo sem a Mostra... Perdíamos era a visibilidade que a Mostra nos dá...

10- E: E relativamente à vossa participação, como a caracterizariam?

e: Eu acho que nós somos activas... Nós nunca ficámos caladas, muito embora quando é o concurso não podemos não é, mas de resto, nós demos ideias, fazemos tudo aquilo que for possível... Eu acho que nós, tendo em conta a nossa realidade que é muito diferente... Aliás, nós ainda pensámos em colaborar também

com os colóquios, tentámos trazer um orador, fizemos uma proposta nesse sentido, que acabou por não acontecer... Mas nós nesse aspecto...

11- E: Gostaria agora que me analisassem um pouco as relações entre as instituições e o grupo de trabalho, o que implica? Querem acrescentar alguma coisa?

e: Eu acho que não... Gostamos muito do pessoal da Câmara...

.....

12- E: Perguntava relativamente ao impacto que esta iniciativa tem ao nível do desenvolvimento local, seguindo a ideologia e os princípios das Cidades Educadoras, o que é que me quer acrescentar sobre este tema? Que reacções provoca?

e: É assim, eu penso que é sempre importante, mesmo para os de maior idade que já não vão frequentar o ensino superior, acho que é sempre importante na medida em que eles acabam por ter conhecimento daquilo que há... do que se aprende e se pode fazer... portanto é sempre importante... Para os mais novos é importantíssimo não é, realmente os secundários já têm de definir aquilo que querem não é, de qualquer maneira acabam por ter um conhecimento maior daquilo que são os cursos de alguma forma, muito lenta mas sabem que há este curso e aquele...

Há aqueles dias em que as pessoas passam muito, e mantém o interesse porque as pessoas acabam por entrar e ver... E principalmente a localização é um espaço que é muito importante... E depois a parte cultural é desde sempre... a tenda fica cheia...

E: E relativamente ao resto do espaço, nomeadamente ao que decorre simultaneamente no Fórum Romeu Correia?

e: Acho interessante, primeiro este ano o espaço estava muito bonito, adorei aquelas cores... E depois a outra parte dos alunos do secundário, eu penso que é importante os projectos que eles desenvolvem... se bem que estejam num espaço que não suscita tanto o interesse de ir vêr porque não está ali, percebe? Se tivesse num espaço mais acessível as pessoas se calhar... A Câmara Municipal é que sabe o número de visitantes não é... mas penso que esse espaço aí se estivesse mais acessível seria visitado por mais pessoas, assim acaba por ir lá os alunos das escolas que sabem que está lá, ou os pais desses alunos... Está um bocadinho

escondido, mas também se estivesse dentro da tenda talvez não fizesse sentido porque o objectivo é a Mostra do Ensino Superior. De qualquer maneira é importante para os alunos estarem lá os seus trabalhos.

13- E: Da Mostra deste ano, 2009, poderia fazer-me uma pequena avaliação, quais as expectativas, desejos ou críticas, comparando-a com a Mostra anterior em que estiveram presentes?

e: Eu críticas não tenho assim nenhuma a apontar relativamente à USALMA. Relativamente a aspectos positivos, eu penso que já referi... A divulgação da nossa universidade, tendo em conta que aqui se dirigem as pessoas que estão mesmo interessadas e já sabem que ela existe, e lá é um espaço em que aparecem outras pessoas que não sabem o que é a USALMA e atingimos outra população.

E: E como acha que isto poderia ser melhorado?

e: É assim... melhorado em relação a nós não me ocorre assim...

E: E em relação à iniciativa no global?

e: O espaço é o ideal, em termos de material cada uma das universidades tem a sua competência... em relação a nós, procuramos sempre melhorar, mas também não temos muitos meios para ser diferente daquilo que se faz... Só temos as actividades que temos registadas em termos de fotografia e temos depois a parte cultural em que mostramos aquilo que temos... São aulas que se mostram porque são as únicas que se podem mostrar ali ao vivo, não se pode mostrar uma aula de história ou de inglês... Poderemos melhorar, deveremos melhorar em termos de apresentação, mas isso também já é uma coisa que cabe à nossa imaginação...

E: Há alguma coisa que gostasse de acrescentar?

e: Eu penso que é um evento muito importante no Concelho, pronto, talvez e calhar tetar mudar um bocadinho a imagem, porque também sempre a mesma coisa acaba por cansar e ser rotineiro não é... Apresentar a Mostra de outra forma... Mas compete também a cada instituição diversificar não é...

E: A divulgação global acha que deveria ser alterada?

e: Acho que a Mostra é bastante divulgada, ela é divulgada nas revistas da Câmara, meios de comunicação social, internet e páginas... portanto não sei se há outras formas, são formas que chegam ao público... aos munícipes da cidade... a televisão também chega aos de fora...

Protocolo da entrevista semi-directiva 5

1- E: Começando então, já lhe apresentei os objectivos gerais desta entrevista como forma de enquadramento e gostaria, então de lhe pedir que me descrevesse o nascimento da Mostra do Ensino Superior.

e: Portanto, o nascimento da Mostra surgiu a partir de um primeiro evento que foi organizado na Faculdade de Ciência e Tecnologia que se chamava fórum FCT, em Almada, no qual houve uma enorme participação da Câmara Municipal para que esse evento pudesse acontecer e o que é que aconteceu... que se realizou no mesmo espaço com a tenda e só com ateliers organizados pela FCT. Na altura o principal impulsionador foi o actual presidente, mas também com o apoio do ex-reitor que é ex director da FCT, que em uníssono com a Sra. Presidente decidiram logo naquele ano que seria muito interessante fazer uma Mostra daquele tipo, mas com todas as instituições do ensino superior do concelho, e foi aí que surgiu a ideia de realizar uma Mostra do ensino superior do Concelho de Almada.

E: E com estes fundamentos como se processou depois a implementação da iniciativa?

e: No ano seguinte a Câmara Municipal de Almada, portanto o Departamento de Educação e Cultura, contactou os gabinetes de comunicação de cada uma das instituições do ensino superior, realizamos uma reunião de auscultação para saber se todas as pessoas concordavam com a ideia... Houve um enorme consenso, criou-se um grupo de trabalho, e a partir daí começámos todos, em conjunto, a trabalhar para a Mostra.

2- E: No que se refere à situação do concelho, ao Departamento que na altura se chamava de Educação e Cultura...

e: Era a Dr.^a Paula Sousa, o Dr. Domingos Rastreiro, a Engenheira Filipa e outra colega a Maria João... Portanto esse era o grupo de trabalho por parte da Câmara Municipal... Depois tinha um elemento de cada instituição do ensino superior que trabalhava no Departamento de Comunicação da respectiva faculdade...

E: Isto foi-se complexificando com o tempo, manteve-se relativamente estável...

5- e: Olhe é assim, eu não participei em todas as reuniões, porque nós desenvolvemos muitas actividades em paralelo, mesmo semelhantes à Mostra aqui na Faculdade, e umas vezes participava eu, outras a minha colega... Eu creio que o grupo a nível geral teve sempre um bom entendimento entre si, muito embora tenha ideia que houve alguns precalços em determinadas alturas, alguns obstáculos que tornaram por vezes mais morosa a divulgação do evento e isso trouxe algumas consequências menos agradáveis para as instituições. Mas houve sempre um sentimento de ajuda entre as pessoas, quer da Câmara, quer das instituições no sentido de que esses problemas fossem sempre ultrapassados, e o interesse era comum e no fim tudo tinha era de correr bem... E isso acho que esteve patente ao longo de todas as Mostras e todos os grupos que se criaram por ano para a Mostra, porque eu sei que houve oscilações a nível de representantes, uns porque saíram das instituições, outros porque tinham outras áreas... mas eu acho que de um modo geral no fim tem corrido tudo bem.

3- E: Relativamente às ideias das quais surgiu a iniciativa, às razões pelas quais esta é realizada... portanto já me especificou a questão dos fundamentos, de onde é que surgiu...e razões para a existência desta iniciativa?

e: Para mim esta iniciativa é muito importante... eu creio, e julgo que já tinha comentado isto... que se devia expandir a escolas fora do Concelho de Almada... porque as escolas dentro do concelho estão muito viradas para si próprias... e não me parece que estejam muito disponíveis para esse tipo de actividade... Não percebo porquê, porque agora há pouco tempo estive numa Mostra semelhante em Lamego, também um evento organizado pelo Departamento de Acção Cultural e Desportivo de Lamego e realmente as escolas afluíram em massa e esse é o público alvo que realmente interessa às faculdades, institutos politécnicos e aos institutos superiores. A única diferença que eu notei é a nível de apoio e que também contribui para essa grande afluência de jovens desde o 9º até ao 12º, foi o facto das diversas freguesias terem disponibilizado autocarros e terem encarado aquela Mostra como uma visita de estudo, e aí os alunos têm mesmo que ir, eu percebi que alguns até tinham que realizar trabalhos sobre isso... e realmente é uma forma de cativar e incentivar mais as escolas.

Implicar as escolas, porque aquilo que os professores dizem, daquilo que eu me lembro de algumas reuniões em que eles participaram era... ah, eles agora já não podem ser obrigados, eles vão se quiserem e nós não podemos fazer nada... Se isso for integrado no programa da escola como uma visita de estudo, eles aí têm que ir, porque é como outra visita qualquer, eles têm que fazer um relatório e é importante para eles... E talvez fosse um aspecto a considerar na próxima Mostra que nós organizamos.

7- E: Relativamente a estas ideias que me deu existe sempre o ponto do desenvolvimento do concelho e por serem instituições do ensino superior... com é que vê isto a nível do desenvolvimento local? Pensa que existiram alguns factores nas instituições do ensino superior que poderão dificultar esta disponibilidade?

e: Não o que eu quero dizer é alargar a escolas dos arredores do concelho... A nível do ensino secundário... porque a Mostra é das instituições do concelho de almada... e também contribui para o desenvolvimento de Almada como para a península de Setubal... porque existem alunos nossos que vêm de todo o país...

4- E: E gostava que me esclarecesse os objectivos iniciais desta iniciativa...

e: Foi fazer uma actividade completamente diferente, porque tudo era feito a nível interno... Nós em determinada altura do tempo começávamos a fazer a divulgação da nossa oferta educativa por via postal para todas as escolas do país e organizávamos os dias abertos da faculdade. No entanto, há sempre limitações, pessoas que não podem vir, depois a informação não chega e então resolvemos como que levar a faculdade para a rua e mostras a faculdade na rua... e foi daí que surgiu essa ideia. Vamos mostrar aquilo que temos no Campus à população da cidade... Esta foi a reacção ao primeiro fórum claro... e portanto o objectivo principal era cativar alunos do ensino secundário, mais concretamente do 12º ano para virem para a nossa faculdade...

E: Através de uma metodologia mais...

e: Mais prática e mais directa, porque nós não nos limitámos a utilizar produtos de merchandising ou brochuras, mas levamos sim pequenos ateliers nos quais eram realizadas experiências e os alunos podiam assistir, mecher nos materiais e ver, numa escala mínima claro, aquilo que se faz na faculdade.

5- E: Relativamente ao grupo de trabalho, já me referiu de certa forma como ele surgiu... mas considera que existia algum tipo de relação anterior entre as diversas instituições e entre estas e a Câmara que tivesse vindo a ser colmatada ou torná-las mais coesas...

e: Portanto... a nível de faculdade nós sempre tivemos uma relação muito próxima com a Câmara e com a Escola Naval... Não tanto com as outras instituições... mas com as 2 primeiras sim. A partir do momento em que se criou o grupo da Mostra é obvio que os laços se estreitaram, mas isso não quer dizer que tenha havido mais valias daí... porque não, só mesmo a nível de relacionamento interpessoal...

E: Mas porque acha que são áreas que não se cruzam...

e: Eu acho que essa questão tem de ser colocada a nível superior... porque o que eu posso dizer é que podeira ter passado a existir um protocolo ou... pronto não há, não sei se há pedidos de ajuda pontuais, provavelmente haverá e directos entre departamentos porque há pessoas que se conhecem, agora a nível oficial não houve assim mais valias decorrentes desta Mostra.

6- E: E quais os efeitos globais que a iniciativa tem a nível do concelho, da população, das organizações, da FCT... Houve algum tipo de alteração?

e: Não, o público tem-se mantido, é muito heterogéneo.

E: Mas sente algum efeito que esta iniciativa tenha que seja de relevante?

e: Ainda não tenho dados concretos em relação a isso... Está-me a perguntar se trouxe algum tipo de mais valia para a faculdade a nível de alunos no 1º ano...

E: Sim pode ser uma das perspectivas de abordagem...

e: Eu ainda não sei porque eu gosto sempre de esperar 2 ou 3 anos para aplicar um inquérito e introduzir essa actividade e depois ver se é válida, se não é, se se deve repetir... Portanto este ano eu vou incluí-la a Mostra no inquérito... que

aplicamos aquando da entrada dos nossos candidatos. A nível local, eu acho que é importante porque todas as pessoas podem saber um pouco mais em relação ao que existe no concelho, desde os mais novinhos até às pessoas mais idosas... Se eu disser há mas isto é muito importante para a FCT... de certo modo até pode ser porque os pequenos vão ver e fiam com uma determinada ideia, depois vão crescendo e ouvindo falar e isso pode encaminhá-los de certa forma no futuro para eles fazerem uma escolha, através dos pais, dos irmãos, dos avós...

8- E: Vamos agora passar ao segundo bloco, que é referente à implementação da Mostra... Relativamente à metodologia de trabalho que é utilizada na construção e montagem desta iniciativa até que ela esteja realizada e gostava de saber se sente alguma evolução nesta metodologia de trabalho...

e: Não, a metodologia manteve-se... O problema é que a metodologia nem sempre é cumprida... Mas pronto, como lhe disse depois ficava sempre tudo bem... Mas acho que tem de haver mais cumprimento, especialmente dos prazos porque isso é muito importante para os resultados finais. E eu coloco-me sempre com a questão da divulgação não ser feita atempadamente, mas também sei que as instituições nem sempre respondem a horas e nem sempre enviam a informação até aos prazos que são impostos, e como é obvio isso depois prejudica bastante o trabalho e reflecte-se em tudo o resto.

E: E como me descreveria a metodologia?

e: Eu acho que é a adequada, portanto nós calendarizamos tudo com muita antecedência... Através de reuniões, trocas de e-mails... Depois o que falha, lá está... porque em termos de organização as coisas estão bem organizadas e em termos de metodologia creio também que é a adequada, desde que se cumpra...

9- E: E pensa que a nível da FCT como da CMA, sentiu algum tipo de mudança ou adaptação, alguma medida em particular de natureza organizacional que tenha vindo associada a esta iniciativa?

e: Sim a questão da organização dos ateliers, a introdução do concurso, a atribuição dos prémios aos alunos, como forma de incentivar a participação...

E: Então pensa que não houve uma mudança organizacional?

e: Não, esta iniciativa já consta no plano de actividades desde que surgiu... E portanto, a partir do momento em que se decide que ela vai continuar, ela continua a fazer parte do nosso plano de actividades, seja neste formato, seja noutra ue se venha a considerar mais apropriado...

10- E: Esta questão é talvez um pouco mais pessoal... Mas como caracterizaria a sua participação no grupo de trabalho? Quer fazer algum comentário a nível pessoal ou do grupo em geral... caracterizar o grupo e seu funcionamento?

e: Isso é muito complicado... o grupo é homogéneo, teve um objetivo comum, portanto não podia ser mais homogéneo... agora são realidades muito diferentes, mas pronto, temos de aprender a lidar com as realidade que existem e fazer cedências de parte a parte, e nesse sentido as coisas correm muito bem, porque se compreende que são diferentes e quando necessário há sempre cedencias... pronto...

11- E: Relativamente às realções entre as instituições, já falamos um bocadinho sobre isso, não sei se quer acrescentar algo... São relações que implicam alguma...

e: Não, porque como já lhe disse as organizações com quem tínhamos mais proximidade eram a CMA e a Escola Naval e sempre tivemos vários protocolos quer com uma quer com a outra... e esta situação mantém-se... Agroa a nível das outras duas escolas provavelmente não há essa necessidade o que não quer dizer que estas entrando em contacto com a FCT não se faça um protocolo específico, com certeza que sera feito porque a universidade nova são instituições muito viradas para o futuro, nas quais a interajuda não causa qualquer confusão...

E: E pensa que de certa maneira esta iniciativa veio colmatar estes protocolos já existentes?

e: Não...

12- E: Relativamente ao impacto, a reacções da população em particular... dando relevância ao desenvolvimento local e às ideologias de uma Cidade

Educadora, à consciencialização na actuação... De que forma acha que esta iniciativa contribui para isso?

e: Se quer que lhe diga não sei... Sinceramente... Portanto eu sinceramente acho que é importante em relação à ideia da CMA de Almada Cidade do conhecimento, eu acho que é importante dar a conhecer a oferta educativa que existe, até no que diz respeito ao relacionamento entre as universidades e empresas. Agora a ligação que isto pode fazer e até que ponto pode contribuir porque não há desenvolvimento só com conhecimento, este tem de ser aplicado... E portanto a esse nível eu considero que é muito importante que se saiba o que existe, o que se faz a nível da organização local...mas também para o bem da cidade.

13- E: A fazendo uma pequena avaliação da Mostra 2009, comparando-a com outras anteriores, se houve alguma evolução, se há novas expectativas, críticas, desejos de melhora...

e: As críticas são sempre as mesmas... Da parte dos nossos docentes principalmente, porque não há afluência do público alvo, e consideram para eles que é uma perda de tempo porque estão lá implicados, é um trabalho adicional, e por outro lado não estão aqui a desenvolver o seu trabalho... É a única crítica, de resto não há críticas relativamente a falta de apoio, organização, etc. O problema é mesmo a falha que existe, que ainda não se percebeu muito bem o porque, porque tem havido esforços todos os anos de modo diferente para cativar os alunos para estarem presentes, e acabam por não estar... é sempre a mesma crítica... vamos para a Mostra mas já sabemos que não vai haver público...

E: Portanto este seria realmente o melhor desejo de melhora...

e: Exacto, chegar ao nosso público alvo e a todas as instituições do ensino, porque concerteza já deve ter falado com outros membros do grupo de trabalho que lhe terão dito o mesmo, por exemplo ao Egas Moniz só vão (na tenda) pessoas de terceira idade para realizar testes vários a nível da saúde... E portanto, no fundo as pessoas implicam-se e implicam outras pessoas e recursos materiais também, e o retorno acaba por ser muito pouco... Outra coisa que acho é que cada vez se torna mais evidente que não se justifica a Mostra estar aberta ao Sábado... Não faz sentido.

E: Mas pensa que houve uma evolução, uma melhora?

e: Não... eu já lhe disse, aquilo que eu vi em Lamego, talvez seja uma forma de envolver as escolas e eu já tive a pensar em falar nisso quando for marcada a próxima reunião porque é uma forma de implicar as escolas, agora tem mesmo é de haver boa vontade das escolas... uma boa cooperação entre as escolas, juntas de freguesia, a própria Câmara Municipal, mas acima de tudo as escolas têm de assumir a Mostra, da mesma forma que está no nosso plano de actividades, elas também têm que o fazer, e não considerar a Mostra como uma actividade que podemos ou não fazer... considerá-la como uma visita de estudo, à qual eles têm que ir porque é importante para eles e faz parte do plano da escola...

E: E porque acha que isso não acontece?

e: Não faço a mínima ideia, e acho que nenhuma das colegas do grupo percebeu... Porque quer dizer, se nós verificássemos que a CMA nem dá apoio às escolas era uma coisa, mas não, verifica-se que a Câmara está sempre muito envolvida e muito empenhada em ajudar e participar e até a Sr.^a Presidente sugere coisas... eu sinceramente não consigo perceber... Porque quando andámos nesta última Mostra a visitar os trabalhos de projecto, eu vi a atenção que foi dedicada aquela exposição, desde sugestões que a Sr.^a Presidente deu, e as professoras que estavam presentes das escolas secundárias também me pareceram pessoas interessadas... e eu pensei: Finalmente vamos ter público, mas não tivemos... não é fácil de perceber...

E: E acha que esta inserção do ensino secundário vem no futuro implicar mais as escolas...

e: Eu pensei que sim e não implicou...

E: Será que tem haver com ser o 1º ano? ou...

e: Sinceramente não sei... eu criei muitas expectativas... Quando vi o envolvimento, mas depois não se reflectiu em coisa absolutamente nenhuma...

E: Se calhar estavam os projectos, mas quem foi à exposição não se dirigia à tenda...

e: Sim isso foi notório...

E: Não sei se há algo mais que queira acrescentar...

e: Não, espero que para a próxima Mostra o grupo consiga envolver mais as escolas, é isso que es espero...

Protocolo da Entrevista semi-directiva 6

1- E: Vamos então começar pelo primeiro bloco de perguntas referentes ao nascimento da Mostra do Ensino Superior, gostava de lhe pedir que me descrevesse o mesmo.

e: Bom a iniciativa nasceu em 2004, foi uma proposta que veio da FCT da Universidade Nova, mas de uma conversa informal entre o director na altura da faculdade e a Presidente da CMA. Ambos conversaram e trocaram impressões e, digamos que... a Presidente terá ficado muito entusiasmada e muito interessada por uma divulgação que foi feita a nível da Faculdade para a população em geral no que diz respeito ao & que a faculdade tinha até à data. Daí surgiu o desafio, porque não juntar também outros nesta mesma organização e passarmos então para uma área territorial e fazer uma divulgação pública de tudo o que era oferta a nível do ensino superior. Digamos que a Mostra teve curiosamente essa aproximação entre a Câmara e a FCT. Foi assim que nasceu e veio essa orientação para os serviços... a génese da Mostra é esta.

E: Protanto foram depois contactados os outros membros do grupo de trabalho neste momento...

e: Não foi bem assim, inicialmente sabia-se que a presidente tinha esta vontade e esta decisão, a direcção da faculdade também tinha vontade de participar e colaborar com a Câmara, mas depois teve de se discutir qual o modelo, ou seja, até chegarmos a este modelo de Mostra, digamos que não partiu destas duas entidades, mas que foi necessário pensar-se como levar a cabo uma iniciativa relacionada com o ensino superior. Já agora relembrar que do ponto de vista da Câmara as nossas relações privilegiadas não se situam à data com as faculdades, porque as nossas áreas de competências estão todas elas centradas nos níveis iniciais de educação e ensino, daí que a nossa grande relação com a comunidade escolar tava situada não só no pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos, mas também no secundário, porque tínhamos na altura uma iniciativa que se chamava Festa da Educação, que englobava precisamente esta vertente da Mostra também dos projectos. Depois quando se pensou fazer uma coisa diferente, foi necessário pensarmos no modelo, e esse modelo... então sim pensámos convidar representantes das várias instituições, e com eles chegar à conclusão do que seria

melhor para a própria iniciativa do ponto de vista da sua organização. Daí que fizemos na altura o convite ao Egas Moniz, à Escola Naval, à própria faculdade e ao Instituto Piaget. Pronto, foi assim que surgiu uma primeira abordagem à iniciativa. Da conversa tida com as direcções e com o Vereador António Matos, verificámos que havia sempre uma importância muito grande para a necessidade de divulgar a oferta do Concelho, ou seja eles defendiam que não fazia sentido que os alunos do concelho saíssem muitas vezes do mesmo para frequentar outras universidades quando eles próprios já tinham aqui uma oferta. Então a componente da informação e da divulgação foi aquela que foi muito evidente, e que depois tinha e continua a ter um suporte comunicacional que era e continua a ser a exposição da divulgação. Isto numa primeira parte, isto é, que seria uma exposição de divulgação da oferta. Depois também se confirmou com eles que a Mostra tinha de ter um carácter interactivo e daí a componente experiencial dos ateliers e de mais proximidade à população. Surgiu então a vertente mais experimental que se reviu na tenda, naquela parte mais central. Também surgiu a necessidade de se falar sobre temáticas importantes para o ensino superior e para a inserção na vida activa ou orientação dos jovens do ensino secundário para o ensino superior. É a vertente do encontro ou workshops que surgiu. Digamos que o modelo de organização da Mostra foi construído não por iniciativa única da Câmara, não por iniciativa só da Faculdade, mas foram as várias escolas que tiveram de associar-se a pensar o que é que iamos fazer em termos de Mostra. A Câmara no que se refere à sua participação procurou sempre ter não só o papel de recurso financeiro, ter o papel de assegurar tudo o que era logística, tudo o que é a parte financeira, digamos que não assumiu só esse papel, tentou sempre assumir um papel de coorganização plena. A coorganização plena, e é isso que deve ser a mais valia desta iniciativa, foi obrigar, entre aspas, todos os que estavam presentes neste grupo de trabalho, que pensassem numa temática, reflectissem sobre essa temática e que fizessem a sua aproximação ao território. E a Câmara, dentro da temática escolhida e consensualizada com as Universidades, pudesse, também, ela própria dar o seu contributo para a construção da exposição e do próprio tema, e daí que a Câmara assumia que não tendo propriamente competências, que não tendo propriamente um edifício para gerir e uma instituição para gerir, tem um território ao qual corresponde do ponto de vista de gestão desse mesmo território e que considera o ensino superior e as instituições de ensino superior um polo de desenvolvimento do território e daí que faz a sua aproximação, e digamos que faz a conciliação face ao tema que é escolhido em cada uma das exposições. Daí que o nosso primeiro tema foi um tema genérico, foi Almada, cidade do conhecimento, foi aqui que começa a

surgir a grande ideia de construir uma Almada, cidade do conhecimento, uma Almada , cidade da inovação, agora já estamos muito virados para a inovação, ou seja, não basta conhecer, é também necessário inovar, mas que foi o grande tema centras da exposição, que é, como é que nós construímos conhecimento com o ensino superior.

E: Tendo em conta que este é um processo que está sempre a andar, não é estanque, foi introduzido depois o concurso, também a participação do ensino secundário, quanto tempo é que, mais ou menos, diria que demorou a operacionalizar, a conseguir de certa maneira uma iniciativa coesa, que continua em construção, mas que até realmente estar de pé...

e: Eu não diria que há tempos, estes processos, a educação são processos muito lentos e de relação que se estabelece, e de avaliação, ou seja, temos que avaliar para melhorar, exactamente... por isso eu não tenho momentos, o que é que eu acho que nós fizemos, nós tivemos um primeiro ano de grande preocupação de discutir o modelo e foi discutido o modelo muito dentro da esfera do ensino superior. Do ponto de vista do ensino superior ele atingiu logo os seus objectivos no primeiro ano, que é de facto ter uma iniciativa de grande evidencia no centro da cidade com todos os recursos de informação que lhe estão associados, desde a televisão, desde os spots na rádio, desde anúncios, desde uma boa campanha promocional, penso que os objectivos do ensino superior foram alcançados. Onde é que não atingimos os objectivos... Atingir exactamente o público-alvo, que são os alunos do ensino secundário, que a partir do 9º ano podem vir a fazer uma aproximação aquilo que são as opções em termos de prosseguimento dos estudos e esse sim é que nós não conseguimos atingir no primeiro ano, ou seja, apesar de procurarmos constituir uma aproximação ao ensino secundário com reuniões regulares explicando o que se estava a passar, digamos que as escolas foram-nos sempre dizendo que o tempo não era o mais certo, ou seja, para participar precisavam de tempo para incorporar a Mostra do Ensino Superior no plano de actividades das escolas, e esse primeiro ano não tinha sido dado a tempo. E daí que o objectivo não tenha sido alcançado e nós na avaliação que fizemos no primeiro ano, pensássemos como é que vamos conseguir atingir os alunos e como é que envolvemos as escolas, e daí que fizemos um primeiro ensaio não conseguido na totalidade, mas que na realidade criou alguma génese para aquilo que é a Mostra do Ensino Secundário associada à Mostra do Ensino Superior, que foi exactamente incluir no grupo de trabalho de organização de Mostra do Ensino Superior dois representantes. Ou seja, nós

tivemos um modelo a uma dada altura do processo, ou seja, 2005/2006 em que as próprias escolas do ensino secundário, elas também faziam parte do grupo de trabalho organizador da iniciativa. Exactamente de certa forma, como elemento de ligação ao ensino secundário, e às outras escolas do ensino secundário, porque nós temos aqui uma área, que é a área da AP12, que são todas as escolas que se reúnem e que trabalham em conjunto, e elas levariam essa informação para essa área pedagógica (AP12) e dinamizavam todo o processo. O que nós viemos a verificar foi esse ano em que elas também participaram, é que só as escolas que estavam no grupo de trabalho é que vieram à Mostra, todo o trabalho de dinamização não aconteceu. Pronto... e daí que também não tenha sido um objectivo conseguido com esse modelo de participação e de coorganização. Temos, por isto, este desassossego, esta preocupação, que é, então, se isto não é possível, se não é por aí que vamos, como é que aliciamos, temos que romper a ligação exclusiva nas escolas e as hierarquias e estruturas existentes nas escolas, mantendo a ligação formal na escola, mas temos de procurar abrir informalmente. E daí ter nascido o concurso, ou seja, foi o resultado de uma... 2007 se a minha memória não falha... que foi com uma estagiária, que também esteve da vossa faculdade, que esteve connosco a conceber o concurso para depois os jovens aderirem. É evidente que também não verificamos uma grande adesão dos jovens, ou seja, se nós compararmos o número de alunos que estão a frequentar o ensino secundário com os participantes, não é o objectivo alcançado. O que verificamos é que gradualmente os estudantes se mobilizam por si do que propriamente pelas escolas. Uma marca que esta iniciativa tem tido é que a nível do publico-alvo de facto é difícil atingi-lo, ainda não encontramos o mecanismo certo para chegar aos jovens. Isto para dizer que relativamente aos nossos destinatários, ainda em processo de crescimento, digamos assim, tem sido desmobilizador, não no sentido de não se realizar a iniciativa, porque ela vai continuar, isso não está em causa, mas desmobilizador das próprias instituições do ensino superior, se motivarem e também fazerem crescer a Mostra. Ou seja, enquanto que nós tivemos num primeiro ano uma grande mobilização dos professores das universidades para estar na zona experiencial, depois verifica-se que elas próprias têm dificuldade em mobilizar-se, porque nem sequer garantia neste momento é de garantirem neste momento o mesmo nível, porque os professores não vêem, digamos, o retorno no imediato. O que eu acho que está a acontecer é que há outras formas de entrar curiosas, ou seja, acho que vale a pena reflectir e... que é, quando as universidades abrem os seus departamentos para as escolas, portanto os dias abertos, as escolas mobilizam-se e vão às faculdades. Depois o que é que nós vemos? Que no decorrer

da Mostra essa mobilização não se verifica e as pessoas mobilizam-se mais enquanto população em geral que vai conhecer o que é que as faculdades estão a fazer, ou seja, curiosamente o nosso público-alvo não é aquele que é mais atingido, não é por aqui, mas a população aproxima-se às universidades e tem curiosidade em conhecer o que é que se está a passar. Isto também pode ser um bom indicador, que o objectivo que a Câmara tem também ele próprio está a ser conseguido, que é aproximar as instituições do ensino superior à cidade e à população em geral, pode não ser esse o objectivo das faculdades, na totalidade, mas é o da Câmara também... Tem sido este o percurso feito connosco. Mas também acreditamos que as escolas do ensino secundário, elas próprias sentem necessidade de um espaço, e a Alexandra presenciou isso este ano, que é também terem um espaço de Mostra, que é o que estamos este ano a discutir com elas, e perceber como é que as coisas se podem interligar... Possivelmente até podem interligar-se, e é uma ideia que estamos... e que vamos propor às escolas, que é ter no mesmo tempo de realização uma mostra do ensino secundário, e uma do ensino superior, e tudo ser Almada, cidade do conhecimento. independentemente do nível de ensino. É o que eu penso da ideia que estamos a construir, mas ainda vamos trabalhar nela.

4- E: Claro... Eu vou talvez alterar um pouco a sequência das questões... Como já me apresentou um pouco os objectivos gerais da Mostra, como é que me sintetizaria realmente os objectivos da iniciativa? Portanto, para além do fazer uma divulgação do ensino superior e do aproximar estas instituições à população em geral, ao concelho...

e: Em termos dos objectivos... a... portanto... Temos esses dois, temos também o objectivo que é colaborar na orientação escolar e profissional dos alunos do ensino secundário que estão nas escolas do concelho, há também uma outra vertente que é a ligação que as universidades proporcionam, não só à investigação e à criação, mas também ao próprio emprego e ao tecido empresarial e de que modo é a elas estão propriamente a desenvolver o concelho em termos do desenvolvimento, e ao mesmo tempo, também dizer, como é que as escolas, elas próprias, do ensino superior, podem trabalhar em parceria. Que eu acho que é outra vertente que muitas vezes o ensino superior trabalha muito mais em parceria com universidades internacionais do que propriamente as universidades nacionais e ainda por cima num mesmo território. Tem sido interessante esta aproximação, sobretudo, por exemplo, a Escola Naval com a FCT têm tido trabalho de relação.

2- E: E relativamente ao concelho de Almada, à organização, ao DEJ, na altura Divisão, ainda não era departamento... Qual era a situação? Que enquadramento é que me pode fazer da situação organizacional da altura? Que alterações houve, que possam eventualmente estar interligadas com a iniciativa, que tenham sido uma mais valia...ou...

e: Eu acho que a iniciativa vale, em termos da Divisão de Educação e Juventude, à data, foi um pouco aquilo que eu disse inicialmente, a Divisão trabalhava essencialmente com as escolas da rede pública e privada, mas do pré-escolar ao ensino secundário... Estou a falar desta unidade organica... Por uma questão muito simples, que é por um lado responder às competências que estão nas áreas legislativas, e por outro lado, porque toda a frente do trabalho de projecto que é enquadrável no plano de acção cultural estava com estes destinatários. E daí que os interlocutores que tínhamos privilegiados, eram exactamente estes. Depois, também tínhamos acompanhado, mais ou menos desde esta data... portanto 2004, fizemos todo um trabalho de criação de uma associação de professores do concelho da Almada, digamos que teve a sua génese num trabalho, também, de um grupo informal de professores... É para mim muito interessante a forma como trabalhamos, pelo menos eu considero-a, que a partir de grupos informais, se vêm construindo percursos e que depois acabam por se institucionalizar através ds iniciativas... Esta de facto, esta associação foi esse o caminho, nasceu da necessidade, a Câmara entendeu homenagear os professores que se tinham aposentado, convidou alguns professores que conhecia, que estavam nessa situação e perguntámos o que seria interessante para eles, e criámos a Homenagem ao Professor Aposentado a partir deste grupo informal, que no primeiro almoço, digamos que nasceu a partir da presidente, então porque não se constituírem em associação? E depois foi feito um trabalho de dois anos, aqui na Divisão, de chegar a consenso no que diz respeito aos estatutos, à formalização da associação, e digamos que nesse trabalho que fizemos de criação da associação verificámos que era muito interessante termos uma âncora para aquela associação ter pertinencia em termos de realização local... E partimos para a Universidade Sénior... Fomos ver vários exemplos, e foi daqui que se construiu a génese da USALMA. A USALMA ao constituir-se foi, digamos, tão importante para nós que depois fomos, entre aspas, recuperá-lo e integrá-lo na Mostra do Ensino Superior... Pronto, como sendo outra vertente, nós... Neste momento a USALMA tem cerca de 700 alunos quer professores e não professores e tem de facto quase uma centena de professores voluntários que estão a dar exactamente essas aulas. Isto quer dizer que temos aqui uma componente de

conhecimento que está associada neste momento à Mostra do Ensino Superior. Dizer que do ponto de vista da organização, Câmara de Almada, Divisão de Educação e Juventude, tem sido um processo de crescimento e de alargamento das relações com as instituições que existem em Almada. Acho que a Mostra do Ensino Superior abriu-nos neste momento a entrada em todas as instituições, por exemplo estou a pensar, quando saiu o programa das AECs a nossa primeira ideia, não assumindo nós a execução e a sua candidatura, pensámos exactamente no Instituto Piaget como sendo a entidade mais válida e com condição para desenvolver as actividades de desenvolvimento curricular, onde a Câmara se apresentou como promotora, que foi exactamente nos agrupamentos onde estava identificada uma grave carência social, ou seja, nós neste momento quando precisamos... Estou agora a pensar nos refeitórios, nós fizemos o protocolo com a Cooperativa Egas Moniz, exactamente para fazer uma avaliação da qualidade do serviço que está a ser prestado nos refeitórios do 1º ciclo, não só do ponto de vista do serviço, como da própria vigilância e da forma de educar as crianças para a alimentação. Todo este trabalho está a ser feito com a Egas Moniz... Isto um pouco para dizer que a Câmara tendo inicialmente uma relação privilegiada com a Universidade Nova de Lisboa através da FCT, e que a mantém, conseguiu encontrar nas outras uma relação de proximidade e que trabalhamos em função das necessidades.

E: Isto foi promovido por esta iniciativa...

e: Exactamente, ao nosso nível do Departamento, e agora já estou a pensar em 2006, nós agora encaramo-las como um parceiro privilegiado e temos realmente esta condição de facilidade de aproximação.

3- E: Portanto relativamente às ideias das quais surgiu a iniciativa já referiu, não sei se quer acrescentar alguma coisa...

e: Acho que sim, são estas mesmas as ideias de onde surgiu, agora já está no plano de actividades, mas sabe que nas organizações o que conta são as pessoas e são elas que têm as ideias e que contribuem para o seu desenvolvimento e como vê esta iniciativa nasceu de duas pessoas com uma ideia.

5- E: Relativamente ao grupo de trabalho também já me referiu qual foi o modo como se criou... Anteriormente existia para além da relação com a FCT em

particular, existia já alguma relação com as outras Universidades que tenha vindo a ser colmatada com a iniciativa, foi realmente a iniciativa que abriu este caminho?

e: Portanto... Já havia algumas relações, até porque a Câmara sempre colaborou por exemplo na construção e gestão do Maden Parque, portanto já existia um aproximação da Câmara portanto digamos à própria FCT, assim como sempre apoiou o movimento associativo estudantil do ensino superior, portanto no DEJ actual está mais na área da juventude, nós sempre trabalhamos com os jovens do ensino superior, apoiando as iniciativas que eles faziam e fazem, não só a nível das Faculdades como da própria população em geral... estou a pensar nas tunas académicas, digamos que tudo passa por nós e apoiamos e colaboramos com eles. Estas situações estavam já elas próprias estabelecidas, talvez não tão sistematizadas e tão firmes e em crescimento. Eram situações mais avulsas e que agora neste momento começam a delinear-se quase que um programa no que diz respeito à relação Câmara com o ensino superior. Já não temos só a Mostra, temos neste momento candidaturas aprovadas em que as faculdades estão também neste mesmo consórcio, tivemos uma candidatura muito forte que foi o Almada, Cidade Digital, que também foi por 2004 ou 2005, em que a Câmara desafiou a U.N. para apresentar esta mesma candidatura e digamos que o Portal de Almada, tudo nasceu desta relação com a FCT, digamos que a Câmara sempre teve esta grande relação com a Faculdade e que tem vindo agora a ganhar uma nova dinâmica.

6- E: E quais acha que são os efeitos a nível geral que esta iniciativa trouxe ao concelho?

e: Um já eu referi que foi exactamente as pessoas conhecerem que têm actividades e o que se tem verificado não é só pela Mostra, é também pela abertura das faculdades às escolas, que o número de alunos, sobretudo em cursos que tinham pouca adesão por serem pouco conhecidos, tem vindo a aumentar. Isso é um indicador, é que pela abertura das universidades têm vindo a ganhar novos alunos, o que é positivo. Por outro lado, as pessoas neste momento têm uma postura de maior credibilização, não só das universidades mais clássicas... Digamos que a experiência tem vindo a mostrar que não são só essas que garantem a qualidade, devido aos prémios que outras faculdades têm vindo a receber, havendo de facto uma maior credibilização do que é feito nas Faculdades do concelho. Por outro lado, também uma avaliação que faço desta iniciativa é que as próprias

faculdades vincaram a Câmara Municipal como o recurso e como um parceiro natural, de relação muito fácil, até de algum aconselhamento e de alguma orientação, o que parece ser muito interessante para aquilo que se projecta para o desenvolvimento aqui de Almada. E por isso acho que é importante, também, realçar que se há reconhecimento da população face às escolas, as próprias escolas também reconhecem o município e o trabalho que é feito pela Câmara Municipal em particular. Acho que tem havido aqui um percurso de respeitabilidade interessante e que acho que ganha pela Mostra.

8- E: Passamos agora ao 2º bloco de questões que são referentes à implementação da Mostra... Gostaria que me fizesse uma descrição da metodologia de trabalho utilizada e sua evolução.

e: Pronto, nós tivemos umas primeiras reuniões, como eu disse com as direcções das escolas, mas a partir de um determinado momento acordou-se o grupo de trabalho, com representantes de cada uma das instituições, e a Câmara também sugeriu estes representantes. Eu fiz parte dos grupos iniciais e depois fui cedendo posição a outros colegas. O que nós entendemos, é que se estamos a fazer... quem é a entidade promotora não haja dúvidas é a Câmara Municipal, no entanto é uma iniciativa coorganizada. Se é coorganizada temos de ter representantes das várias componentes que constituem essa mesma coorganização e digamos que a metodologia é um pouco esta, digamos que um trabalho que é discutido em defesa desse grupo, e depois toda a parte logística e operacional é assegurada pela Câmara. É evidente que há toda uma outra componente que eles próprios também têm de assegurar que são as suas próprias exposições, ateliers, digamos, a sua própria divulgação interna, também assumem essa responsabilidade. Mas em termos daquilo que é público e que é visível nos dias da Mostra, tudo isso é da Câmara Municipal de Almada e do DEJ, neste caso agora já da DE, porque foi que ficou com essa responsabilidade. O que nós sentimos é que apesar de formalmente estar na DE a organização da Mostra, pela transversalidade sentimos que é necessário também estar a própria DERE, até porque trabalha toda a rede escolar, toda a oferta, e digamos que é importante ela manter esta ligação à área do projecto, para também conhecer as dinâmicas do território. Por outro lado, penso eu, isto é algo que eu tenho vindo a pensar do ponto de vista da organização, que tendo nós condições, também integras a DJ. Até porque nós temos colegas que fazem o acompanhamento do movimento associativo juvenil estão a trabalhar com

estas associações juvenis todo o ano, e que também seria interessante envolvê-las para legitimar o seu percurso do trabalho com a Câmara. Isso, possivelmente, no próximo plano de actividades também iria propor que a DJ estivesse presente.

E: Mas este ano já houve alguma integração?

e: Este ano já começámos a... mas tem sido um percurso... sendo nós Divisão de Educação e Juventude e quando eu comecei a acompanhar esta área, curiosamente e digamos que saí da educação, porque eu trabalhava no sector da educação, curiosamente estas duas áreas de trabalho eram vistas muito como a educação trabalhando com os jovens em contexto formal, nas escolas, e depois e juventude trabalharia e trabalhava com os jovens em contexto informal. e não havia aqui ligação dos dois polos, ou seja, como se um jovem estivesse dividido em dois segmentos, ou seja, quando estava na escola era um jovem e quando estava... Neste trabalho, ganhar os técnicos para enfasamento e para esta concepção do jovem do ponto de vista da sua maior abordagem, mais integrada, tem que ser construída, e isso tem sido um processo de aproximação e que agora neste momento já se começa a verificar que afinal isto é possível em termos de trabalho e digamos que a Juventude tem vindo a assumir a sua responsabilidade também em termos deste trabalho. Por isso, no próprio plano de actividades também tem que estar espelhado, porque se não estiver podemos fazer esse trabalho informal, mas agora também temos no documento, o que os orienta em termos do trabalho. Era um pouco nesse sentido que estava a ver a evolução da Mostra do Ensino Superior. Entretanto estávamos nós a falar da metodologia... A metodologia não é muito complicada, nós asseguramos as questões operacionais e asseguramos a parte da concepção que nos diz respeito, e depois fazemos a avaliação de todo este processo.

9- E: E que tipo de mudanças ou adaptações, medidas de natureza organizacional é que estiveram associadas...

e: Eu diria que esta mobilização dos técnicos não é uma mobilização programada, nem muito pensada, porque também não temos tido condições como já se deve ter apercebido de trabalhar de uma forma mais planeada e programada porque... por um lado o departamento cresceu, nasceu em 2006, a própria DE só foi instalada em Junho de 2006, o que significou que parte dos técnicos da antiga Divisão de Educação e Juventude e que trabalhavam em conjunto na Mostra

passaram para a DERE e outra parte permaneceu na DE, e por outro lado outros técnicos que tinham participado foram saindo. O que significa que o grupo que ficou na DE foi um grupo muito reduzido e que não tinha feito todo o percurso desde 2004 até à data de 2006. Isto quer dizer que, não vivendo o processo até aí, teve que fazer a sua apropriação, teve ele próprio que se posicionar face à iniciativa, e digamos conseguir vive-la, experimentá-la, porque isto tem que se viver o processo, e depois começar a dar os seus próprios contributos em termos de evolução. E isto são anos muito recentes, nós estamos em 2009... o que significa que nós a partir de aqui já conseguimos manter a iniciativa, introduzir um concurso, introduzir uma mostra dos projectos do ensino secundário, o que quer dizer que a equipa está neste momento a estabilizar e a procurar encontrar também o seu espaço e ir de encontro aquilo que são as necessidades identificadas. Se me disser, vamos programar para o ano... Nós neste momento temos um técnico, que vai mudar, vai sair, temos pessoas para admitir, digamos que temos que ir de facto ao contexto e irnos adaptando, não deixando que a iniciativa se deixe de fazer... O nosso esforço enquanto organização e enquanto dirigente tem sido exactamente este, manter as iniciativas, incorporar as pessoas novas e damos condições de elas próprias também proporem.

E: Mas no fundo acha que as mudanças na Divisão e no agora Departamento influenciaram de certa maneira o percurso da iniciativa?

e: Influenciar o percurso eu não diria, influenciaram foi... Isso do percurso eu acho que o grupo também iria chegar lá, por produto das avaliações, deste grupo que tem pessoas de dentro da Câmara e de fora da Câmara. O que eu acho é que há áreas da Mostra que ainda não estão em fase de serem elas próprias a ser asseguradas pela DE, porque pigamos que alguma matéria de reflexão e produção de conteúdo não está na DE, está noutra divisão que fez todo o percurso de conhecimento, e que neste momento consegue elaborar conhecimentos, reflexão, consegue ter, digamos, a sua leitura da informação que é prestada por todas as partes, e a partir de aí fazer de facto uma coisa que é de facto nova, ou seja, o que nós verificamos é que esta iniciativa tem um pensamento, cada ano tem um pensamento, um prestar de contas, uma data da realização... e isso ainda não é possível na DE, e espero que mais um tempo esteja nessa fase, mas estamos ainda em percurso de crescimento. Se me disser que a criação do DEJ gerou isso, gerou pela cisão ou pela separação dos técnicos, da equipa... que está neste momento em contituição, e que há de fazer o seu percurso. E é nesse sentido que eu acho que

ainda estamos a viver esses efeitos, ainda penso que as pessoas que já tiverem, sobretudo a frente de aproximação ao secundário, eu acho que foi aí que residiu a diferença entre 2007, digamos a participação da DE incidiu muito mais aí, digamos no sentido de criar propostas que porventura cobrissem mais a aproximação ao ensino secundário.

10- E: Entendendo que neste momento a sua participação na iniciativa é diferente da participação que houve quando esteve no grupo de trabalho nos dois primeiros anos, até 2006, como caracterizaria a sua participação?

e: É assim, nós temos um nível de organização que é... todas as divisões pertencem à direcção do deparlamento, e a direcção do departamento tem uma função mais de coordenação e gestão das actividades em colaboração com os dirigentes, e tem uma outra responsabilidade, que é, com novos projectos começar a abrir o caminhos, e depois os outros desenvolverem e pronto caminharem também... E dizer que relativamente à Mostra, o facto de estar mais distante não quer dizer que não esteja actuante, aliás os conteúdos da exposição tiveram que ter alguma participação muito próxima, também, da minha parte. Mas porque? Porque... é a forma como eu entendo o exercício nestes cargos, que é, há toda uma organização que do ponto de vista do nosso conteúdo relacional temos de responder, e é isso que estamos a fazer, mas depois tem de haver relações mais informais e de proximidade na construção das actividades, porque se não é uma visão muito administrativa da gestão que procuro contrariar. E o contrariar significa que achava que num dado momento, mesmo independentemente do nível da hierarquia deveria estar. É a forma de entender, é difícil passar esta mensagem, sobretudo para quem não vive a cultura desta Câmara Municipal, ou seja, o que eu quero dizer com isto é que, eu pelo menos tive esta oportunidade como chefe de divisão, de trabalhar muito próximo quer com técnico, quer com o meu director na data, quer com o vereador, e a discussão das ideias, e como é que podíamos ser melhores. Depois havia toda a formalização e digamos todo o trabalho processual que havia a fazer. E penso que é aqui que se encontra toda a diferença e a mais valia, que é nas discussões, na construção, na procura de ideias, digamos na chuva de ideias, é que vamos definir como é que nos vamos organizar e posicionar, e este trabalho não se pode perder, porque é dos vários contributos, das várias áreas disciplinares que se consegue trabalhar. E a Câmara de Almada desde sempre, desde os anos 80/90 que tem efectivamente esta condição de trabalhar com grupos transdisciplinares, interdisciplinares, inter-unidades orgânicas, que permite ter esta condição de cada

vez que precisamos de trabalhar, mesmo a nível das candidaturas, a rapidez com que nós apresentamos as candidaturas tem exactamente haver com essa cultura de aproximação e de relação que não pode estar só fora do Departamento, ou seja na nossa relação com os outros, quer com os parceiros externos quer com os internos, tem que estar dentro do próprio departamento. Nisto é que temos que fazer um percurso que eu acho que aqui se viveu e vive-se ainda de as divisões se afirmarem como divisões, mas temos que passar rapidamente essa fase para depois começarmos a trabalhar a nível do departamento, inter-divisões. E isso independentemente do nível a que nós estamos. Isto para dizer que a minha participação tem momentos em que procuraria ter este nível, que às vezes é mais difícil, que digamos que apareceu depois, o meu nível de participação depois mais de construção de conteúdos.

11- E: Relativamente a uma breve análise da relação entre instituições, já me apresentou bastantes ideias, não sei se quer acrescentar alguma questão...

e: Nós de facto no início tínhamos apenas uma faculdade que era pública, e é curioso ver como é que a escola pública vai funcionar depois com as escolas do ensino privado e digamos que essas situações se vão esbatendo... Eu lembro-me quando se começou a discutir a distribuição do espaço nas áreas, curiosamente como é que vão chegando, relativamente ao número de alunos, não foi por ser pública, digamos que foi muito discutido entre eles e acordado que tinha muito haver com a dimensão de cada instituição do ponto de vista dos alunos que servia. Eu acho que isso é muito curioso, ver como as escolas se relacionam independentemente do estatuto.

12- E: Novamente uma questão mais virada para o impacto da iniciativa, acha que se notam algumas diferenças nas reacções da população devido a esta iniciativa, que tipo de relevância é que sente a nível do desenvolvimento local, da cidade educadora...

e: Eu penso que esta iniciativa tem criado junto da população a ideia que o ensino universitário do concelho é de facto de qualidade, e tem grande expressão. Ou seja, nós há uma década quase nada falávamos do ensino superior, portanto, quase todas as instituições estão situadas na Freguesia Caparica, o que quer dizer que a aproximação que a população tinha a estas instituições era muito diminuta. Agora há mais fluidez... digamos que também temos tido a condição dos tais

prémios terem dado grande visibilidade, e ganha-se prestígio, e de facto acho que esta iniciativa tem tido esta condição, que foi generalizar a ideia, não só no concelho de Almada, mas como nas áreas de proximidade, porque nós temos tido contacto de outras escolas do ensino superior, que gostariam muito de participar na nossa Mostra. Nós dizemos que não é possível pela área geográfica, mas isto significa que está a sair fora, ou seja, e reconhecem que é talvez das poucas câmaras no país que faz exactamente a mesma iniciativa com todas as escolas do ensino superior, ganhámos mérito por termos conseguido juntar todos na mesma iniciativa.

E: Acha que relativamente a diferentes faixas etárias da população está a haver uma diferente aproximação, ou relativamente à localização, sentem-se diferenças na apropriação da iniciativa...

e: Depende da criança, o que se verifica é sempre é que a praça central é mobilizadora da população que vem, depois temos relativamente aos ateliers que se apresentam, temos um público que afluí distinto. Enquanto que por exemplo na área da saúde nós temos no centro de Almada uma população muito idosa, que encontra naquele espaço um espaço de rastreio, que para os alunos da escola é muito interessante porque têm ali um conjunto de pessoas para trabalhar, mas que.... estava eu a dizer que esta afluência se revela mais tarde na clínica, porque eles têm uma clínica também, muitas destas pessoas acabam por ter ali o primeiro contacto e depois vão também ao serviço que a escola oferece. Por outro lado, depende dos ateliers, por exemplo, os ateliers muito dinâmicos atraem mais os jovens... O que é que eu considero, os ateliers que são feitos nas próprias universidades, e com as condições que têm, porque têm os laboratórios, tornam-se sempre mais estimulantes para os jovens que vão lá, porque eu acho que a componente experimental é muito mais bem conseguida se for feita na própria instituição, do que ali na tenda, onde não se proporcionam as melhores condições para a população mais jovem. Eu estou a falar nos jovens em particular porque são estes que ao ver um atelier assim mais estático ou que não é tão aliciante, se desmotivam mais facilmente, acho que podíamos ter na tenda, e eu tenho vindo a falar nisso também, podiam ter uma exposição mais de divulgação, à semelhança da Fórum Estudante, mais orientação dos próprios jovens em termos das suas opções, e ter depois toda uma outra rede de faculdade aberta em que os jovens, através do transporte assegurado pela Câmara, tivesse a componente experimental nas próprias instituições. É que poderia ser mais interessante para eles em termos da actividade.

As famílias, eu acho que as famílias entram mais por curiosidade para ver o que está na tenda. Digamos que não consigo, daquilo que me é dado a observar e do pouco tempo em que permaneço, não consigo distinguir se aquilo que se oferece na tenda corresponde aquilo que as leva a entrar dentro da tenda. Acho que é mais uma entrada de curiosidade e vamos ver o k é do que propriamente um jovem do ensino secundário que quando quer ir à tenda ou quer ir à exposição, vai por si próprio, não vai com a família... tenho muito esta leitura...

E: Agora faço-lhe uma pergunta que não está prevista... De que forma acha que está integrado o Fórum Rumeo Correia... Porque isto acaba por funcionar como um circuito, um círculo, até onde acha que vai a sua integração neste circuito?

e: Esta integração não é... as pessoas apropriam aquele espaço... ou seja, se quando vão à Mostra se vêem tudo, é isso que me está a perguntar?

E: Sim, e também se acha que sentem que existe uma ponte entre estes espaços... ou uma grande quebra...

e: Vamos lá a ver... Estamos a falar da iniciativa Mostra do Ensino Superior... Nós o que sentimos, e por isso sempre falámos com a parte e quem concebe graficamente, que precisávamos de ter algo que desse unidade, porque há várias componentes... é importante trabalhar isto graficamente de forma a que as pessoas quando vão ver a Mostra sejam orientadas para percorrer todos os espaços e isso não sei se está bem conseguido, tenho algumas dúvidas sobre isso... Acho que necessitava ali de uma outra envolvente que levasse as pessoas a fazer todo o percurso. Depois, quem concebe a Mostra, que somos nós, Câmara Municipal de Almada, DEJ, deveria trabalhar essa vertente da comunicação de uma forma mais fácil em termos da leitura e de orientação das pessoas. Por outro lado, nós temos um público que é o público do Fórum que não tem haver com este público da Mostra. Portanto, este público que vai ao Fórum e vê as exposições que estão, quer na sala Pablo Neruda, quer no átrio, é o público do Fórum Municipal, e esse não vai ver a Mostra do Ensino Superior porque é o habitual percurso que fazna sua ida diária ao Fórum, e aqui não vai haver cruzamento. O que eu penso é que da organização da Mostra de facto tem de haver ali uma área mais de conciliação e de organização e de leitura da iniciativa relativamente aos diferentes espaços. Ou seja, o que está neste momento... as pessoas ou entram no Fórum e já não se deslocam

à tenda, ou então ficam na tenda e na animação de rua e já não se deslocam ao Fórum.

13- E: Gostava que me fizesse uma breve avaliação da Mostra 2009 comparando-a com as Mostras anteriores relativamente a expectativas, desejos, críticas...

e: Nós também temos vindo a registar isso ao longo da entrevista, que é o facto de que a iniciativa tem vindo a crescer, tem havido um grande envolvimento do DEJ através da DE para responder aquilo que é a avaliação menos positiva criando iniciativas que procurem nomeadamente atingir os alunos do ensino secundário, e a Mostra de 2009 é um exemplo disso, ou seja criámos maior número de escolas a participar na exposição do ensino secundário, também um maior número de alunos a participar no concurso, o que significa que é um percurso que está a ser feito com alguma lentidão, mas que está a evoluir. E nesse sentido eu tenho uma avaliação positiva. A única avaliação é não perdermos esta condição de agregação das escolas do ens superior à iniciativa, porque há um grande compromisso a nível das direcções, ou seja decidimos isso no acto de abertura. Todos os directores e todos os responsáveis reconhecem a importância da Mostra do Ensino Superior, portanto, a nível de quem dirige e tem esse responsabilidade de facto a Mostra tem sentido e é uma iniciativa para continuar. Depois, a mobilização interna das faculdades não se pode perder e temos que ganhar a aposta de atingir o público-alvo, precisamente porque se não os professores têm esta componente da desmobilização. Por outro lado, também temos que induzir criatividade à iniciativa, porque se não ela própria também entra num ciclo de ser muito repetitivo, muito semelhante se não mudarmos todos os anos alguma coisa deste formato. E eu acho que aqui sim tem de se reflectir sobre o formato e sobre a coresponsabilização da mudança desse formato.

E: Sente que houve algum retorno relativamente à participação do ensino secundário?

e: Nós estamos a tentar perceber qual o melhor modelo para a Mostra do secundário e curiosamente eles reveem-se no modelo da Mostra, curiosamente apesar das dificuldades que têm de participação, reveem-se naquele modelo de organização. Não formaram muito a sua avaliação, porque estão muito interessados em perceber, para eles, enquanto ensino secundário, o que é que é mais interessante vir mostrar. Eu acho que inicialmente, a este nível, não é bem... Do

ponto de vista do secundário, quando se associam na mostra de projectos no ensino superior, não responde aquilo que são as necessidades do ensino secundário neste momento, e por isso, aquilo que fazemos é muito direccionado para os professores que têm a área de projecto e que podem ter interesse em divulgar.